

Universidade do Sul de Santa Catarina

Agroturismo



UnisulVirtual

Universidade do Sul de Santa Catarina

Agroturismo

UnisuVirtual
Palhoça, 2015

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual

Fabiano Ceretta

Campus Universitário UnisulVirtual

Diretor

Fabiano Ceretta

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços

Amanda Pizzolo *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Educação, Humanidades e Artes

Felipe Felisbino *(coordenador)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria

Anelise Leal Vieira Cubas *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social

Aureo dos Santos *(coordenador)*

Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos

Moacir Heerd

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão

Roberto Iunskovski

Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos

Márcia Loch

Gerente de Prospecção Mercadológica

Eliza Bianchini Dallanhol

Marcelo Tavares de Souza Campos

Agroturismo

Livro didático

2ª edição revista e ampliada

Designer instrucional

Marcelo Tavares de Souza Campos

UnisulVirtual

Palhoça, 2015

**Copyright ©
UnisulVirtual 2015**

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Livro Didático

Professor conteudista

Marcelo Tavares de Souza Campos

Designer instrucional

Marcelo Tavares de Souza Campos

Projeto gráfico e capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramador(a)

Cristiano Neri Gonçalves
Ribeiro

Revisor(a)

Smirna Cavalheiro

338.4791

C21 Campos, Marcelo Tavares de Souza

Agroturismo : livro didático / Marcelo Tavares de Souza Campos
design instrucional Marcelo Tavares de Souza Campos. – 2. ed. rev. e
ampl. – Palhoça : UnisulVirtual, 2015.

146 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

1. Ecoturismo. 2. Turismo rural. 3. Desenvolvimento rural. 4.
Sustentabilidade. I. Título.

Sumário

Introdução | 7

Capítulo 1

Turismo no espaço rural | 9

Capítulo 2

Gestão de empreendimentos agroturísticos | 41

Capítulo 3

Roteirização turística | 79

Capítulo 4

Sustentabilidade ambiental | 115

Considerações Finais | 137

Referências | 139

Sobre o Professor Conteudista | 146

Introdução

Caro(a) estudante, seja bem-vindo(a) à Unidade de Aprendizagem de **Agroturismo**, pela qual faremos uma viagem de estudos a diferentes contextos e possibilidades quanto à inserção de alternativas sustentáveis de atividades econômicas no espaço rural, as quais contribuirão para agregar valor tanto às atividades tradicionais já existentes quanto ao patrimônio cultural e natural que constitui o referido espaço.

Vamos iniciar nosso itinerário pelo período que remete aos primórdios do turismo até chegar ao seu surgimento como uma atividade econômica organizada, conhecendo os fatores que viabilizaram sua expansão e consolidação como um importante fenômeno econômico e social, o qual se fragmentou de acordo com a vocação dos locais (destinos) para o desenvolvimento de atividades turísticas e também com o perfil de seus usuários (turistas).

Depois de conhecermos essa diversidade de segmentos daremos sequência ao nosso percurso, conhecendo algumas modalidades de turismo no espaço rural tendo como foco a modalidade agroturismo, pois a mesma desvendará riquezas e possibilidades relacionadas a fontes alternativas de renda e valorização das atividades agropastoris, e também do patrimônio cultural do meio rural.

Em seguida, faremos um tour por um destino turístico até chegar a uma propriedade rural que desenvolve atividades de agroturismo, conhecendo os elementos que compõem sua oferta turística. Nesse percurso, iremos usufruir desses elementos, além de vivenciar e participar da produção agropastoril dessa propriedade, verificando diferentes possibilidades de beneficiamento e industrialização dos alimentos obtidos por meio dessa produção.

Daremos continuidade à nossa viagem passando por locais que marcaram diferentes períodos da evolução do espaço rural, nos quais ficaram registrados um rico e variado conjunto de bens que formam seu patrimônio cultural e natural. Assim, vamos identificá-los e ver exemplos de sua inserção junto às atividades turísticas.

Seguiremos nosso trajeto por roteirizações específicas, conhecendo rotas e roteiros turísticos de valor cultural e religioso, percorrendo locais e cenários que fazem parte da história nacional e internacional em virtude de fatos e personalidades que por ali passaram.

Para encerrar a nossa viagem, vamos desembarcar em um espaço rural em que há uma rede de cooperação de propriedades rurais que colaboram mutuamente entre si, a fim de alcançar metas comuns, as quais seriam muito onerosas de serem atingidas individualmente. Neste local, faremos uma reflexão sobre essa viagem e também sobre a sustentabilidade do turismo e do meio ambiente, a fim de repensar nossas ações cotidianas de consumo e comportamento.

E aí, preparado para partir? Então, “arrume suas malas”, pois a nossa viagem começa agora!

Um abraço e sucesso em seus estudos!

Professor MSc Marcelo Tavares

Capítulo 1

Turismo no espaço rural

Habilidades

Por meio deste capítulo você desenvolverá a habilidade de relatar a origem, evolução e diferenciação das atividades relacionadas ao fenômeno turístico. Desenvolverá também a habilidade de descrever as principais características do segmento de turismo no espaço rural bem como identificar suas principais modalidades de atividades.

Seções de estudo

Seção 1: 1 Histórico, evolução e segmentação do turismo

Seção 2: Peculiaridades do turismo no espaço rural

Seção 3: Modalidades de turismo no espaço rural

Seção 1

Histórico, evolução e segmentação do turismo

O turismo diz respeito a um conjunto de atividades que envolve diferentes recursos e fatores ligados a temáticas ambientais, culturais, econômicas e sociais, tornando-se assim um importante fenômeno.

1.1 Fenômeno turístico

A origem etimológica da palavra “turismo” surgiu na Inglaterra, sendo derivada da palavra *tour*, de origem francesa, que significa **volta**.

Segundo Barretto (1999, p. 43),

o conceito *turismo* surge no século XVII na Inglaterra, referido-se a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* é de origem francesa, como muitas palavras do inglês moderno que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada. Isso aconteceu porque, durante o tempo em que a Inglaterra esteve ocupada pelos franceses (normandos, século X até o XIV) a corte passou a falar francês, e o inglês escrito quase desapareceu. A palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês *turn*, e no latim *tornare*.

Conforme observamos, a origem etimológica da palavra turismo surge no século XVII, referindo-se a um tipo especial de viagem. Em virtude dessa relação, muitas pessoas passaram a associar o turismo como sinônimo da palavra viagem. No entanto, existe uma significativa diferença entre o turismo realizado de forma organizada e a viagem propriamente dita.

O turismo organizado que temos hoje remete à existência de elementos que integram a infraestrutura e os equipamentos e serviços de apoio ao turista, assim como instituições normativas que irão deliberar sobre normas jurídico-administrativas presentes tanto no local de origem do turista (polo emissor) quanto no destino por ele escolhido (polo receptor).

A infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos compreende: agências de viagens, meios de transporte, hospedagem, alimentação, lazer, entretenimento, entre outros. No que diz respeito às instituições normativas, encontram-se as autarquias, ministérios e secretarias de Estado, secretarias municipais e outros órgãos públicos.

No que se refere à viagem, a mesma está relacionada desde o deslocamento do turista de seu local de residência ao destino turístico até o retorno à sua residência. Para compreendermos as especificidades quanto ao fenômeno turístico, apresentamos alguns entendimentos quanto à origem e evolução deste fenômeno.

1.2 Antecedentes do turismo organizado

Existe uma diversidade de conceitos referentes às origens do fenômeno turístico, sendo que alguns autores remetem sua origem à pré-história, quando o homem primitivo deslocava-se em busca de alimentos. Outros referem que seu surgimento está atrelado aos jogos olímpicos do século VIII a.C., pois muitas pessoas viajavam com a finalidade de assistir aos referidos jogos, realizados de quatro em quatro anos, que na época eram eventos religiosos em homenagem aos deuses do Olimpo.



Os viajantes que se deslocavam até a Grécia para assistir aos jogos olímpicos tinham necessidades fisiológicas como, por exemplo, alimentação e hospedagem, as quais eram supridas pelos moradores locais de forma não comercial.

O pesquisador mexicano De la Torre está entre os autores que situam o surgimento do fenômeno turístico ao século VIII a.C., na Grécia, ressaltando que as pessoas viajavam para assistir aos jogos olímpicos a cada quatro anos (DE LA TORRE, 1992). Contudo, há pesquisadores que acreditam que os precursores do turismo foram os fenícios, por terem inventado a moeda e a expansão marítima comercial no Mar Mediterrâneo; outros atribuem a origem do turismo às viagens realizadas pelos romanos.



Mas qual dessas teorias apresentadas remete à origem do fenômeno turístico?

Apesar de haver diversas conceituações quanto à origem do turismo, elas remetem a períodos em que as etapas e atividades que envolvem o fenômeno como conhecemos nos dias atuais, como, por exemplo, agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, lazer, entretenimento, entre outras, eram realizadas de forma não organizada e não visavam, necessariamente, ao lucro.

Uma definição que vem ao encontro dessas características do turismo que conhecemos hoje, com viagens relacionadas ao lazer, organizadas em pacotes, com transporte e hospedagem, é aquela que remete ao início das atividades

turísticas em meados do século XIX, com a primeira excursão organizada pelo inglês vendedor de Bíblias, Thomas Cook, representado pela figura a seguir.

Figura 1.1 – Vendedor de Bíblias Thomas Cook



Fonte: Latimer (2012).

Thomas Cook foi pioneiro na organização de pacotes turísticos de viagem, sendo considerado por esse feito o primeiro agente de viagem do mundo.

Barretto (1999, p. 51) destaca que,

em 1852, um vendedor de Bíblias, chamado Thomas Cook, andara 15 milhas para o encontro de uma liga contra o alcoolismo em Leicester. Para um outro encontro, em Loughborough, ocorreu-lhe a ideia de alugar um trem para levar outros colegas. Juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando a primeira viagem agenciada. Em 1846, realizou uma viagem similar de Londres a Glasgow (Escócia) com 800 pessoas, utilizando os serviços de guias turísticos. Era o início do turismo coletivo, a “excursão organizada”, que atualmente leva o nome de *all inclusive tour*, *package* ou pacote.

A partir deste período houve um crescimento significativo do fenômeno turístico, o qual se intensificou em meados do século XX, passando a ser desenvolvido de forma coletiva e organizada.

1.3 Turismo coletivo e organizado

O conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial de Turismo (OMT), e adotado oficialmente pelo Brasil por meio da Lei Geral do Turismo nº 11.771/2008, compreende “as atividades que as pessoas realizam durante

viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001).



O desenvolvimento do turismo coletivo organizado é decorrente da evolução nos sistemas de informação das agências de viagens, do crescimento do transporte aéreo, especialmente da aviação comercial, da massificação dos meios de comunicação, da infra e supraestrutura necessárias para o deslocamento de pessoas oriundas da Segunda Guerra Mundial, que foram primordiais para a consolidação da atividade turística em diversos países.

A estrutura deixada pela guerra resultou em um mundo repleto de aviões e aeroportos de uso, a princípio, militar. Essas instalações encontravam-se em pontos bem remotos e estavam livres e ociosas, oferecendo um cenário que permitiria ao turista descobrir a possibilidade de escolha entre um amplo leque de atrativas ilhas como Córsega, Sardenha, Majorca, Menorca, entre outras, todas bem equipadas em termos aeroportuários, e com viagens a preços acessíveis (TURNER; ASH, 1991, p. 139).

Assim, inicia-se, a partir da década de 1960, o que hoje conhecemos por turismo de massa, caracterizado pela intensificação de viagens de lazer, ofertadas a partir de pacotes turísticos com deslocamento de turistas em grande escala para destinos específicos, e por investimentos alocados pelo poder público e privado no setor, objetivando o estímulo ao desenvolvimento da economia regional e nacional.

Na década de 1960, estimulado pelas grandes aeronaves impulsionando as viagens *charter* e pela crescente influência econômica da classe média dos países industriais ocidentais, o turismo começou a ocorrer em grande escala. Este fenômeno passou a ser interpretado como uma oferta de novas oportunidades aos países do terceiro mundo para assegurar a obtenção de divisas e estimular o seu desenvolvimento econômico (KADT, 1991, p. 15).

No entanto, apesar do empenho do poder público e dos defensores do turismo em larga escala como alternativa para o desenvolvimento sustentável de um país ou região, o fenômeno turístico, **quando não planejado**, caracterizou-se por gerar graves transtornos às comunidades receptoras, como a especulação imobiliária, degradação ambiental, miscigenação cultural, perda dos costumes locais e intensificação das desigualdades sociais.

1.4 Estudo do turismo como fenômeno social

Na década de 1970, estudiosos e pesquisadores das ciências sociais iniciaram investigações a respeito dos efeitos gerados pelo fenômeno turístico, mais precisamente em áreas onde o turismo já estava consolidado como atividade socioeconômica.

Grande parte desses pesquisadores chegou a uma conclusão preocupante, pois o setor, que era para ser um vetor de desenvolvimento harmônico entre comunidade, meio ambiente, cultura e economia local, mostrava-se um entrave ao desenvolvimento dos destinos turísticos quando as atividades que o compunham não recebiam um rígido controle dos governos das diferentes esferas administrativas.

Esse enfoque normativo dominou as discussões do seminário da UNESCO – Banco Mundial sobre os mencionados temas, as quais serviram de base para formular recomendações amplas e rigorosas acerca de um planejamento ativo e de intervenção das políticas relacionadas ao fenômeno turístico (KADT, 1991, p. 10).

De fato, os primeiros prognósticos elaborados pelos estudiosos na década de 1970 vieram a se concretizar na década seguinte, ou seja, toda aquela panaceia desenvolvimentista pró-turismo que as diversas esferas de instituições nacionais e internacionais vinham difundindo na década de 1960 veio a ser contestada quanto à sua sustentabilidade na década de 1980.

O turismo está intimamente ligado a questões do desenvolvimento sustentável. Desde o final da década de 1980 tem havido uma explosão de textos e artigos, além de cursos e consultorias relacionados a formas sustentáveis de desenvolvimento turístico. Entretanto, apesar do excesso de debates sobre a sustentabilidade no turismo, parece que não conseguimos nos aproximar de soluções para os problemas do desenvolvimento turístico. Para cada notícia de sucesso parece haver outras dez de fracasso ou, pelo menos, maior reconhecimento do impacto negativo exercido pelo turismo. Mesmo assim, a atividade turística continua a crescer (HALL, 2001, p. 17).

Diante desse contexto, Coriolano e Silva (2005, p. 89-90) entendem que as atividades turísticas devem ser diferenciadas e responsáveis.

O modelo de turismo de massa ou estandardizado, vigente há mais de quatro décadas, já não é o mais adequado para lograr a competitividade de empresas e núcleos turísticos. Uma nova era do turismo está se consolidando, exigindo qualidade, espaço para o turismo personalizado, com exigência de sustentabilidade social e ambiental e de competitividade com qualidade e eficiência, sugerindo, assim, novas formas de turismo.

Assim, frente a essas características do fenômeno turístico e de seu crescimento nas últimas décadas, é fundamental conhecermos as principais tipologias de turismo, também conhecidas por segmentos turísticos.

1.5 Segmentos turísticos

O fenômeno turístico é caracterizado por um complexo de equipamentos e instituições que viabilizam o deslocamento e a estada de turistas em determinado destino, assim como por atrativos que motivam a viagem do turista, os quais podem ser naturais, culturais e eventos.



A partir da natureza das atividades turísticas a serem desenvolvidas em um destino/empreendimento turístico, há uma classificação referente ao segmento trabalhado, dentre os quais podemos destacar o turismo no espaço rural, turismo religioso, turismo cultural, turismo sol e mar, entre outros.

Segundo Barretto (1999, p. 20), quanto ao objetivo, ou motivação, o turismo pode ter muitas classificações. As mais comuns são: descanso, lazer, cura, desportivo, gastronômico, religioso, profissional (ou de eventos). Existe, atualmente, o turismo de interesse específico, com ampla variedade de opções. Podem ser citadas algumas ofertas atuais, como *tours* de dez dias percorrendo vinhedos e vinícolas para enólogos ou pessoas interessadas; viagens para assistir a uma temporada de ópera na Europa ou Estados Unidos; *tours* agrícolas na Austrália; visita à aldeia escocesa de Dryman, famosa pelos assassinatos outrora ocorridos; turismo nos cemitérios (para apreciar obras de arte).

Para a autora, o objetivo ou motivação do turista pela escolha de um destino turístico, além dos atrativos naturais, culturais ou eventos, também pode ser influenciado por suas experiências e anseios pessoais.

Outro entendimento quanto à segmentação turística é do pesquisador Beni (2008), o qual destaca que a melhor maneira de estudar o mercado turístico é por meio de sua segmentação, que é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos, cada uma com seus próprios **canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores**, e também a política de marketing que divide o mercado do mesmo modo.

De acordo com o autor, a segmentação turística possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transportes, da composição demográfica e o perfil dos turistas, como a faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, sendo que o motivo da viagem, entretanto, é o principal meio disponível para se segmentar o mercado.

Desse modo, diante dessas definições, podemos afirmar que ao planejarmos e gerirmos um destino turístico ou empreendimento turístico é importante conhecer as características do mercado que pretendemos atingir, analisando o perfil dos turistas em potencial, bem como suas motivações, gostos e preferências.



A partir dessas informações é possível prever as motivações que levam os turistas a empreender uma viagem, assim como vocacionar o destino/ empreendimento turístico de acordo com seu potencial, a fim de traçarmos planos e estratégias para minimizar os impactos negativos gerados pela atividade turística.

No Brasil, a classificação oficial da segmentação turística é baseada nos cadernos de orientações básicas do Ministério do Turismo (2008), os quais contemplam, em parte, o perfil do turista, a identificação de agentes e parceiros da atividade, além de especificações relativas à promoção e comercialização turística.

Dentre os segmentos de turismo que constituem esses cadernos destacamos o Ecoturismo, Turismo Social, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Saúde e Turismo Rural, cujas definições são apresentadas na sequência:

Ecoturismo

É o segmento da atividade turística que engloba, de forma sustentável, o patrimônio cultural e natural, buscando incentivar sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Turismo social

É a forma de conduzir e praticar a atividade turística ao promover a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão.

Turismo cultural

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens culturais materiais e imateriais.

Turismo de estudos e intercâmbio

Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.

Turismo de esportes

Compreende as atividades turísticas referentes à prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.

Turismo de pesca

Diz respeito às atividades turísticas relacionadas à prática da pesca amadora.

Turismo náutico

Caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade de movimentação turística.

Turismo de aventura

Refere-se aos movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.

Turismo de sol e praia

Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

Turismo de negócios e eventos

Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

Turismo de saúde

Está relacionado às atividades turísticas relativas à utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

Turismo rural

O turismo rural (TR) compreende o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a

produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.



Não há um consenso quanto a essa definição de turismo rural presente nos cadernos de orientações básicas do Ministério do Turismo tampouco no meio acadêmico, visto que tal definição poderá variar de acordo com as características das atividades desenvolvidas e da realidade do local.

Tulik (1997) afirma que a literatura existente sobre turismo rural mostra grande riqueza de termos, expressões e conceitos que variam conforme a realidade de cada país e expressam diferentes maneiras de aproveitar os recursos do espaço rural, os programas e ações empreendidas nessa área.

Rurícolas: É a expressão utilizada para se referir a ambientes relacionados ao campo/ espaço rural.

Assim, vamos delimitar nossos estudos a partir do entendimento de autores renomados na área acadêmica do turismo, como, por exemplo, Mário Carlos Beni, que define turismo rural como deslocamento de pessoas para espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos,

com ou sem pernoite, para a fruição dos cenários e instalações **rurícolas** (BENI, 2008).

Para Beni (2008), o TR abrange atividades no meio rural cuja motivação do turista está relacionada ao **lazer**, que visa a **vivenciar atividades do referido meio**. Podemos acrescentar a essa definição que, em virtude de as atividades da propriedade rural que acolhe o turista estarem relacionadas ao lazer, a fonte de renda principal da referida propriedade não necessariamente está relacionada a atividades tradicionais ligadas à agricultura e à pecuária.

Portuguez (2002) considera pertinente o uso proposital da expressão **turismo em espaço rural** tendo em vista a amplitude de aspectos que poderão compor as atividades de turismo desenvolvidas no meio rural, tornando-se, dessa forma, menos restritiva que apenas considerar **turismo rural**.

Podemos ainda acrescentar a esse contexto o entendimento de Silva (1998), o qual destaca que o turismo no espaço rural (TER) é um recorte geográfico onde o TR está inserido, e que existem muitas práticas turísticas em diferentes modalidades, que variam de acordo com a base da oferta turística, como, por exemplo, o próprio turismo rural, agroturismo, turismo ecológico, ecoturismo, turismo ecológico (TE), turismo de aventura (TA) e demais atividades que se complementam ou não.

Nesse sentido, para fins de nosso estudo, o turismo rural será caracterizado por propriedades rurais cuja **atividade econômica principal esteja relacionada**

ao lazer, nos quais o **turista vivencia atividades do meio rural**, estando essa modalidade inserida em um segmento maior de turismo definido como **turismo no espaço rural**, juntamente com outras modalidades turísticas com características próprias, como o agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, turismo ecológico, entre outras modalidades.

Seção 2

Peculiaridades do turismo no espaço rural

O segmento de TER está relacionado a atividades **não agrícolas realizadas no meio rural**, que podem ou não, de acordo com a modalidade trabalhada, estar associadas às atividades agropastoris. Esse segmento turístico surgiu, principalmente, em virtude de duas situações distintas. A primeira diz respeito às necessidades da população que vive nos centros urbanos por lugares naturais e de simplicidade; já a segunda está relacionada às crises econômicas que afetaram o setor agropecuário. No entanto, antes de analisarmos esses aspectos, vamos estudar o histórico das referidas atividades.

2.1 Resgate histórico das atividades de turismo no espaço rural

As primeiras experiências de atividades de TER remetem a dois cenários, sendo um o cenário internacional, que diz respeito às atividades que surgiram nos Estados Unidos e em países europeus. O outro é o cenário brasileiro, com o pioneirismo do município de Lages, Estado de Santa Catarina, estendendo-se posteriormente aos demais Estados.



O estudo desses cenários nos permite entender as circunstâncias que algumas iniciativas levaram ao surgimento e consolidação de atividades que se tornaram uma alternativa de fonte renda no meio rural.

Sendo assim, vamos iniciar pela análise do cenário internacional e depois veremos o cenário nacional.

2.1.1 Turismo no espaço rural no cenário internacional

As atividades de TER são desenvolvidas em diversos países. Contudo, os primeiros registros, mesmo que de **forma espontânea e sem fins lucrativos**, ocorreram nos Estados Unidos, posteriormente em países europeus, estendendo-se a outros continentes.

Atividades de TER nos Estados Unidos

As primeiras experiências de atividades de TER remetem aos Estados Unidos, onde grupos de caçadores e pescadores, ao transitarem por áreas rurais despovoadas em busca de caça e pesca, obtinham abrigo e alimentação para repor suas energias junto às propriedades rurais que existiam nessas áreas.



Nos Estados Unidos havia a tradição de os fazendeiros hospedarem viajantes, caçadores e pescadores que se deslocavam por regiões onde se localizavam as suas propriedades, sendo que essa hospedagem era oferecida sem fins lucrativos e de forma não organizada.

Nesse sentido podemos afirmar que as atividades de TER, assim como o turismo propriamente dito, tiveram início espontâneo, sem organização prévia.

No entanto, a partir dos anos 1970, alguns fazendeiros norte-americanos observaram naquele público que se deslocava em busca de caça e pesca uma oportunidade de incrementar as atividades econômicas desenvolvidas em suas propriedades, e passaram a explorar essa hospedagem de forma organizada e como fonte geradora de renda local alternativa.

A partir daí começaram a explorar economicamente em suas fazendas a hospedagem de turistas, as quais passaram ser denominadas de *farm-houses* (hotéis fazenda) ou *country vacations* (colônias de férias). Desde então, as atividades de TER foram se disseminando por outros países como, por exemplo, França, Portugal, Espanha e Itália.

Atividades de TER nos países europeus

Estudos indicam a França como um dos países europeus precursores no desenvolvimento de **atividades turísticas organizadas no espaço rural**, constituindo em 1971 a primeira associação do gênero, a qual foi intitulada *Tourisme en espace rural*.

França

De acordo com Joaquim (1999), em 1972 foi publicado, na França, o *Manifeste de tourisme en espace rural*, o qual preconizava o turismo no espaço rural como “um instrumento de reanimação dos campos na óptica de complementaridade entre a agricultura, o turismo e o artesanato”.

Podemos verificar nesse manifesto um princípio importante relacionado à implementação do turismo em áreas rurais, o qual propõe uma conciliação entre a produção tradicional agrícola, as atividades turísticas e a cultura local,

neste caso o artesanato, com a finalidade de promover um desenvolvimento harmônico do meio rural.

Riedl e Almeida (2000, p. 14) citam o entendimento do autor Luc Mazuel quanto a essa experiência francesa.

No texto de Luc Mazuel, intitulado “Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês”, discute-se a situação do turismo rural na França, país em que sabidamente essa atividade tem sido responsável pela viabilização e retenção de uma parcela significativa da população economicamente ativa ocupada na agricultura. O autor faz uma interessante e pertinente análise da relação entre cultura e turismo rural na França, ressaltando que a primeira condição para concretizar essa relação consiste em valorizar as características intrínsecas do território, recomendação que pode ser estendida a todas as iniciativas de turismo rural. Finalmente, o autor discute o papel dos poderes públicos para uma estratégia de divulgação e comercialização do produto turismo rural.

De acordo com esse entendimento, as atividades de TER, além de valorizar as características deste espaço, possibilitam a viabilização e permanência da população economicamente ativa no meio rural. No entanto, essas atividades devem ter o apoio dos gestores públicos para sua promoção e divulgação.

Ao final da década de 1970, Portugal também registra suas primeiras experiências relacionadas ao TER, as quais se destacam por conciliar a utilização do patrimônio histórico-cultural com atividades tradicionais realizadas do meio rural.

Portugal

Alentejo: Considerada maior região de Portugal, composta pelos distritos de Portalegre, Évora e Beja, metade sul do distrito de Setúbal e parte do distrito de Santarém.

Portugal aproveitou, após recuperação, remodelação e restauro, seu patrimônio arquitetônico de grande qualidade e valor histórico, que estava inserido no meio rural e até agrícola para oferta de atividades turísticas, sendo posteriormente expandida às casas rústicas de arquitetura regional e às casas localizadas nas explorações agrícolas em funcionamento e de certa dimensão física e econômica: quintas e montes do **Alentejo** (CAVACO, 2001).

A figura a seguir ilustra um empreendimento de interesse histórico-arquitetônico, localizado em Tereza, distrito de Évora, o qual desenvolve atividades de turismo rural relacionadas à hospedagem, gastronomia e lazer.

Figura 1.2 – Empreendimento de turismo rural Herdade dos Barros



Fonte: Caeiro [20--?].

Podemos verificar na paisagem ao fundo deste empreendimento a presença do castelo medieval Terena, patrimônio histórico-arquitetônico, que agrega, neste caso, valor à paisagem e às atividades turísticas realizadas no local por meio da valoração cênica.

É importante ressaltar que Portugal oficializou as atividades de TER por meio do Decreto-Lei nº 256/1986, que estabeleceu normas relativas ao seu desenvolvimento, as quais foram delimitadas pela institucionalização das seguintes modalidades de turismo: habitação, turismo rural e agroturismo.

Rodrigues (1998) ressalta que Portugal adotou oficialmente a expressão turismo no espaço rural com a finalidade de designar os segmentos turísticos típicos do campo: turismo rural, habitação, agroturismo, hotel rural, entre outros. Essa diversidade de termos, segundo o tipo de atividade a ser trabalhada turisticamente, possibilita que o turismo assuma características próprias, de forma que as atividades turísticas realizadas no meio rural não se restrinjam apenas ao turismo rural, mas sim a um conjunto de práticas turísticas em espaço rural.

Outros países europeus também se destacaram pela inserção de atividades turísticas no espaço rural, por exemplo, Espanha e Itália.

Espanha

A Espanha se caracterizou por adotar o termo **turismo em áreas rurais**, o qual pode ser considerado como sinônimo de TER à medida que abrange diversos enfoques referentes ao planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas no meio rural, as quais compreendem tanto atividades tradicionais do meio rural, agropastoris, quanto atividades relacionadas ao lazer e entretenimento.

Itália

Na Itália o desenvolvimento do TER está intimamente relacionado às atividades agropastoris desenvolvidas em uma propriedade rural, nas quais o turista participa diretamente. No território italiano as atividades relacionadas a este segmento de turismo são conhecidas pela nomenclatura de *agriturismo*.



A proposta do TER na Itália foca na valorização das atividades tradicionais desenvolvidas em uma propriedade rural por meio do resgate e incentivo ao desenvolvimento das mesmas, assim como a conscientização do turista que é inserido no contexto local.

É possível verificarmos, por meio dessas experiências dos países europeus, que eles apresentam uma acentuada organização e preocupação com as atividades e população do meio rural à medida que direcionam políticas e subsídios à implantação de atividades turísticas no espaço rural, visando a garantir a sustentabilidade do mesmo, sendo que as atividades de TER foram inseridas no *Liaisons Entre Activités de Développement de L'Economie Rural (Leader)*, ou Programa de Enlace entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader).

Este programa teve por objetivo canalizar investimentos para favorecer o desenvolvimento rural, promover a economia ativa, evitando migrações populacionais do campo para a cidade e mantendo o acervo cultural das comunidades assentadas nos espaços rurais (MOLINA, 2001).

No Brasil, as iniciativas relacionadas às atividades de TER surgiram em decorrência de algumas regiões atravessarem períodos de dificuldade econômica em virtude de sucessivas crises no setor agropecuário. Diante dessas crises, agricultores vislumbraram no desenvolvimento de atividades não agrícolas, como, por exemplo, as turísticas, como alternativa para recuperar e dinamizar as atividades econômicas da propriedade.

2.1.2 Turismo no espaço rural no cenário nacional

Os primeiros registros de atividades turísticas relacionadas ao TER no Brasil remetem ao município de Lages, Estado de Santa Catarina.

De acordo com Riedl e Almeida (2000, p. 14),

o ensaio de Wladimir Blos, intitulado “O Turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural”, tem o mérito de analisar a feliz iniciativa de Lages, no Planalto Serrano Catarinense, considerada pioneira no Brasil em termos de **turismo no espaço rural**. (Grifo nosso).

Essas atividades de TER começaram a ser desenvolvidas no início da década de 1980, período em que uma das bases econômicas do município de Lages, setor agropecuário, passava por dificuldades, cujas atividades passaram a ser compartilhadas com as atividades não agrícolas relacionadas ao turismo. O registro da primeira propriedade rural que desenvolveu atividades não agrícolas ligadas ao TER no Brasil data de 1984, e remete à fazenda Pedras Brancas, a qual é ilustrada na figura a seguir.

Figura 1.3 – Sede da Fazenda Pedras Brancas, município de Lages



Fonte: Lima (2012).

A região onde está localizado o município de Lages possui como uma de suas principais bases econômicas atividades relacionadas ao setor agropecuário, mais precisamente a pecuária, a qual está fortemente relacionada à história do município.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010),

o comércio de gado, de paulistas e mineiros, com estancieiros do Continente do Rio Grande de São Pedro, veio animar o povoamento da região dos Campos de Lages, elo natural da estrada “que corria pelo planalto, paralela ao litoral, e que partindo de Sorocaba (São Paulo), se internava pelos campos gerais do sul da Capitania”, hoje territórios paranaense e catarinense.

Esse comércio impulsionou o desenvolvimento de propriedades rurais vocacionadas à pecuária, as quais constituem hoje fazendas centenárias que, em virtude daquela crise da década de 1980, adaptaram-se para receber pessoas e/ou turistas motivados a conhecer as atividades desenvolvidas no campo, a vida simples dos camponeses, e as atividades agropecuárias, por exemplo, ordenha, cultura de cereais e espécies frutíferas, além dos bens que compõem patrimônio natural.

Esses turistas buscavam ainda conhecer o patrimônio cultural material (físico) como as cercas e sedes de estâncias construídas em pedra, e o patrimônio cultural imaterial (não físico), gastronomia e artesanato da região, assim como todo o cenário paisagístico que constitui o espaço rural local. As figuras na sequência ilustram uma cerca de pedra de uma propriedade rural e um atrativo turístico, Salto do Rio Caveiras, que constitui a paisagem do espaço rural no referido município.

Figura 1.4 – Cerca de Pedras da área rural do município de Lages



Fonte: Brasil Sabor (2012).

Podemos verificar na figura anterior a presença de animais na propriedade rural, os quais compartilham a mesma área onde se encontra um recurso do patrimônio histórico-cultural do período povoamento município de Lages, cerca de pedra, a qual é preservada e inserida como recurso para atrair e envolver o turista no contexto do espaço rural.

Verificamos, ainda, recursos naturais como araucária, árvore nativa da região, cuja semente, o pinhão, serve como alimento para a fauna local, além de ser uma importante matéria-prima para a elaboração de diferentes pratos que compõem a gastronomia local.



Um dos pratos típicos feitos da região que utiliza o pinhão como matéria-prima principal é o chamado entrevero, que entre os demais ingredientes estão: alho, carne bovina e de porcos e seus derivados, cebola, pimentão e outros. Lages promove anualmente a Festa Nacional do Pinhão.

O município de Lages, em virtude de sua geografia e clima subtropical, apresenta uma expressiva diversidade de recursos naturais que, além de integrar e moldar a paisagem local, forma um conjunto de elementos que potencializa e oferece variadas possibilidades de desenvolver atividades de TER, como, por exemplo, o Salto do Rio Caveiras, ilustrado pela próxima figura.

Figura 1.5 – Salto do Rio Caveiras em Lages



Fonte: Lima (2012).

Nesse contexto, o TER se consolidou como atividade econômica no município, o qual é reconhecido nacionalmente como Capital Nacional do Turismo Rural, sendo muito procurado por pessoas que vivem em ambientes urbanos e buscam nesses locais refúgio e tranquilidade para “repor as energias” para enfrentar o estresse do dia a dia.

Cabe destacar que hoje encontramos, na maior parte dos Estados brasileiros, experiências de propriedades rurais que desenvolvem atividades de TER tanto como alternativa para agregar valor às atividades desenvolvidas no setor agropecuário quanto recurso pedagógico, de lazer e entretenimento da população que vive nos centros urbanos.

2.2 Inserção de atividades turísticas no espaço rural

O desenvolvimento das atividades de turismo no espaço rural está relacionado a regiões caracterizadas por dificuldades ou estagnação econômica, principalmente no setor agrícola, e também pela necessidade de pessoas, principalmente as que vivem e trabalham no meio urbano, reporem suas energias por meio da **aproximação/reaproximação** das atividades desenvolvidas junto à natureza no meio rural.

2.2.1 Turismo como alternativa de valorização do espaço rural

As atividades turísticas, quando bem **planejadas** e **geridas**, são uma alternativa de valorização do espaço rural no sentido de possibilitar o resgate, preservação e fortalecimento das atividades tradicionais/agropastoris e também do patrimônio

cultural e natural presente no mesmo, à medida que sejam compartilhados, por meio das atividades turísticas, pelas pessoas do meio rural com as do meio urbano.

Valoração das atividades tradicionais do espaço rural

O sucesso do desenvolvimento de atividades tradicionais no espaço rural está relacionado a uma série de fatores que variam em virtude das características dessas atividades como a sazonalidade das culturas, a dependência climática e tecnológica, a oscilação de preços de insumos e produtos agropastoris, atravessadores, entre outras.

Essas características, quando desfavoráveis, trazem efeitos negativos ao espaço rural como abandono das atividades, redução na quantidade de alimentos e, em consequência, aumento de preços, êxodo rural, e outros fatores. No entanto, esses efeitos podem ser minimizados ou até eliminados quando outra atividade for desenvolvida de forma compartilhada com a produção agropastoril, como, por exemplo, o turismo, que passa a ser uma alternativa para agregar valor a elas.

Assim, o turismo, quando trabalhado de forma compartilhada com aquelas atividades tradicionais, atua em duas vertentes: a primeira resgatando e valorizando as culturas agropastoris que estão sendo afetadas por algum dos efeitos citados, e, a segunda, quando promove a educação e conscientização quanto à importância das atividades em um determinado contexto social.

Desse modo, os responsáveis pela administração/gestão da propriedade rural necessitam, além daquelas ações quanto às atividades agropastoris, conhecer a cultura, história, tradições e os atrativos turísticos da região em que estão inseridos, visto que o turista é um agente curioso que busca se inserir, mesmo que por algumas horas, na realidade local, visando a adquirir novos conhecimentos e aprendizados.

Uma atividade agropastoril como a produção de leite ou cultura de feijão, cujo preço do produto esteja em baixa no mercado, será fortalecida e/ou compensada por meio de recursos advindos de turistas que buscam vivenciar ou participar das atividades que compõem tais produções, e também promoverá a educação e conscientização do turista sobre essas atividades no contexto social.

Cabe destacar, no que se refere aos recursos econômicos advindos das atividades relacionadas ao turismo, que os mesmos podem ser tanto em relação aos produtos agropastoris comercializados diretamente ao turista, eliminando

assim atravessadores, quanto na geração de novos postos de trabalho oportunizados pelo desenvolvimento das mesmas.

De acordo Lage e Milone (2000), a geração de emprego pode não ser o objetivo de todo o desenvolvimento turístico, mas seguramente é um dos principais resultados, visto que o turismo, como atividade que envolve serviços, tem uma importante capacidade de gerar novos postos de trabalho e ocupações.

Essa valoração do espaço rural traz diversos benefícios, como a valorização da propriedade em si, o acréscimo de valor aos produtos agropastoris, aumento da renda familiar e, principalmente, manutenção da população jovem e adulta na propriedade rural que, caso não tenha perspectiva de renda no campo, poderá migrar para centros urbanos, acentuando o êxodo rural.

O Brasil, por exemplo, que até a década de 1970, era um país de população predominantemente rural, mas a partir da década de 1980, em virtude de diversos eventos ocorridos no espaço rural, como a mecanização das atividades agropastoris, fenômenos climáticos desfavoráveis e crises econômicas, teve um acentuado processo migratório da população do meio rural para o meio urbano, em um fenômeno conhecido como êxodo rural.

Tabela 1.1 – População nos censos demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio – 1960/2010

	População urbana	População rural
1960 ¹	32.004.817	38.987.526
1970 ¹	52.904.744	41.603.839
1980 ¹	82.013.375	39.137.198
1991 ¹	110.875.826	36.041.633
2000 ²	137.755.550	31.835.143
2010 ²	160.925.792	29.830.007

(1) População recenseada. (2) População residente.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observamos nesta tabela que no Brasil, no ano de 2010, pouco mais de 18% da população brasileira vivia no meio rural. Sendo assim, é imprescindível o desenvolvimento de políticas e ações que venham a valorizar o referido meio, oferecendo alternativas e oportunidades de geração de emprego e renda, principalmente ao pequeno agricultor enquadrado na agricultura familiar.

Apesar de o Ministério de Desenvolvimento Rural (MDR) ter políticas voltadas à pequena e média propriedade rural, como o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é importante que as mesmas sejam ampliadas, fortalecidas e difundidas.

Valoração do patrimônio cultural e material do espaço rural

Essa valorização advém da inserção dos bens que integram o patrimônio cultural e natural do espaço rural em roteiros e programações de atividades turísticas em um determinado local.

Nesse sentido, durante o planejamento de atividades turísticas, é importante que aqueles bens sejam identificados e registrados por meio de um inventário turístico e que, após serem submetidos a análises específicas, visando a conhecer suas características e potencialidades representadas via memorial descritivo, sejam inseridos no contexto do turismo.



Os estudos a que os bens que integram o patrimônio cultural e natural devem ser submetidos têm de considerar, além das características e potencialidades, a capacidade de carga turística do local onde estão inseridos, estabelecendo um número máximo de pessoas para visita diária, os possíveis impactos negativos advindos das atividades relacionadas ao turismo, entre outros.

Após esses procedimentos, os bens devem ser organizados em roteiros e programações de acordo com as características das atividades turísticas desenvolvidas em propriedade ou localidade rural, como forma de enriquecer a experiência dos turistas e, ao mesmo tempo, valorizar esse patrimônio cultural e natural.

Essa valorização evita que muitos elementos de riqueza relevante e interesse histórico-cultural e natural sejam descaracterizados ou até mesmo destruídos por ações como readaptação para utilização em outros fins, desmatamentos, queimadas, depredação, entre outros.

Por exemplo, uma propriedade rural onde se localiza uma edificação de arquitetura colonial do século XVII, pela qual passaram diversas gerações de uma família e onde ocorreram relevantes acontecimentos históricos para determinada região, pode hoje estar sendo utilizado como galpão para armazenar produtos, insumos ou mesmo maquinários de uso agropecuário.

Ou, então, essa mesma propriedade pode dispor de uma floresta na qual existam árvores centenárias e espécies endógenas, espécies da fauna e flora que somente ocorrem em determinada região e que, por descuido do proprietário durante uma queimada nas proximidades da mata para “limpar o campo”, o fogo acaba se expandindo até esta floresta destruindo parte da mesma.

Casas de memória:

São estabelecimentos culturais que visam a **resgatar** e preservar elementos de interesse histórico e cultural.

Assim, caso proprietário desta propriedade possuísse conhecimento do patrimônio histórico-cultural e natural e o introduzisse no desenvolvimento das atividades turísticas, poderia restaurar a referida edificação e criar uma **casa de memória** ou mesmo um museu. Já no que se refere à floresta, poderia desenvolver trilhas ecológicas para

observação das mencionadas espécies e das árvores centenárias.

Essas ações, ao mesmo tempo que aumentam a fonte de renda da propriedade rural por meio do desenvolvimento de atividades turísticas, resgatam e preservam o patrimônio cultural e natural nela existente.

2.2.2 Encontro do meio urbano com rural

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural é uma alternativa para promover o encontro entre o meio urbano com o rural, mais precisamente o encontro entre as pessoas que vivem no meio urbano com as pessoas, atividades e ambientes que constituem o meio rural em diferentes países.

Como exemplo podemos citar o caso brasileiro, que tem uma população predominantemente urbana, a qual em alguns casos tem suas raízes ligadas ao meio rural, pois fizeram parte do processo migratório iniciado na década de 1980, ou então são descendentes de gerações que o fizeram.

Essa população, em virtude de suas raízes com o meio rural, possui motivações e necessidades de se **aproximar/reaproximar** do ambiente e das atividades que são desenvolvidas no meio rural como forma de resgate da memória e da história de sua trajetória de vida, que também é repassada às gerações sucessoras, como, por exemplo, filhos, netos, entre outros.

Um jovem que na década de 1970 vivia no meio rural realizando diversas atividades, como manejo do solo para o cultivo de cereais, criação e tratamento de animais, dentre outras, e que na década de 1980 tenha migrado para o meio urbano, talvez tenha hoje o desejo de reviver e relembrar tais momentos juntamente com seus filhos e/ou netos. Esse desejo poderá ser suprido por meio da estadia em uma propriedade que trabalhe com o TER.

Assim, as atividades de TER, além de valorizar o ambiente onde estão inseridas, promovem encontros e reencontros de contextos que fazem parte da história de diferentes gerações.

Outro aspecto importante quanto à aproximação do meio urbano com o meio rural via desenvolvimento de atividades turísticas diz respeito à possibilidade de “fuga”, mesmo que por algumas horas, da exaustiva rotina da vida no meio urbano, caracterizada pelo estresse no trabalho, no trânsito, poluição ambiental, sonora e demais problemas das cidades.

De acordo com Fontana (2010, p. 261), os turistas são motivados por atividades recreativas e de lazer diferenciadas, de modo que seu tempo livre seja preenchido de maneira satisfatória. A busca do lazer, da qualidade de vida, de atividades que fujam da rotina estafante da cidade está na base de motivação do turista de hoje, cujo objetivo é vivenciar experiências diferentes daquelas que experimentam em sua vida diária.

É importante acrescentar que, além de **vivenciar as atividades rurícolas**, muitos turistas buscam ainda **participar** e **experimentar** tais atividades como forma de se inserirem, mesmo que momentaneamente, no contexto social rural. Essas motivações poderão ser direcionadas a diferentes modalidades de TER.

Seção 3

Modalidades de turismo no espaço rural

O estudo das modalidades turísticas desenvolvidas no espaço rural é essencial para que possamos direcioná-las durante seu planejamento e gestão, a vocação/características do destino/ambiente em que se pretenda desenvolver as atividades inerentes a cada modalidade, a fim de optar por aquela que melhor se adapte às especificidades locais, assim como ao perfil do turista com o qual se pretende trabalhar.

3.1 Principais modalidades de TER

Dentre as principais modalidades de TER que vamos abordar neste estudo estão o agroturismo, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura e turismo ecológico. Contudo, ressaltamos que há outras nomenclaturas como turismo de interior, turismo verde, turismo selvagem, entre outras, as quais não serão estudadas neste momento por estarem, de alguma forma, relacionadas às anteriores.

É importante destacar que tanto os cadernos da segmentação turismo do Ministério de Turismo brasileiro quanto alguns autores referem-se a esses conjuntos de atividades como segmentos. No entanto, vamos utilizar a denominação “modalidades”, a qual abrange um grande segmento de TER, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 1.6 – Principais modalidades que compõem o TER



Fonte: Elaboração do autor (2012).

Essa subdivisão de TER em modalidades está relacionada às características tanto do destino quanto à motivação do turista e, conseqüentemente, com a maneira como as atividades turísticas serão desenvolvidas, conforme apresentamos na seqüência.

3.1.1 Agroturismo

A modalidade agroturismo é aquela relacionada a propriedades rurais de agricultura familiar que desenvolvem atividades agropastoris, apresentando dois importantes aspectos, os quais possibilitarão diferenciá-la das demais modalidades de TER. O primeiro aspecto é representado pelo desenvolvimento de atividade agropastoril, a qual representa a principal atividade econômica produtiva em uma propriedade rural. O segundo diz respeito à maneira como o turista experimenta as referidas atividades.

No que se refere às propriedades rurais que possuem atividades agropastoris como principal fonte produtiva, o agroturismo é uma forma de minimizar a dependência econômica dos produtos agropastoris, os quais, além de estarem condicionados a sua sazonalidade, estão expostos a uma série de riscos como riscos climáticos, estiagens e geadas; riscos operacionais, equívocos na adubação e problemas em equipamentos e maquinários; riscos de mercados, oscilação de preços com queda no período da comercialização dos produtos; entre outros.

De acordo com Molina (2001, p. 77),

o agroturismo é uma opção para obter ingressos complementares em comunidades que se ressentem de dependência de setores como agricultura e pecuária, que em seus ciclos, mostram períodos de baixa atividade ou de crises mais severas. Uma das vantagens do turismo é que as compras dos produtos alimentícios são feitas na própria chácara, ou em outras vizinhas, de modo que o aporte econômico favorece diretamente a comunidade.

Podemos verificar, por meio deste entendimento, que o agroturismo poderá complementar as atividades tradicionais produzidas na propriedade no sentido de ser uma fonte de renda em período de entressafra, minimizando os efeitos causados pelos riscos inerentes à produção agropastoril, assim como agregar valor aos produtos agropastoris da propriedade ou comunidade à medida que são comercializados diretamente ao turista.

Com relação à interação do turista com as atividades agropastoris, Beni (2008, p. 471) define o agroturismo como “deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris”.

Nessa definição podemos constatar que o turista, além de desfrutar dos cenários rurais, observa, vivencia e, o mais importante, **participa** das atividades agropastoris desenvolvidas na propriedade rural, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 1.7 – Turista interagindo com a produção agropastoril



Fonte: Acervo do autor (2013).

Na figura apresentada observamos uma turista, neste caso francesa, acompanhada por uma produtora rural, participando da colheita de arroz em uma propriedade rural que possui um empreendimento agroturístico, Pousada Doce Encanto, localizada município de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina. Esse empreendimento faz parte da Associação Acolhida na Colônia que desenvolve atividades relacionadas ao agroturismo e também ao turismo pedagógico.



Além das atividades agropastoris, o agroturismo ainda engloba o desenvolvimento de atividades junto aos bens que fazem parte do patrimônio cultural e natural da propriedade rural como cachoeiras, pescarias, gastronomia, eventos, dentre outros do gênero, os quais o turista poderá observar, vivenciar e experimentar.

Diante desse contexto, uma propriedade rural de agricultura familiar, que contempla no desenvolvimento das atividades turísticas os referidos aspectos, será enquadrada na modalidade agroturismo, aspectos esses que irão diferenciá-la de outra importante modalidade de TER, que é o turismo rural.

3.1.2 Turismo rural

O turismo rural é a modalidade de TER relacionada a atividades de lazer e entretenimento para fruição de cenários e instalações rurícolas em propriedades rurais produtivas, cuja atividade econômica principal não está relacionada à produção agropastoril.

Beni define que as origens do turismo rural podem ser identificadas em duas vertentes, sendo que a primeira:

[...] está nas experiências já consolidadas em vários países, e também no Brasil, consubstanciadas no deslocamento de uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, mediante a introdução do turismo rural como alternativa de aumento de renda, de agregação de valor à terra e de meio de fixação de trabalhadores rurais no campo. Quando o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva explícita o próprio conceito de turismo rural. (BENI, 2008, p. 471).

Podemos observar nesta primeira vertente que o autor identifica o TR como sendo uma atividade relacionada à oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais, sendo o turismo uma alternativa de renda, o qual, quando passa a ser a fonte de renda principal, consolida o próprio conceito de turismo rural.

Já a segunda vertente reside no seguinte entendimento:

[...] nos casos das propriedades não produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada. Ainda nesta vertente incluem-se os modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos, especialmente edificadas nas áreas rurais de destacado valor cênico-paisagístico. (BENI, 2008, p. 471).

Por meio dessa segunda vertente observamos as atividades de turismo rural desenvolvidas em propriedades não produtivas, edificadas em áreas rurais e com expressivo valor cênico, as quais dispõem de instalações receptivas com atividades direcionadas a diferentes faixas etárias. Entre essas instalações estão equipamentos para prestação de serviços de hospedagem, alimentação, atividades lazer e entretenimento para fruição de cenários rurais, entre outros.

A figura a seguir ilustra um grupo de turistas em uma cavalgada de observação do cenário rural promovida pela fazenda Boqueirão, município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Figura 1.8 – Grupo de turistas em uma cavalgada



Fonte: Boqueirão (2012).

Nessa imagem observamos um grupo de turistas participando de atividades promovidas por um empreendimento turístico em meio ao cenário rural do município de Lages. Esse empreendimento tem como finalidade proporcionar ao turista a **vivência e fruição da paisagem local**, o que vem a caracterizar uma atividade típica de turismo rural.

No entanto, caso esse mesmo grupo estivesse **vivenciando e participando** das atividades campeiras, como, por exemplo, conduzindo um rebanho de animais (bovinos, ovelhas, cavalos, entre outros), poderíamos, juntamente com a análise de outros fatores, classificá-las como atividades ligadas à modalidade de agroturismo.

Depois de estudarmos as modalidades de agroturismo e turismo rural, passamos para análise de outra modalidade importante de TER, denominada ecoturismo.

3.1.3 Ecoturismo

O ecoturismo é a modalidade de turismo relacionada ao desenvolvimento de atividades turísticas que promovem de maneira ativa a **educação cultural e ambiental em espaços naturais protegidos**, nos quais exista um manejo controlado das atividades, com planejamento e gestão efetivo de seus recursos naturais e culturais.

No que se refere à essa modalidade, Beni (2008) entende pelo deslocamento de pessoas a espaços naturais e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e Organizações não Governamentais (ONGs), pressupondo a utilização sempre controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais por meio de estudos de impacto ambiental, estimativa da capacidade de carga e do suporte local, e monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Reserva Particular do Patrimônio

Natural: De acordo com o Instituto Chico Mendes (s.d.), a RPPN é uma categoria criada pela iniciativa de proprietários rurais e tem como principal característica a conservação da diversidade biológica, garantindo ao proprietário a titularidade do imóvel.

Podemos complementar essa definição que, além da utilização dos espaços naturais e protegidos pelo Estado ou controlados em parceria com associações locais e (ONGs), o uso de áreas particulares, por meio da criação de uma **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)**, é uma alternativa para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo.

Apesar de algumas definições direcionarem a execução das atividades de ecoturismo a espaços naturais protegidos, cabe destacar que atividades ecoturísticas também poderão ser desenvolvidas em outros espaços com características similares aos mencionados, mas que não estejam enquadrados em classificações jurídicas.

Contudo, as atividades devem sempre seguir um rígido controle, tanto em seu planejamento quanto em sua gestão, respeitando a capacidade de visitação e infraestrutura de cada área.



Paralelamente ao respeito do uso da área, é necessário também uma equipe de profissionais capacitada e qualificada para repassar ao turista informações tanto em relação às especificidades naturais e culturais do local que está sendo visitado quanto aos procedimentos e cuidados com o resgate, preservação e uso sustentável dos recursos do patrimônio cultural e natural.

Um exemplo de sucesso quanto ao planejamento e gestão de atividades de ecoturismo podemos destacar aquelas desenvolvidas na Unidade de Conservação de Proteção Integral do Estadual do Itapuã, município de Viamão, Rio Grande do Sul, a qual possui uma série de orientações e normas durante a execução das atividades como a determinação da capacidade de carga diária de cada trilha, zoneamento de áreas que podem (tangíveis) ou não ser visitadas (intangíveis), uso obrigatório de equipamentos de segurança, entre outras.

A figura a seguir ilustra um grupo de professores durante uma trilha guiada no referido parque.

Figura 1.9 – Grupo professores em uma trilha guiada no referido parque



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2012).

Observamos na figura apresentada que o grupo de professores está acompanhado por uma guia de turismo local, a qual relata as especificidades da fauna e flora, bem como os fatos históricos do local.

3.1.4 Turismo de aventura

Esta modalidade de TER está relacionada a atividades que promovam a superação pessoal, a desafios que estimulem a produção de adrenalina, ao prazer, a liberdade e outras sensações que variam de acordo com os diferentes graus de dificuldade.

De acordo com Beni (2008, p. 472), turismo de aventura compreende:

Deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem roteiros programados e ausência ou incipiência de equipamentos receptivos, motivadas pela atração exercida pelo desconhecido e desejo de enfrentar situações de desafio físico e emocional.

Verificamos, por meio deste entendimento, que o autor se refere às motivações que estão relacionadas com o desconhecido e ao desejo de enfrentar desafios físicos e emocionais, complementando que esta modalidade compreende múltiplas formas de sobrevivência em selva ou outros locais inóspitos ou, ainda, não desbravados e em contato com culturas primitivas.

A prática de atividades de turismo de aventura varia de pessoa para pessoa, as quais poderão ter seu grau de dificuldade alterado de acordo com a motivação e capacidade de enfrentamento do turista com o desconhecido. Na próxima figura observamos a prática de atividades relacionadas ao TA.

Figura 1.10 – Rapel em meio à natureza



Fonte: Skaf (2009).

Na figura anterior observamos participantes de rapel, tendo como cenário as quedas de água que formam as Cataratas do Iguazu, no Estado do Paraná. Neste caso, o turismo possibilitará uma junção entre a adrenalina gerada pela atividade e a contemplação da beleza cênica da paisagem.

3.1.5 Turismo ecológico

A modalidade de turismo ecológico, também conhecida como turismo na natureza, diz respeito ao deslocamento de pessoas a espaços naturais para observação passiva dos recursos que constituem tais espaços, sendo, em muitos casos, **utilizada erroneamente como sinônimo da modalidade de ecoturismo**.

Beni (2008, p. 270) define o turismo ecológico da seguinte forma:

[...] deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno [...] somam-se a essas atividades o exercício eventual da caça e pesca e excursões programadas para pontos geográficos de interesse turístico: rios, ilhas, montanhas e chapadas, grutas e cavernas, minas e jazidas. Em todos esses casos, ainda que haja uma preocupação de educação e conscientização ambiental, **a característica dominante é a maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e limites a utilização do espaço visitado**. (Grifo nosso).

Nessa definição observamos que uma das principais características do turismo ecológico é a flexibilização ou inexistência de restrições, assim como orientações educativas durante a execução das atividades turísticas nos espaços naturais, como, por exemplo, a ausência de guias de turismo locais, determinação de capacidade de carga e áreas intangíveis, uso obrigatório de equipamentos de segurança, entre outros.



Essa flexibilização ou inexistência de normas, em conjunto com a falta de orientações educativas quanto ao desenvolvimento de atividades turísticas são as principais características que diferem a modalidade de turismo ecológico do ecoturismo, as quais poderão trazer diversos impactos negativos aos espaços naturais destinados à visitação.

A próxima figura ilustra o impacto negativo gerado pela atividade turística em uma Unidade de Conservação (UC) federal, em que tanto a orientação quanto a fiscalização da execução da atividade turística é deficitária.

Figura 1.11 – Lixo deixado por turistas ao lado de uma da trilha



Fonte: Acervo do autor (2012).

Podemos verificar nesta figura a presença de lixo, que contrasta com um paredão de pedra. Esse lixo foi deixado ao lado de uma trilha de acesso a um importante atrativo natural que integra a UC federal em análise.

Cabe destacar que além desses impactos negativos gerados por resíduos deixados pelos turistas, a inexistência ou flexibilidade quanto delimitação e orientação quanto à visitação de espaços naturais pode trazer efeitos devastadores a eles como, por exemplo, a erosão do solo, afugentamento de espécies de animais, degrada o da fauna e flora, entre outros.

Capítulo 2

Gestão de empreendimentos agroturísticos

Habilidades

Neste capítulo você desenvolverá a habilidade de identificar, classificar e gerir os elementos que compõem a oferta turística tanto de um destino turístico quanto de uma propriedade de agricultura familiar. Desenvolverá ainda as habilidades de planejar e propor atividades agroturísticas diante da oferta de bens do patrimônio natural e cultural existente, bem como sugerir a diversificação das atividades agropastoris da referida propriedade e a agroindustrialização de alimentos, visando a qualificar e agregar valor aos serviços prestados.

Seções de estudo

Seção 1: Inventário da oferta turística

Seção 2: Oferta de elementos em um destino turístico

Seção 3: Oferta turística de uma propriedade rural familiar

Seção 4: Possibilidades de atividades de agroturismo

Seção 5: Qualificação da atividade no agroturismo

Seção 6: A agroindústria em empreendimentos agroturísticos

Seção 1

Inventário da oferta turística

O inventário da oferta turística é um importante instrumento de identificação e registro de informações quanto aos elementos que compõem determinado destino ou empreendimento turístico que, para nosso estudo, será direcionado a propriedades rurais de agricultura familiar que desenvolvam atividades relacionadas ao agroturismo.

1.1 Procedimentos iniciais de um inventário turístico

O Ministério do Turismo (MTur), por meio da Lei nº 11.771/2008, intitulada Lei Geral do Turismo, recomenda que todos os municípios brasileiros, independente de tamanho, localização ou número de habitantes, realizem o inventário dos elementos que compõem sua oferta turística.



O inventário turístico, além de ser um instrumento base para o planejamento e gestão das atividades turísticas desenvolvidas em uma região, também funciona como diferencial quando municípios se candidatam a receber verbas específicas direcionadas pelo MTur, uma vez que é um dos pré-requisitos para a liberação de recursos.

Assim, quando participamos do planejamento ou gestão de um destino ou empreendimento turístico é fundamental ter em mãos as informações dos elementos da oferta turística, os quais são responsáveis tanto por motivar o turista a empreender uma viagem até o destino/empreendimento quanto por oferecer suporte necessário ao turista durante seu deslocamento e estada nesses locais.

Para contextualizar essa importância, vamos comparar os elementos da oferta turística com os ingredientes de um bolo de chocolate. Por exemplo, pretendemos fazer esse bolo, mas não conhecemos os ingredientes nem as respectivas medidas. Certamente o resultado final poderá ser bem diferente daquele esperado e não irá agradar nem a nós tampouco aos apreciadores de bolos de chocolate.

Com o planejamento e gestão das atividades turísticas não é diferente. Dessa forma, devemos conhecer, analisar e avaliar os elementos que compõem a oferta turística, procedimento este que é possível de ser realizado por meio do inventário turístico.



Quem e de que forma é realizado um inventário turístico?

De acordo com o MTur, o inventário da oferta turística em âmbito nacional é coordenado pelo próprio MTur, e nos âmbitos estadual, regional e municipal por órgãos oficiais de turismo das Unidades da Federação (UFs):

Em âmbito nacional, o Projeto Inventário da Oferta Turística será coordenado pelo Ministério do Turismo (Coordenação Geral de Regionalização), com o apoio do Conselho Nacional de Turismo (Câmara Temática de Regionalização). Os Órgãos Oficiais de Turismo das UF's, com o apoio dos Fóruns Estaduais de Turismo, são os responsáveis pela coordenação do projeto em âmbito estadual, assim como em níveis regionais e municipais, a coordenação cabe às Instâncias de Governança Regionais, quando existirem, e aos Órgãos Municipais de Turismo, apoiados pelos Conselhos Locais de Turismo. Todos esses órgãos terão o amparo das Instituições de Ensino Superior. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Podemos verificar que, independente da esfera administrativa, os órgãos e colegiados de turismo devem ter o amparo de instituições de ensino superior (IES). Neste caso, ressaltamos a importância de essas IES possuírem cursos superiores de turismo, cujos estudantes e professores participem das ações por meio da aplicação de procedimentos metodológicos e detalhes relativos à **coleta, análise e avaliação** de dados e informações quanto aos elementos da oferta turística a ser trabalhada.

Assim, em virtude de o inventário da oferta turística apresentar diferentes processos que envolvem desde a coleta até a avaliação desses dados e informações, sua elaboração deverá ser subdividida em etapas compostas por pesquisas bibliográficas, reuniões com a comunidade local, saída de campo e tabulação dos dados e informações coletadas.

1.1.1 Pesquisas bibliográficas e documentais

É importante iniciar a elaboração de um inventário turístico por esta etapa, visto que ela possibilita obtermos informações gerais da realidade local, como, por exemplo, as características geográficas, ambientais, históricas, culturais, eventos locais ou algum caso específico que seja relevante para local.

Mapas temáticos:

São representações cartográficas que identificam e espacializam dados relativos a um determinado tema ou temática como, por exemplo, clima, geologia, hidrografia, vegetação, socioeconômico, de interesse turístico, entre outros.

As fontes de pesquisas consultadas devem ser as mais variadas, pois possibilitarão atingir uma quantidade diversa e expressiva de dados e informações. Sendo assim, podemos utilizar como subsídios os jornais, livros, **mapas temáticos**, portais eletrônicos de instituições públicas e privadas, documentos públicos, entre outras fontes que possam trazer informações quanto a realidade local.

1.1.2 Reuniões com a comunidade local

Recomendamos que essa etapa seja realizada após o levantamento bibliográfico, visto que, de posse dos dados e informações obtidos na etapa anterior, esses poderão ser apresentados à comunidade por meio de eventos como audiências públicas, seminários, fóruns, e outros recursos do gênero.

Assim, a comunidade poderá se manifestar quanto aos dados e informações coletados, bem como complementar com novos elementos que sejam pertinentes à atividade turística que, por algum motivo específico, não foi possível identificar em pesquisas bibliográficas e documentais.

1.1.3 Saída de campo

Esta etapa visa a confrontar os dados e informações coletados com a realidade que se apresenta no objeto de estudo. Também fornecerá informações inéditas, que não tenham sido identificadas nas etapas anteriores.

1.1.4 Tabulação das informações coletadas

Diz respeito à organização, estruturação e sistematização das informações coletadas, sendo que nesta etapa é feita a análise, classificação e avaliação dos elementos de interesse turístico. Desse modo, os elementos poderão ser classificados tanto de acordo com suas características materiais (tangíveis) ou imateriais (intangíveis) quanto à sua função para o desenvolvimento das atividades turísticas.

1.2 Finalidades de um inventário turístico

O turismo, por ser um fenômeno que envolve a utilização de uma rede de recursos de diferentes áreas como ambiental, cultural, econômica e social, necessita de uma base de dados e informações para que os mencionados recursos, após identificados, sejam registrados e mapeados para serem utilizados como suporte no planejamento e gestão das atividades.



A base de dados e informações fornecida pelo inventário da oferta turística de um destino/empreendimento turístico fornece uma leitura precisa da realidade em que o mesmo está inserido, permitindo o desenvolvimento das atividades turísticas de forma organizada e sistematizada, bem como a integralização desses dados com outros de demais ofertas turísticas.

Desse modo, em virtude de o turismo, assim como seus empreendimentos, trabalhar com uma expressiva quantidade de recursos dispostos em redes que integram tanto o destino turístico quanto outros empreendimentos, vamos apresentar, com base na metodologia da oferta turística do MTur brasileiro (2006), as peculiaridades para a elaboração do inventário da referida oferta direcionada a um destino turístico, e posteriormente a uma propriedade rural que desenvolva atividades ligadas à agricultura familiar.

Seção 2

Oferta de elementos em um destino turístico

A oferta de recursos turísticos em um destino é composta por atrativos e demais elementos que irão viabilizar tanto o deslocamento do turista entre os polos emissor e receptor quanto sua estada no polo receptor e posterior retorno ao polo emissor, oferecendo toda uma infraestrutura para a execução dessas etapas.

Excursionistas: Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), são viajantes que se deslocam a um determinado destino turístico e nele permanecem por um período inferior a 24 horas, diferindo do termo **turista**, que se refere a viajantes que se deslocam a um destino turístico e nele permanecem por um período superior a 24 horas e inferior a um ano. Nessa abordagem utilizaremos a terminologia turista como sinônimo de excursionista.

Contudo, em virtude da importância dos atrativos turísticos para motivação de turistas ou **excursionistas** a empreender uma viagem, vamos enfatizar nossos estudos nas características desses atrativos e analisar, de forma geral, os demais elementos da oferta turística.

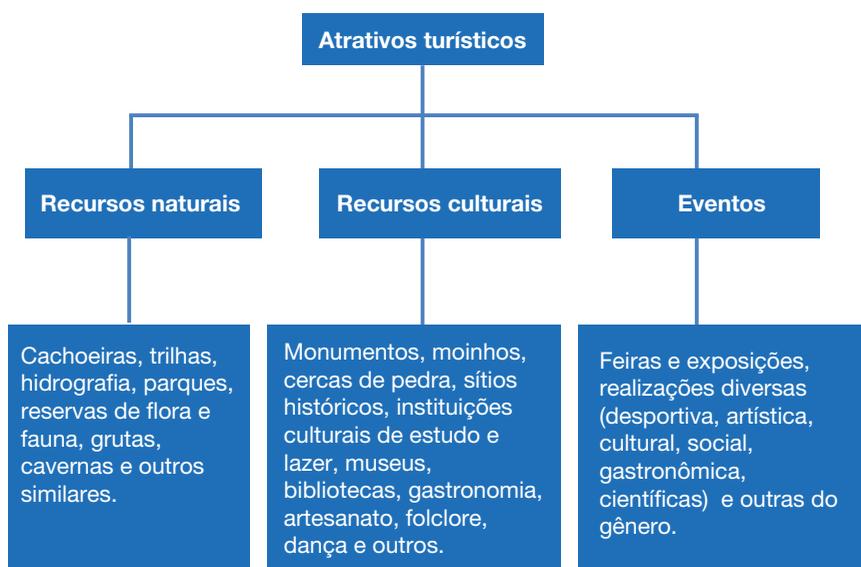
2.1 Atrativos turísticos

Os atrativos turísticos estão entre os principais elementos que compõem a oferta turística de um destino ou empreendimento turístico, visto que são capazes de motivar turistas a empreender uma viagem aos mesmos, ou então complementar outros atrativos turísticos de maior interesse, e com isso aumentar a permanência e satisfação dos turistas nesses locais.

2.2 Tipologias de atrativos turísticos

Tais atrativos são classificados de acordo com suas características, sendo subdivididos em três tipos, conforme observamos na figura seguinte.

Figura 2.1 – Tipos de atrativos turísticos



Fonte: Adaptação Ministério do Turismo (2006).

Verificamos, na figura apresentada, que os atrativos turísticos são compostos por uma grande diversidade de recursos que compõem o patrimônio tanto natural, os quais são de mais fácil identificação, quanto cultural, que muitas vezes exige um estudo mais detalhado para identificar e registrá-los, diante da imaterialidade de parte deles.

Apesar desta subdivisão, os atrativos turísticos, em alguns casos, poderão se enquadrar em mais de uma tipologia.

O carnaval é um atrativo turístico que pode ser classificado tanto como um recurso cultural quanto um evento, visto que ao mesmo tempo em que é patrimônio cultural imaterial de um país é também trabalhado de forma específica em cada destino turístico.

Outra característica importante relacionada aos atrativos turísticos diz respeito à capacidade que os mesmos possuem para motivar turistas a empreenderem uma viagem a um determinado destino. Visando a mensurar essa capacidade, o antigo Centro de Capacitação para o Turismo (CICATUR) da Organização dos Estados Americanos (OEA) desenvolveu um método de classificação baseada em quatro hierarquias.

2.2.1 Hierarquias dos atrativos turísticos

Entre as hierarquias desses atrativos estão a hierarquia 3, hierarquia 2, hierarquia 1 e hierarquia 0, as quais são apresentadas na sequência.

Hierarquia 3

Os atrativos turísticos de hierarquia 3 são aqueles que possuem atributos de atratividade extraordinária, com grande relevância para o mercado turístico mundial, tendo a capacidade de motivar correntes de turistas nacionais e internacionais.

Um exemplo de atrativo turístico desta magnitude são as praias de alguns Estados brasileiros, as quais possuem a capacidade de atrair, em determinados períodos do ano, milhões de turistas de todos os continentes que buscam sol, praia, lazer e diversão. A figura na sequência mostra parte das falésias que formam a orla da praia de Morro Branco, município de Beberibe, Estado do Ceará. Nessa praia, além dos elementos citados, o turista poderá contemplar tais falésias formadas por areias de cores variadas, inclusive poderá adquirir um *souvenir* que tem como matéria-prima principal essas areias.

Figura 2.2 – Falésias da praia de Morro Branco



Fonte: Acervo do autor (2013).

Período

renascentista: Período de manifestações artísticas de pintores e escultores italianos, assim como outras áreas político-filosóficas, que inovaram e reinterpretaram o pensamento e a cultura na Europa, na qual até então imperava o pensamento teocentrista e o antropocentrismo medieval.

Podemos citar, ainda, como um atrativo desta hierarquia, o Museu do Louvre, localizado em Paris, França, o qual é visitado por milhares de turistas todo ano. Neste museu está exposto à visitação turística um formidável conjunto de obras de artes de renomados artistas, inclusive do **período renascentista**, como a Mona Lisa, de Leonardo da Vinci.

Hierarquia 2

Essa hierarquia diz respeito aos atrativos que apresentam atributos com aspectos extraordinários em um determinado país, sendo capaz de motivar, seja isoladamente ou em conjunto com outras atrações, grupos de turistas nacionais ou estrangeiros a empreenderem

uma viagem ao destino.

Podemos citar como exemplo desses atrativos o Festival de Cinema de Gramado, realizado no município de Gramado, Rio Grande do Sul, o qual teve sua primeira edição realizada entre os dias 10 e 14 de janeiro de 1973. Esse festival surgiu com o objetivo de resgatar e valorizar a arte cinematográfica brasileira, sendo hoje um dos mais conceituados eventos do gênero da América Latina.

Hoje o referido festival é realizado no mês de agosto de cada ano, buscando conciliar as atratividades deste evento às baixas temperaturas da região da Serra Gaúcha, que neste período lembra o clima europeu.

Hierarquia 1

A hierarquia 1 corresponde aos atrativos turísticos com atributos chamativos, capazes de interessar os turistas que vieram de longe para a região por outras motivações turísticas, ou capaz motivar correntes turísticas locais.

Entre exemplos desses atrativos turísticos podemos citar a Ponte Hercílio Luz, Florianópolis, Estado de Santa Catarina; os Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, Estado de mesmo nome, estátua do Laçador (ou monumento ao **Laçador**), Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a Ópera de Arame, Curitiba, Estado do Paraná, o Teatro Amazonas, Manaus, Estado do Amazonas, o Pelourinho, Salvador, Estado da Bahia, a Cachoeira Véu de Noiva, Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso, entre outros. A próxima figura ilustra um dos atrativos citados, a Ópera de Arame.

Figura 2.3 – Ópera de Arame



Fonte: Acervo do autor (2014).

A Ópera de Arame, formada por uma estrutura tubular e teto de policarbonato transparente, cujo auditório onde são realizados diversos eventos culturais, possui mais de 1600 lugares. Vale observar que essa estrutura foi construída na cratera de uma pedreira desativada, revitalizando e trazendo funcionalidade ao local.

Hierarquia 0

Por fim, temos a hierarquia 0, a qual diz respeito aos atrativos turísticos sem atributos suficientes para ser incluída nas hierarquias anteriores. No entanto, fazem parte do patrimônio turístico que compõe um determinado destino e podem complementar outros atrativos de maior interesse durante o desenvolvimento das atividades turísticas.

Os atrativos com essa hierarquia estão presentes em maior quantidade em um destino turístico. Citamos aqui como exemplo rios, lagos e lagoas, igrejas, cachoeiras, feiras locais entre outros, os quais não se enquadram nas características das hierarquias anteriores. A figura seguinte mostra parte do trecho de um riacho na área rural do município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 2.4 – Trecho do riacho



Fonte: Acervo do autor (2014).

Observamos a presença de pedras e árvores nativas às margens desse riacho, o qual poderá ser trabalhado como uma área de banho, em estações mais quentes, ou então como espaço de meditação, leituras, confraternização, por exemplo. Estudadas as características dos atrativos turísticos de um destino, vamos agora conhecer os demais elementos que formam sua oferta turística.

2.2.2 Demais elementos da oferta turística

Com relação aos demais elementos da oferta turística podemos falar a respeito dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura de apoio ao turismo e dos órgãos oficiais de turismo.

Equipamentos e serviços turísticos

Os referidos equipamentos são essenciais durante a permanência do turista no polo receptor assim como, durante seu trajeto, em suas paradas em locais de transição, visto que irão suprir, principalmente, as necessidades fisiológicas (fome, sede, sono, entre outras), e as necessidades de segurança (abrigo, privacidade, etc.) do turista enquanto estiver fora de sua residência.

Entre os elementos que compõem os equipamentos e serviços turísticos estão:

- Meios de hospedagem

São compostos por empreendimentos que oferecem hospedagem ao turista, como, por exemplo, hotéis, motéis, pousadas rurais e urbanas, pensões, *camping* e similares.

- Locais de entretenimento

Correspondem a espaços em que o turista poderá ter acesso à recreação e a instalações desportivas (parques, praças, mirantes, marinas), estabelecimentos noturnos (casa de espetáculos, boates), cinemas, teatros e outros.

- Serviços de alimentação

Diz respeito aos estabelecimentos em que o turista poderá usufruir de alimentos e bebidas, desde as gastronomias mais diversificadas até a gastronomia local. Entre os exemplos desses podemos citar: restaurantes, bares, lanchonetes, cervejarias e outros.

- Outros equipamentos e serviços turísticos

Referem-se aos empreendimentos especializados em operações que viabilizarão a viagem do turista, compreendendo o agenciamento, transporte e informações a ele. Entre os empreendimentos desta categoria estão as agências de viagens, transportadoras turísticas, postos de informação turística, locadora de imóveis ou veículos, comércio turístico (lojas de artesanato e *souvenir*), casas de câmbio, bancos, etc.

Infraestrutura de apoio ao turismo

Os elementos que compõem a infraestrutura de apoio ao turismo de um destino correspondem àqueles que irão dar apoio tanto ao desenvolvimento de atividades locais quanto às atividades turísticas, sendo dessa forma compartilhados entre turistas e comunidade local.

Estão entre esses elementos:

- Equipamentos médico-hospitalares

São elementos destinados aos serviços de saúde presentes no destino turístico, como, por exemplo, pronto-socorro, hospitais, clínicas e outros.

- Sistemas de comunicação

Referem-se ao aparato de elementos que integram os meios de comunicação do destino. Entre esses podemos citar: agências postais e telegráficas, postos telefônicos, *lan houses*, antenas de celular, emissoras de rádio e televisão, jornais e similares.

- Sistemas de segurança

Correspondem aos elementos responsáveis por manter a ordem e a segurança do destino turístico, como, por exemplo, batalhões militares e delegacias de polícia, postos da Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros e outros.

- Sistemas de transporte

Em relação a esses elementos, cabe destacar que também são de grande importância para o desenvolvimento do turismo, visto que viabilizarão o deslocamento do turista tanto no polo emissor quanto no receptor, assim como entre tais polos.

Destacam-se entre os exemplos elementos que constituem o sistema de transporte terrestre (rodovias, terminais, estações rodoviárias e ferroviárias), sistema hidroviário (portos, estações e serviços fluviais), sistema marítimo, sistema aeroviário (aeroportos, aeroclubes, e outros). Também são incluídos entre esses elementos o carro, ônibus, táxi, bicicleta, etc.

- Unidades educacionais

Correspondem aos elementos que estão relacionados à educação, capacitação e treinamento em um destino turístico como, por exemplo, universidades, escolas, centros de treinamento, entre outros.

- Outros sistemas

Esses elementos correspondem à infraestrutura básica de um determinado destino como o sistema de saneamento, água, gás, eletricidade, entre outros.

Órgãos oficiais de turismo

São entidades que irão elaborar e gerir as políticas locais para desenvolvimento das atividades turísticas em um destino turístico. Entre essas entidades podemos destacar as Secretarias Municipais de Turismo e similares, Instâncias de Governança Regionais do Programa de Regionalização do Turismo, Colegiados de Turismo, entre outros.

A partir do estudo desse conjunto de elementos que compõem a oferta turística de um destino foi possível constatar que a elaboração de um inventário turístico é um processo complexo, detalhado e amplo, porém fundamental para o planejamento e gestão das atividades turísticas.

Desse modo, quando trabalhamos com empreendimentos turísticos, neste caso agroturísticos, devemos conhecer tanto o inventário turístico do destino quanto da propriedade rural em que o referido empreendimento estará inserido, visto que tais inventários fornecerão valiosos dados e informações sobre as características e a realidade do local no qual pretendemos desenvolver atividades.



Para este estudo a propriedade rural de agricultura familiar terá uma composição variada, pois nela, além de serem desenvolvidas as atividades tradicionais ligadas à agricultura e à pecuária, estará inserido o empreendimento de agroturismo. Assim, tal propriedade conciliará essas atividades agropastoris com o desenvolvimento de atividades turísticas.

Nesse sentido, paralelamente ao inventário da oferta turística do destino, é fundamental a realização de um inventário da propriedade rural, identificando e registrando os atrativos turísticos e as atividades agropastoris nela desenvolvidas, de forma a obtermos subsídios para planejar e gerir de maneira adequada seu empreendimento agroturístico, identificando ameaças e oportunidades.

Seção 3

Oferta turística de uma propriedade rural familiar

Em virtude de o agroturismo abranger atividades desenvolvidas em uma propriedade rural de agricultura familiar, cuja fonte econômica principal está relacionada às atividades agropastoris, as quais o turista busca **vivenciar e participar**, essas passam a integrar a oferta turística do empreendimento. Desse modo, devemos identificar e registrar tanto os elementos da oferta turística que estão presentes na propriedade e em suas proximidades quanto as atividades agropastoris nela desenvolvidas.

3.1 Atividades tradicionais do meio rural

As atividades tradicionais desenvolvidas no meio rural, relacionadas à agricultura e pecuária, são os pilares de uma propriedade rural que trabalhe ou pretenda trabalhar atividades turísticas relacionadas à modalidade de agroturismo.

O agroturismo é definido como uma modalidade de Turismo no Espaço Rural (TER) desenvolvida por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, mantendo suas atividades econômicas tradicionais, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local, proporcionando bem-estar aos envolvidos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003).

Nesse sentido, quando o produtor rural pretenda desenvolver ou, então, já esteja desenvolvendo atividades de agroturismo, deve estar atento para que aquelas atividades agropastoris sejam priorizadas como fonte **econômica principal da propriedade**.

Riedl e Almeida (2000, p. 14) destacam o entendimento quanto a esse procedimento trazido pelo autor Wladimir Blos com relação à experiência de TER do município de Lages, Santa Catarina:

Com base em pesquisa de campo realizada pelo autor, constata-se que o fluxo turístico em Lages vem crescendo significativamente e que o retorno econômico pode ser considerado bom, muito acima dos rendimentos obtidos com as outras atividades agrícolas tradicionais no município. **O risco está no gradativo abandono da agropecuária, o que precisa ser evitado.** (Grifo nosso).

Ao priorizar essas atividades o produtor rural estará contribuindo para a sustentabilidade econômica de sua propriedade, pois, além de ser a fonte de renda base, em muitos casos é o principal fator motivacional que fará com que um turista venha a frequentar o empreendimento agroturístico.



Em uma propriedade rural que desenvolva atividades relacionadas à modalidade de agroturismo, as atividades turísticas devem ser trabalhadas como fonte de renda secundária, mesmo que, em alguns casos, esta ultrapasse a renda das atividades tradicionais. Isso contribuirá para a sustentabilidade do empreendimento.

Essa medida evita que, em virtude de uma eventual superioridade de renda obtida por meio das atividades turísticas, o produtor rural transforme seu eixo econômico de produção para se dedicar exclusivamente ao turismo, deixando de desenvolver as atividades agropastoris, as quais são fundamentais para atrair e manter o turista na propriedade.

Caso contrário, o turista que se deslocava até a propriedade rural com o objetivo de vivenciar e participar daquelas atividades, como, por exemplo, realizar ordenha, coletar frutos e hortaliças, participar de atividades inerentes à pecuária, trabalhar no preparo do solo para culturas agrícolas, ou então participar da colheita, não terá mais a mesma motivação para frequentar a propriedade.

Vale ainda ressaltar a importância de trabalharmos as atividades agropastoris em conjunto com outros recursos da oferta turística tanto do destino turístico quanto aqueles presentes na propriedade rural ou em suas proximidades, a fim de agregar valor às atividades turísticas, otimizando dessa forma a satisfação do turista durante sua estada no empreendimento agroturístico.

Esses recursos presentes na propriedade, elementos internos, ou então em sua proximidade, elementos externos, em certos casos poderão coincidir com a oferta do destino turístico, podendo dessa forma serem trabalhados sob duas óticas: a da propriedade e a do destino.

3.2 Elementos internos

São os elementos localizados dentro dos limites internos da propriedade rural, estando diretamente sob a gestão do produtor rural. Compreendem esses elementos os atrativos naturais, atrativos culturais e eventos.

3.2.1 Atrativos naturais

Correspondem aos elementos físicos que, depois de identificados, registrados e inseridos em roteiros turísticos, agregam significativo valor às atividades de agroturismo. São exemplos desses atrativos turísticos as cachoeiras, trilhas ecológicas, riachos, açudes, cânions, grutas, cavernas, árvores centenárias, entre outros.

3.2.2 Atrativos culturais

Referem-se aos bens materiais e imateriais presentes na propriedade. Entre os bens materiais estão os sítios arqueológicos, edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico, equipamentos e instrumentos de interesse histórico utilizados na produção de alimentos, museus, casas de memória, entre outros. Com relação aos bens imateriais, podemos citar a gastronomia, artesanato, folclore, jogos, costumes locais, etc.

3.2.3 Eventos

Correspondem a eventos realizados na propriedade rural que poderão ser inseridos junto às atividades turísticas, como, por exemplo, feiras e exposições de produtos artesanais e culturais, mostras gastronômicas, festas e comemorações em grupos, concurso de pesca, e demais eventos.

3.2.4 Equipamentos e serviços do espaço rural

Esses recursos referem-se a equipamentos relacionados à execução de atividades agropastoris, os quais estão presentes na propriedade rural; ou então a serviços específicos que são prestados pela mesma.

Com relação aos equipamentos, podemos citar a presença de tratores, arados com tração animal ou mecânica, carroças/carro de boi, forno a lenha, leiteira, e outros similares. No que diz respeito aos serviços, podemos mencionar aqueles relacionados à hospedagem, alimentação, lazer entre outros.

3.3 Elementos externos

São aqueles elementos que estão fora dos limites da propriedade rural, não estando dessa forma sob a gestão direta do produtor. No entanto, possuem valiosa função para o desenvolvimento das atividades de agroturismo na propriedade.

Na sequência apresentamos alguns desses principais elementos. Contudo, lembramos que os mesmos não se restringem aos itens apresentados, pois,

dependendo do contexto local, poderão surgir outros elementos de importância igual ou superior.

3.3.1 Elementos da infraestrutura de acesso

Dizem respeito aos elementos que irão viabilizar o deslocamento do turista até a propriedade rural, sendo essencial a sua identificação e registro para oferecer aos turistas diferentes opções de acesso à propriedade.



O conhecimento prévio desses elementos possibilitará ao turista planejar sua viagem sob diferentes aspectos, como, por exemplo, o tempo de percurso durante o deslocamento, o valor das tarifas de transportes e os serviços de apoio existentes no percurso.

Entre os elementos que compõem os sistemas de transporte estão o sistema viário das diferentes esferas administrativas, rodoviárias, ferrovias e estações ferroviárias, portos, aeroportos, transportes coletivos, táxis, entre outros.

3.3.2 Equipamentos de comunicação

Esses elementos são importantes, em um primeiro momento, para que o turista estabeleça o primeiro contato com o proprietário do empreendimento agroturístico. Em um segundo momento, durante sua estada, para que possa ter acesso às diferentes fontes de informação de seu interesse.

Podemos citar entre esses recursos antenas de celular, rede de internet com ou sem fio, telefone, emissoras de rádio e televisão e demais equipamentos do gênero.

3.3.3 Equipamentos de infraestrutura básica

Referem-se aos recursos que compõem a infraestrutura básica de uma propriedade rural, os quais são indispensáveis para dar o suporte necessário à execução das atividades turísticas nela desenvolvidas, garantindo a operacionalidade e sustentabilidade ao empreendimento agroturístico.

Estão entre esses recursos a eletricidade, a qual é essencial para o funcionamento de equipamentos de refrigeração, higiene, iluminação, e outros similares; o sistema de saneamento, responsável pela coleta e tratamento de água, esgoto e lixo doméstico, e demais recursos.

3.3.4 Equipamentos de agenciamento, alimentação, lazer e hospedagem

Trata-se de elementos que darão suporte à venda e promoção dos produtos e serviços turísticos desenvolvidos no empreendimento de agroturismo, assim como para a complementação deles. Entre esses recursos estão:

Agenciamento

Responsável pela promoção dos produtos e serviços turísticos presentes nos referidos empreendimentos, assim como pela captação e agenciamento de turistas. Entre os elementos que compõem o agenciamento destacamos as operadoras de turismo, as agências de viagens e congêneres.

Alimentação, lazer e hospedagem

Correspondem aos equipamentos que poderão complementar os serviços prestados por um empreendimento de agroturismo, à medida que ofereçam ao turista algum tipo de produto ou serviço que não esteja entre aqueles prestados por esse empreendimento. Podemos, por exemplo, citar pousadas rurais, agroindústrias, colha e pague, pesque-pague, vinícolas, entre outros.

A partir deste estudo percebemos que o sucesso das atividades de agroturismo não está somente relacionado ao estudo e conhecimento prévio dos elementos que constituem a oferta turística de um destino ou propriedade rural, mas também às atividades agropastoris desenvolvidas nessa propriedade. Esse conjunto de elementos nos fornece subsídios para planejar e/ou desenvolver alternativas para a criação de um portfólio de produtos ou serviços turísticos relacionados ao agroturismo.

Seção 4

Possibilidades de atividades de agroturismo

Uma das possibilidades para o desenvolvimento de um portfólio de produtos e serviços para o agroturismo decorre da criação de cenários em que o turista possa ser inserido em atividades agropastoris desenvolvidas na propriedade rural, bem como possa usufruir dos elementos da oferta turística local.

4.1 Diversificação de atividades agropastoris

Tendo em vista que o agroturismo se refere a uma modalidade de TER que compreende a produção agropastoril como fonte econômica principal de uma

propriedade rural de agricultura familiar, e que proporciona a participação e vivência dos turistas nas atividades agropastoris, torna-se essencial que haja diversificação dessas atividades.



As atividades agropastoris, apesar de não estarem enquadradas entre os elementos que compõem a categoria dos atrativos da oferta turística de um destino ou propriedade rural, em muitos casos é o principal fator motivacional para o deslocamento de turista até a propriedade que trabalhe com o agroturismo.

Assim, para que um empreendimento de agroturismo tenha um diferencial em relação a outros empreendimentos que desenvolvam atividades turísticas, e consequentemente atinja e satisfaça um número significativo de turistas, a propriedade rural deve diversificar as atividades tanto na agricultura quanto na pecuária.

Paralelamente à referida diversificação, deve existir também um trabalho educativo e pedagógico junto ao turista, para que além de sua vivência e participação nas atividades ocorra a compreensão das etapas dos processos produtivos que as compõem.

4.1.1 Agricultura

No desenvolvimento de atividades voltadas ao agroturismo, podemos inserir, por exemplo, atividades agrícolas relacionadas ao cultivo de cereais, fruticultura e de hortaliças de uma propriedade rural.

Cultura de cereais

As culturas de cereais oferecem um rol de possibilidades de inserção do turista nas etapas que envolvem seus processos de produção, como, por exemplo, seleção das sementes, preparo do solo, plantio, observação do desenvolvimento das plantas, colheita, preparo para comercialização e a aquisição propriamente dita dos produtos.

Essas culturas oferecem, ainda, variadas opções de comercialização dos produtos, pois, além da comercialização para o mercado tradicional, eles poderão ter diferentes destinações no empreendimento agroturístico, como, por exemplo, compor as variadas opções de cardápio de refeições servidas ao turista, ser comercializado diretamente ao visitante, entre outras possibilidades.

Cultura de árvores frutíferas

A fruticultura poderá agregar valor às atividades turísticas de uma propriedade rural no sentido de valorização e diversificação da paisagem, pois, em virtude do comportamento de cada espécie frente às mudanças das estações do ano, faz com que existam diferentes cenários paisagísticos no espaço rural de acordo com cada estação.



A presença de árvores frutíferas também estimula a diversificação da fauna local, pois atrai uma série de animais que buscam alimento e abrigo junto a elas.

Outra contribuição das árvores frutíferas é oferecer ao turista, desde que tomando as precauções necessárias, a possibilidade de coletar e consumir o fruto diretamente do pé, assim como participar dos processos de colheita, classificação, beneficiamento e até da produção de doces e derivados.

Cultura de hortaliças

A cultura de hortaliças será fonte agregadora de valor às atividades turísticas de um empreendimento de agroturismo à medida que o turista possa participar das etapas de produção, além de consumir os produtos nas refeições oferecidas na propriedade.

Cabe destacar que, além dessas culturas agrícolas, outras também poderão ser inseridas nas atividades turísticas da propriedade. Contudo, é válido lembrar que todas essas culturas sejam produzidas sem o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, utilizando desse modo processos agroecológicos, a fim de não trazer riscos à saúde dos trabalhadores da propriedade nem à do turista.

4.1.2 Pecuária

As atividades relacionadas à pecuária são outra forma de valorização das atividades de agroturismo. Entre as referidas atividades estão a criação de animais de grande e médio porte, utilizados na pecuária de corte e leite ou então para trabalhos rotineiros na propriedade rural.

Animais de corte e leite

Os turistas poderão participar de atividades que envolvam diversas etapas do manejo desses animais, como, por exemplo, o nascimento, alimentação, tosquia, banho e vacinação, entre outras atividades.

Esses animais poderão agregar valor às atividades turísticas no sentido em que o turista poderá interagir diretamente com eles, tornando-se, além de uma terapia, uma forma de desfazer, para alguns turistas, concepções errôneas, fazendo-os conhecedores acerca de trabalhos rotineiros desenvolvidos em uma propriedade rural.

Talvez até já tenhamos presenciado o relato de que uma criança residente em um grande centro urbano, ao visitar uma propriedade rural e ao se deparar com uma vaca sendo ordenhada, tenha ficado surpresa, pois acreditava que o leite vinha diretamente da “caixinha”.

Dos animais que poderão ser inseridos nesta categoria estão, principalmente, bovinos, caprinos, equinos e ovinos.

Animais para trabalhos rotineiros

Esses animais são aqueles utilizados em atividades rotineiras que envolvam os processos produtivos na propriedade rural, como, por exemplo, tracionar a roda de um engenho, carroça/carro de boi, ou mesmo auxiliar em tarefas que envolvam outros animais como tropeada/campeirada, transporte de insumos e produtos agrícolas, entre outros.



Antes de inserir o turista nessas atividades devemos nos certificar que tanto os animais de corte e leite como os envolvidos nos trabalhos rotineiros sejam dóceis o suficiente para evitar eventuais incidentes que possam trazer danos físicos e psicológicos tanto ao turista quanto ao animal.

O objetivo dessas atividades é proporcionar momentos de tranquilidade e descontração ao turista, assim como o aprendizado quanto a algumas das etapas que envolvem os processos de produção do alimento que ele consome diariamente.

A seguinte figura ilustra um exemplo de propriedade rural que diversifica atividades tradicionais de agricultura e pecuária.

Figura 2.5 – Propriedade rural com diversificação de atividades tradicionais



Fonte: Mikhaylova (2010).

Verificamos nesta figura uma propriedade rural de agricultura familiar que apresenta expressiva diversificação de atividades agropastoris como criação de gado de leite, suínos, ovinos, aves, assim como o cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, cereais entre outras.

Dessa forma, essa propriedade se enquadra perfeitamente no perfil da modalidade de agroturismo, necessitando apenas da formatação das atividades turísticas junto à produção agropastoril e aos elementos da oferta turística nela inseridos, como, por exemplo, o moinho ao fundo da imagem; ou então em suas redondezas, como açudes, rios, cercas de pedra, e outros do gênero.

4.2 Formatação de atividades de agroturismo

A formatação do portfólio de produtos e serviços de um empreendimento agroturístico decorre do compartilhamento entre as atividades agropastoris desenvolvidas na propriedade rural e os elementos da oferta turística do destino e da propriedade. Desse modo, vamos apresentar na sequência algumas alternativas para viabilizar esse compartilhamento.

4.2.1 Atrativos, equipamentos, serviços e sinalização turística

Esses elementos poderão integrar as atividades turísticas desenvolvidas na propriedade rural à medida que sejam inseridos em roteiros/programações nela desenvolvidas.

Atrativos turísticos

Os atrativos turísticos, juntamente com as atividades agropastoris, são os principais elementos motivadores para que turistas se desloquem até uma propriedade rural que trabalhe o agroturismo. Nesse sentido, no momento da formatação das atividades turísticas em uma propriedade rural os mesmos devem ser trabalhados de forma compartilhada.

Uma propriedade rural que tenha como principais atividades agropastoris a produção leiteira, cultura de milho e feijão, cultivo de videiras e pomares de maçãs, pêssegos e laranjas, poderá integrá-las aos atrativos turísticos que dispõem como riachos com cachoeiras, grutas, sítios históricos, moinhos, trilhas ecológicas, cercas de pedra do período imperial, e outros.

É importante observar que algumas atividades agropastoris, em virtude de sua sazonalidade, apresentam maior atratividade em determinados períodos do ano, assim como os atrativos turísticos, ainda que a maioria seja perene, seu uso depende das condições climáticas.

As atividades turísticas programadas no mês de janeiro em uma propriedade podem envolver a colheita da uva, banho de cachoeira e trilhas ecológicas. No entanto, elas não proporcionarão a mesma satisfação ao turista se forem disponibilizadas no mês de julho em virtude das características da cultura de uva e do clima, muitas vezes frio e chuvoso, que dificulta a realização dessas atividades externas.

Neste caso, o produtor rural, durante a formatação das atividades turísticas, deverá trabalhar outras formas de compartilhamento entre as culturas agropastoris e atrativos turísticos que apresentam maior atratividade no período, inclusive inserindo de forma complementar elementos que, na ocasião, apresentem baixa atratividade, mas que fazem parte do contexto das atividades da propriedade e por isso devem ser trabalhados de forma pedagógica.

Na formatação dessas atividades turísticas também é importante que sejam inseridos equipamentos e serviços rotineiros a propriedade rural.

Equipamentos e serviços rotineiros

Equipamentos e serviços rotineiros de uma propriedade rural devem ser trabalhados com a finalidade de realçar a experiência do turista junto às atividades agropastoris, assim como valorizar sua estada na propriedade.

No que se refere aos equipamentos a serem trabalhados para potencializar essa experiência junto à propriedade rural estão aqueles utilizados em atividades tradicionais, como arados e carroças/carro de boi, leitaria, tratores, entre outros.

Com relação aos serviços prestados ao turista, principalmente hospedagens, alimentação, lazer e entretenimento, devem priorizados produtos de consumo produzidos na propriedade ou em propriedades das redondezas, como, por exemplo, ovos, leite, cereais, hortaliças, frutas, etc.

Segundo Ibarгойen (2010, p. 201):

As produções da propriedade (carne, leite, ovos, frutas, verduras) devem ser utilizadas ao máximo e, caso faltem, aconselha-se a terceirização compra de produtos dos moradores próximos, provocando a inclusão econômica das propriedades sob forma de rede propiciando maior desenvolvimento rural local e regional.

Dessa forma, é importante que, independentemente da propriedade rural em que sejam produzidos e/ou localizados esses equipamentos ou serviços, o turista seja informado e orientado sobre a sua existência, pois assim como em outra modalidade de negócio, no agroturismo temos de priorizar a satisfação do cliente/turista e o trabalho cooperativo.

Por exemplo, uma propriedade rural poderá, desde que tomadas todas as precauções quanto a segurança, disponibilizar aqueles equipamentos para uso dos turistas, assim como fazer parcerias com propriedades vizinhas que desenvolvam outras atividades agropastoris e, conseqüentemente, disponham de outros equipamentos.

Esses procedimentos valorizam a experiência do turista na execução das atividades das quais ele participa, assim como nos serviços que recebe, visto que uma propriedade rural pode trabalhar com hospedagem e não necessariamente com alimentação, ou então não possuir atrativos que possibilitem atividade de lazer, como açude para pesca, mas as propriedades vizinhas dispõem deste atrativo.

Nesse sentido, é essencial que haja uma forte integração entre as propriedades rurais que trabalhem com o turismo, assim como uma eficiente divulgação e orientação de suas atividades e serviços junto aos turistas, a qual pode ser facilitada por meio de uma boa sinalização turística.

Sinalização turística

A sinalização turística é um importante recurso para orientação e educação do turista durante o período de sua passagem em um destino turístico ou então na estada em um estabelecimento turístico. Esta sinalização poderá ser utilizada na localização ou orientação de percursos que levam a um determinado recurso turístico ou então na identificação e descrição das peculiaridades do mesmo.

Além dessas funções, a sinalização turística poderá ser utilizada no sistema viário no sentido de orientar o turista quanto à sua segurança, como, por exemplo, não exceder o limite de velocidade, fazer ultrapassagens em locais indevidos, dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas, etc.

Com relação ao empreendimento turístico, poderá trazer informações sobre as especificidades do local visitado ou então advertindo o turista, por exemplo, quanto a possíveis incidentes com animais peçonhentos e selvagens, locais que para serem frequentados necessitam de equipamentos de segurança, entre outros alertas importantes.

Uma propriedade rural poderá, por meio da sinalização, identificar as características de seus recursos turísticos de modo a educar o turista. Poderá, ainda, sinalizar locais que poderão oferecer riscos à integridade física do turista assim como locais onde são necessários equipamentos de segurança.

É importante observar que antes da implementação da sinalização turística seja realizado um estudo quanto à normatização oficial que orienta essa sinalização para que a mesma siga o padrão nacional, e que também seu impacto visual no ambiente seja minimizado.

Seção 5

Qualificação da atividade no agroturismo

A qualificação da mão de obra que trabalha direta ou indiretamente com atividades turísticas em uma propriedade rural é muito importante para que as expectativas dos turistas sejam atendidas e, conseqüentemente, sua estada seja satisfatória, visto que um turista bem atendido retorna e indica mais turistas ao empreendimento.

Segundo Ibargoyen (2010, p. 212), a preocupação com a qualificação das pessoas na atividade de turismo no espaço rural deve ser uma constante entre todas as pessoas envolvidas nos processos rotineiros ou eventuais em qualquer empreendimento que busca a excelência.

Essa qualificação poderá ser realizada mediante cursos básicos de capacitação em áreas consideradas primordiais.

5.1 Cursos básicos

Entre os cursos básicos a serem trabalhados no agroturismo podemos destacar o atendimento ao público, primeiros socorros, extensão rural e manipulação de alimentos e bebidas.

5.1.1 Atendimento ao público

Em virtude de o atendimento ao público ser o elo entre turistas e as pessoas que prestam serviços em um empreendimento agroturístico, esse atendimento deve ser priorizado pelo produtor rural durante a elaboração e execução das ações que visem à qualificação da mão de obra.

Nesse sentido, é fundamental que toda a equipe que preste serviço direta ou indiretamente ao turista esteja envolvida neste processo de qualificação quanto ao atendimento, assim como tenha domínio das ações que irão contribuir para a satisfação do turista durante sua estada na propriedade. Entre essas ações destacamos:

- Ser educado e cortês, procurando sempre chamar o turista pelo nome, pois ajuda a quebrar eventuais barreiras, facilitando assim a comunicação;

- Estar sempre bem apresentado e em boas condições de higiene;
- Identificar e procurar, na medida do possível, atender as expectativas do turista, demonstrando interesse em ajudá-lo;
- Buscar não discordar do turista, pois caso o ele prove o contrário, cria-se uma barreira que poderá prejudicar o diálogo;
- Identificar gostos e preferências do turista a fim de buscar satisfazer suas expectativas e necessidades;
- Jamais mencionar ao turista eventuais pontos fracos quanto aos serviços prestados no empreendimento; no entanto, devemos evidenciar os pontos positivos;
- Não prometer ao turista aquilo que não podemos cumprir, pois poderá frustrar suas expectativas e, conseqüentemente, sua satisfação;
- Não expor problemas pessoais e profissionais ao turista, pois, muitas vezes, ele não poderá nos ajudar, podendo ficar constrangido, evitando muitas vezes nossa presença.

5.1.2 Noções de primeiros socorros

Os primeiros socorros referem-se a procedimentos médicos iniciais e imediatos direcionados a uma pessoa doente ou ferida até a chegada de ajuda profissional. Vamos direcionar nossa abordagem à prestação de primeiros socorros a turistas vítimas de alguma eventualidade que possa trazer danos à sua integridade física.

Entre as eventualidades podemos destacar ataque de animais peçonhentos, fraturas ou escoriações ocasionadas por quedas ou algo similar, eventos decorrentes do histórico clínico do turista, entre outras.

Assim, diante de tais eventualidades é fundamental, antes de executar algum tipo de ação, estar atento a certos procedimentos:

- Iniciar os procedimentos imediatamente após a ocorrência do evento, contudo, nunca de forma intempestiva e precipitada, sempre respeitando nossas limitações e as do ambiente;
- Analisar minuciosamente o entorno do local em que a vítima se encontra, verificando se ela está em local seguro; caso esteja em

local com risco de explosão, desabamento, animais peçonhentos ou alagamento, fazer a remoção cuidadosamente;

- Manter a tranquilidade e autocontrole para trazer segurança à(s) vítima(s) e evitar pânico;
- Utilizar equipamentos básicos de proteção como luvas descartáveis e máscara, improvisando, se necessário, pois assim evitamos a transmissão de possíveis doenças pelas vias respiratórias e sangue;
- Interrogar a vítima sobre suas condições físicas e o contexto do incidente, agindo de forma clara e objetiva, detalhando os procedimentos antes de aplicá-los;
- Aguardar a resposta da vítima. Caso esteja inconsciente, iniciar os procedimentos de solicitar apoio para o resgate.

Esses procedimentos visam a prestar **assistência inicial e imediata** à vítima enquanto a equipe de resgate se desloca até o local. Nesse sentido, logo após a sua realização devemos solicitar apoio da equipe de resgate composta por profissionais especializados em procedimentos direcionados à saúde, como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, e outros.

Para facilitar essas ações é importante que o turista, ao chegar à propriedade, preencha um formulário com dados básicos para o caso de eventual emergência, incluindo telefones de contato, alergias, tipo sanguíneo, e demais informações pertinentes.

5.1.3 Extensão rural

A extensão rural no Brasil é regulada pela Lei nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

De acordo com o art. 2º, inc. I, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) compreende:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, 2010).

Em sentido amplo, a extensão rural pode ser entendida como um processo pedagógico relacionado à troca de conhecimentos de qualquer natureza, técnicos ou não, entre produtores rurais e diferentes profissionais ligados às instituições públicas de assistência técnica e extensão rural, organizações não governamentais e cooperativas, entre outras.

Nesse sentido, os cursos de extensão rural devem ser trabalhados como ferramentas **educativas** e **facilitadoras**, direcionadas à otimização de processos relacionados tanto às atividades tradicionais quanto às não agrícolas, que são desenvolvidas em pequenas propriedades rurais, comunidades, agroindústrias e empresas rurais.

Uma propriedade rural, por exemplo, que tenha entre suas atividades tradicionais culturas de cereais, peixes, abelhas e ainda a pecuária, e que pretenda otimizar sua fonte econômica por meio de atividades não agrícolas ligadas ao agroturismo, poderá obter junto a instituições de extensão rural orientações, via cursos de extensão rural relacionados às atividades que pretende desenvolver.

Entre os cursos que poderão ser realizados estão os de recria e engorda de peixes, apicultura, bovinocultura de leite – saúde animal, doma racional de equídeos, turismo no espaço rural, comercialização na propriedade rural, primeiros socorros, entre outros.

A realização desses cursos permitirá a melhoria dos processos de produção das atividades existentes, assim como possibilitará verificar a melhor forma de compartilhá-las/integrá-las às atividades de agroturismo.

5.1.4 Noções manipulação de alimentos e bebidas

Os cursos relacionados à manipulação de alimentos e bebidas têm como objetivo orientar profissionais de empreendimento que prestem serviços ligados ao preparo, beneficiamento e comercialização de alimentos, a fim de estabelecer um controle higiênico-sanitário durante essa manipulação de modo a evitar uma possível contaminação biológica, química e física dos alimentos, e assim prevenir doenças.

Além dessas finalidades, o curso trará diversos benefícios como a redução de perdas de produtos alimentícios em virtude de equívocos no armazenamento ou manipulação, melhoria na qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos

e, conseqüentemente, valorização da propriedade, e também evitar eventuais constrangimentos junto às normas impostas pela Vigilância Sanitária.

Dessa forma os referidos cursos deverão abordar temas que estejam direcionados:

- Aos principais agentes químicos, biológicos e físicos que contaminam os alimentos e afetam a saúde e o bem-estar das pessoas que os manipulam ou consomem.
- A prevenir e coibir a contaminação alimentar, identificando os microrganismos patogênicos que atuam nos alimentos, assim como os seus meios de veiculação.
- A conhecer as “boas práticas” e as normas impostas pela Vigilância Sanitária para o controle higiênico-sanitário de estabelecimentos que trabalhem com manipulação de alimentos como higiene ambiental, pessoal e das instalações, higiene e materiais que compõem equipamentos e utensílios para manipulação, controle de resíduos e pragas, controle de água, critérios para o armazenamento, entre outros.

5.2 Instituições parceiras

Existem diversas instituições que poderão desenvolver cursos básicos e também treinamentos visando à qualificação dos produtos e serviços de uma propriedade rural que trabalhe ou pretenda trabalhar com um empreendimento agroturístico, as quais são apresentadas na sequência.

5.2.1 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma instituição de direito privado, paraestatal, sede em Brasília e com 27 Administrações Regionais, criada pela Lei nº 8.315/1991, mantida com recursos provenientes da contribuição compulsória de produtores rurais, empregadores e outros contribuintes, de acordo com a legislação vigente.

Essa instituição é, sem dúvida, uma das principais parceiras no processo de qualificação via cursos e treinamentos, **mediante demanda da comunidade rural**, dos produtos e serviços de uma propriedade rural que trabalhe ou pretenda trabalhar com o agroturismo.



Os cursos e treinamentos do Senar são gratuitos e podem ser solicitados por produtores ou trabalhadores rurais via encaminhamento de demanda

a entidades como Sindicato dos Produtores Rurais ou outra entidade parceira, como Secretaria de Agricultura do município e empresas ATER presentes na região.

O Senar possui uma densa relação de cursos e treinamentos oferecidos à comunidade rural e que envolve diversas atividades em diferentes áreas do espaço rural como agricultura, agroindústria, alimentação e nutrição, aquicultura, atividades relativas à prestação de serviços, educação, pecuária, organização comunitária, entre outros, as quais estão diretamente inter-relacionadas ao desenvolvimento das atividades de agroturismo.

5.2.2 Instituições de ensino técnico e superior

Neste rol de instituições podemos mencionar as universidades, as instituições de ensino e as escolas técnicas rurais, que poderão oferecer qualificação quanto a temas relacionados às áreas de extensão e pesquisas nos quais estejam envolvidos seus cursos de ensino.

Os projetos de extensão e pesquisa poderão envolver a comunidade acadêmica de cursos de graduação como Agronomia, Turismo, Biologia, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Medicina Veterinária, Geografia, Direito, Zootecnia, Engenharia de Alimentos, assim como cursos técnicos relacionados a essas áreas.

Desse modo, a comunidade acadêmica/escolar composta pelo corpo docente, discente e funcionários poderá realizar os referidos cursos básicos de qualificação de acordo com suas respectivas áreas/cursos de atuação/formação.

5.2.3 Empresas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural

Essas instituições normalmente estão vinculadas aos governos estaduais, possuindo parcerias com os governos municipais e federal. Desenvolvem ações de extensão rural junto aos produtores de agricultura familiar, e têm como finalidade promover a melhoria da qualidade de vida e condições de produção desses agricultores, assim como a inclusão social de grupos e comunidades rurais.



Essas ações fazem parte dos programas institucionais dessas empresas, e visam a oportunizar a geração de emprego e renda, a organização rural para o desenvolvimento sustentável e o atendimento aos direitos de cidadania da população rural.

Desse modo, tais instituições poderão orientar e acompanhar o planejamento, gestão e execução tanto das atividades tracionais quanto das turísticas desenvolvidas em uma propriedade rural, com objetivo de garantir a qualidade de seus produtos e serviços e, conseqüentemente, o sucesso de seus programas institucionais.

5.2.4 Outras instituições

Das demais instituições que poderão contribuir para a qualificação das atividades e serviços relacionados ao agroturismo podemos destacar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Apesar das ações dessas instituições não estarem diretamente focadas no desenvolvimento do meio rural, elas possuem um série de cursos e treinamentos voltados, no caso do Senac, à **formação profissional** para os setores do comércio de bens, serviços e turismo. No caso do Sebrae, para o **desenvolvimento e competitividade** de micro e pequenas empresas.

Diante desse contexto da qualificação de profissionais que estão envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de agroturismo, podemos constatar que tal qualificação contribui efetivamente para a melhoria das atividades do espaço rural já existentes, e também para vislumbrar possibilidades de agregar valor a elas, como, por exemplo, o beneficiamento de produtos agropastoris.

Seção 6

A agroindústria em empreendimentos agroturísticos

A industrialização de produtos de origem animal e vegetal em uma propriedade rural que possua um empreendimento agroturístico permite a utilização desses produtos em períodos de entressafra, visto que possibilita sua conservação entre o período da colheita e o consumo/comercialização, tendo em vista a perecibilidade e sazonalidade de certas culturas.

Permite, ainda, agregar significativo valor a eles, à medida que poderão ser oferecidos diretamente ao turista, sem a intermediação de terceiros, oportunizando aos turistas o conhecimento da procedência e dos processos de fabricação dos alimentos industrializados que consome.

No entanto, é imprescindível que tais produtos sejam manipulados e beneficiados de acordo com as especificidades de cada alimento e as respectivas normas

sanitárias, conforme prevê a legislação vigente. Nesse sentido, antes de iniciar qualquer processo referente a essa industrialização, é necessário buscar orientações junto às autoridades competentes. Após cumpridos os requisitos legais, podemos trabalhar com diferentes alternativas de industrializar produtos de origem animal e vegetal em propriedades que desenvolvam atividades de agroturismo.

6.1 Produtos de origem animal

Entre os principais produtos de origem animal que podemos industrializar e trabalhar no agroturismo estão os laticínios, embutidos e defumados, pescados e mel, os quais são apresentados na sequência.

6.1.1 Laticínios

Existem diversas possibilidades de industrializar laticínios e gerar diferentes subprodutos, os quais poderão ser disponibilizados para comercialização junto ao empreendimento agroturismo. Entre os subprodutos, podemos elencar:

- Doce de leite;
- Iogurte;
- Leite condensado;
- Manteiga;
- Nata;
- *Petit suisse*;
- Queijo;
- Requeijão.

Cabe destacar que, de acordo com o tipo, diferenciação e variedade desses subprodutos industrializados, o produtor rural estará agregando valor aos laticínios e também às opções gastronômicas em sua propriedade, conforme ilustram as figuras na sequência.

Figura 2.6 – Queijo tipo pecorino toscano



Fonte: Casa da Ovelha (2012).

Figura 2.7 – Iogurte de leite de ovelha sem lactose



Fonte: Casa da Ovelha (2012).

Nas figuras apresentadas verificamos alguns subprodutos derivados do leite de ovelha como queijo e iogurte, os quais são industrializados e comercializados pelo empreendimento turístico denominado Casa da Ovelha, que integra o roteiro de turismo cultural Caminhos de Pedra, do município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

O beneficiamento desses e de outros produtos torna o referido empreendimento um diferencial tanto no aspecto gastronômico quanto turístico.

6.1.2 Embutidos e defumados

Os embutidos e defumados correspondem aos subprodutos derivados de carnes de variados animais como aves, bovinos, ovinos, suínos, caprinos entre outras, nas quais, de acordo com a formulação, são aplicados condimentos e aditivos específicos. Entre as possibilidades desses subprodutos, elencamos:

- Bacon;
- Banha e torresmo;
- Copa;
- Linguiças;
- Lombo de porco defumado;
- Morcela;
- Mortadela;
- Patês;
- Peito de frango defumado;
- Queijo de porco;
- Salame.

Podemos verificar que há diferentes possibilidades para trabalharmos a industrialização de produtos derivados de carne, os quais poderão também enriquecer as opções gastronômicas da propriedade rural ou mesmo serem comercializados junto ao turista.

6.1.3 Pescados

Piracema: Refere-se ao período de desova dos peixes, quando eles sobem os rios até suas nascentes para desovar. Nesse período é proibida a pesca para fins comerciais.

O beneficiamento de pescados é uma alternativa de se trabalhar produtos de origem animal em uma propriedade rural que possua um empreendimento agroturístico, pois, além incrementar suas opções gastronômicas, possibilita a conservação desses alimentos para suprir as oscilações de demanda e oferta, como, por exemplo, na Semana Santa, em que verificamos um aumento na demanda e no período da **piracema**, em que há uma redução da oferta de pescados.

As possibilidades quanto a oferta de produtos industrializados derivados de pescado podem variar desde o peixe desidratado (seco), em conserva, congelado até o peixe empanado.

6.1.4 Mel

A industrialização do mel e seus derivados vem ao encontro da diversificação das atividades desenvolvidas em propriedade rural, a qual é fundamental para o sucesso de um empreendimento de agroturismo. Entre as opções de produtos e subprodutos a serem trabalhados, podemos destacar:

- Cera;
- Geleia real;
- Mel em favos;
- Mel proveniente de composto de diversas floradas, ou de floradas específicas como eucalipto, laranjeira, entre outras;
- Pólen;
- Própolis.

A figura a seguir ilustra um exemplo de industrialização de mel de diferentes floradas.

Figura 2.8 – Mel de diferentes floradas



Fonte: Acervo do autor (2012).

Observamos na figura apresentada mel de floradas predominantes, respectivamente, de assa-peixe branco, silvestre, laranjeira e eucalipto. É importante ressaltar que o mel e seus subprodutos, além de alimento, pode ser utilizado na formulação de medicamentos homeopáticos, tratamento estético, entre outros usos.

6.2 Produtos de origem vegetal

No que diz respeito às possibilidades de industrialização dos produtos de origem vegetal podemos destacar as compotas, sucos, fermentados e destilados, os quais são apresentados a seguir.

6.2.1 Compotas

O beneficiamento dos produtos de origem vegetal por meio de compotas é uma alternativa para a conservação e comercialização que se estende principalmente aos produtos derivados da fruti e horticultura.

Com relação aos produtos derivados da fruticultura, podemos trabalhar com os seguintes produtos:

- Doce de frutas em massa ou pasta cremosa;
- Frutas em calda, secas ou cristalizadas;
- Geleias;
- Melado.

No que diz respeito aos produtos da horticultura, as possibilidades de industrialização compreendem:

- Conservas fermentadas e não fermentadas;
- Molhos;
- Massas;
- Pastas de temperos.

A industrialização desses produtos de origem vegetal por meio de conservas oportuniza consumi-los em períodos de entressafra, tendo em vista a sazonalidade de certas culturas.

6.2.2 Sucos, fermentados e destilados

Essas bebidas poderão ser obtidas mediante a industrialização de produtos derivados, principalmente, da fruticultura, cada um de acordo com as suas peculiaridades. No entanto, destacamos a possibilidade do uso de produtos de outras culturas como cana-de-açúcar, milho, arroz, etc.

Sucos

Há uma grande variedade de beneficiamento de frutas para a produção de sucos industrializados, sendo que as principais estão elencadas a seguir:

- Abacaxi;
- Laranja;
- Morango;
- Pêssego;
- Uva.

Fermentados

Assim como nos sucos, podemos trabalhar o beneficiamento de diferentes tipos de frutas para obtermos vinho, *coolers*, espumantes, entre outros, sendo os principais apresentados na sequência:

- Abacaxi;
- Laranja;
- Morango;
- Pêssego;
- Uva.

Cabe destacar que, além de frutas, há outros produtos de variadas culturas agrícolas que poderão ser fermentados, como é o caso da cevada maltada e do lupo, utilizados na fabricação de cervejas e do chope, do arroz na produção de saquê, etc.

Destilados

Os destilados poderão ser obtidos mediante a destilação de produtos derivados de diferentes culturas, sendo que as principais são as seguintes:

- Cana-de-açúcar;
- Uva.

Entre os subprodutos derivados dessas culturas, destacam-se, respectivamente, a cachaça e a grappa/graspa. Também há outros cereais como o arroz, a cevada e o milho que são utilizados na fabricação de bebidas destiladas como uísque e vodca.

Capítulo 3

Roteirização turística

Habilidades

O presente capítulo desenvolverá em você as habilidades de identificar os bens do patrimônio cultural que compõem o espaço rural e direcioná-los às atividades turísticas. Desenvolverá as habilidades de planejar e desenvolver itinerários turísticos a partir da potencialidade local, e também de descrever as principais características das redes de cooperação, as quais visam a aumentar a competitividade e reduzir os custos operacionais de empreendimentos, neste caso os agroturísticos.

Seções de estudo

Seção 1: Resgate de bens do patrimônio cultural no espaço rural

Seção 2: Bens materiais

Seção 3: Bens imateriais

Seção 4: Roteirização turística

Seção 5: Formação de redes de cooperação

Seção 1

Resgate de bens do patrimônio cultural no espaço rural

O espaço rural, apesar das frequentes transformações socioculturais que vem presenciando nas últimas décadas, possui um rico e variado patrimônio cultural que marcou diferentes períodos de sua evolução.

O art. 216 da Constituição Federal do Brasil disciplina que:

Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver, III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse sentido, quando vislumbramos desenvolver atividades turísticas no espaço rural é imperioso ter bem claro quais são os bens/elementos que compõem esse patrimônio, identificando e valorizando-os.

1.1 Contexto da relação espaço urbano e rural

Para contextualizar a importância dos espaços rurais no processo de evolução e manutenção da população urbana, cabe a seguinte reflexão: anterior ao nosso nascimento e formação, havia uma base familiar já consolidada, a qual foi essencial para nos proporcionar as condições necessárias para formação e sobrevivência.

Podemos estender essa reflexão quando analisamos a relação entre os espaços urbanos e rurais, visto que, na maioria dos casos, antes da formação e consolidação dos espaços urbanos os espaços rurais já existiam, estes que formavam/formam a base de sustentação daqueles, principalmente quanto ao fornecimento de alimentos.



A relação entre esses espaços deve ser tratada de modo similar a uma relação familiar, em que exista o respeito aos hábitos e costumes dos familiares com maior idade, o resgate e registro das tradições em família, a solidariedade, a confraternização, a restauração e preservação do patrimônio familiar, entre outros.

Muitas vezes, em virtude de uma carga excessiva de trabalho, de viagens a lazer ou a negócios, ou mesmo por outros compromissos pessoais, deixamos de preservar certas relações familiares.

Isso também é verdade na relação dos espaços urbano e rural, à medida que a sociedade com os “olhos mergulhados” nas diversas questões que envolvem os espaços urbanos, ficam às cegas com relação à existência do meio rural e, conseqüentemente, no que se refere ao seu patrimônio cultural, em que um dos bens que o representam é ilustrado a seguir.

Figura 3.1 – Carros de boi



Fonte: Acervo do autor (2013).

Essa figura mostra um carro de boi, o qual foi muito utilizado no espaço rural para o transporte de alimentos, pessoas, insumos, etc. Nesse caso, o produtor rural está transportando cana-de-açúcar, a qual será processada para a produção e industrialização de melado. O carro de boi configura-se um elemento secular que faz parte do patrimônio cultural do espaço rural, e por isso deve ser valorizado, uma vez que, em virtude da constante introdução de equipamentos tecnológicos neste espaço, em especial a maquinaria agrícola, esse valioso elemento cultural está ficando em desuso.



Com objetivo de “manter vivo” esse importante ícone do patrimônio cultural rural, é realizado em muitos municípios do interior do Brasil eventos culturais que buscam valorizar aquele elemento, como, por exemplo, o Festival do carro de boi do município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

De acordo com Barretto (2006), a conservação do patrimônio cultural é essencial para os sujeitos de um determinado território, uma vez que permite o reencontro com as raízes das suas comunidades e a reafirmação das suas identidades, além de ser um potencial atrativo cultural no planejamento turístico local.



De que forma as relações entre esses espaços podem ser fortalecidas?

Uma das possibilidades para esse fortalecimento das relações entre o urbano e rural é pelo resgate, preservação e conscientização quanto ao patrimônio cultural do espaço rural, o qual é constituído por uma diversidade de bens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis).

Assim, esse patrimônio, que no passado contribuiu significativamente em diferentes aspectos para o surgimento, desenvolvimento e consolidação do espaço urbano, pode ser trabalhado de diferentes formas, por exemplo, como um atrativo turístico, principalmente pela ótica do turismo cultural desenvolvido no espaço rural.

1.2 Turismo cultural e o espaço rural

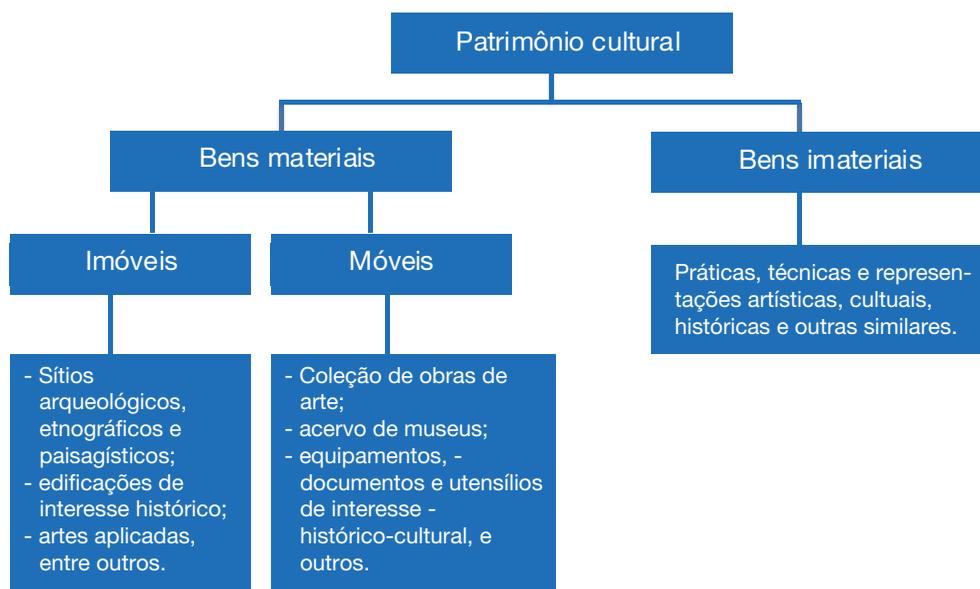
O turismo cultural é o segmento turístico caracterizado por trabalhar diferentes bens que constituem o patrimônio cultural de um determinado local, os quais fizeram parte do contexto histórico de uma comunidade/sociedade, podendo, dessa forma, ser um grande diferencial no desenvolvimento de atividades turísticas desenvolvidas no espaço rural, sendo nesse estudo direcionada as atividades da modalidade de agroturismo.

De acordo com Barretto (1999, p. 22):

O turismo cultural no sentido mais amplo seria aquele que não tem como atrativo principal o recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.

A figura na sequência ilustra a relação de alguns desses bens que compõem o patrimônio cultural, os quais são classificados em materiais e imateriais, conforme sua natureza, os quais foram construídos, modificados ou contextualizados pelo homem.

Figura 3.2 – Organograma dos elementos do patrimônio cultural conforme sua natureza



Fonte: Elaboração do autor (2012).

Verificamos nesse organograma que o patrimônio cultural é composto por uma diversidade de bens materiais e imateriais. Desse modo, quando trabalhamos o turismo cultural junto a uma propriedade rural que desenvolva o agroturismo devemos fazer uso do inventário da oferta turística a fim de identificarmos e registrarmos tais bens.



Os bens que compõem a segmentação de turismo cultural, principalmente os imateriais, em muitos casos, são de difícil identificação. Assim, torna-se essencial um minucioso levantamento desses itens para fazer seu registro e resgate, os quais fazem parte da história e cultura local.

Após o levantamento desses bens que integram o patrimônio cultural, eles devem ser analisados e avaliados a fim de verificarmos a melhor forma de serem alocados na formatação das atividades turísticas relacionadas ao agroturismo.

1.3 Patrimônio cultural no contexto agroturístico

Em virtude de o patrimônio cultural ser composto tanto por bens materiais, construídos ou modificados pelo homem, quanto por bens imateriais, representados pelos saberes e conhecimentos transmitidos entre gerações,

que retratam a identidade de uma determinada comunidade/sociedade, vamos apresentar na sequência as peculiaridades de cada um desses bens.

Apresentaremos, ainda, para cada um deles, exemplos de empreendimentos do meio rural que inseriram bens culturais junto ao desenvolvimento de atividades turísticas, ou mesmo verificar algumas possibilidades de inserção.

Seção 2

Bens materiais

Os bens materiais constituem elementos móveis e imóveis que expressam ou mesmo representam fatos ou antigos modos de vida de uma determinada comunidade, os quais estão materializados em edificações de interesse histórico, utensílios domésticos, além de equipamentos utilizados na produção e comercialização de produtos agropecuários, entre outros.

2.1 Edificações de interesse histórico

Existem variadas possibilidades de inserir edificações de interesse histórico, presentes em uma determinada propriedade rural, no rol das atividades turísticas, dependendo das características de cada edificação.

Na figura a seguir, por exemplo, verificamos uma edificação localizada na área rural do município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, que fez parte do contexto histórico de uma família e região. Nela encontramos a bandeira do Brasil estampada na forração de um dos ambientes da edificação, sendo hoje utilizado como um empreendimento de serviços turísticos ligado à alimentação.

Figura 3.3 – Forração de um ambiente de uma edificação de interesse histórico da área rural de Pelotas



Fonte: Nauro Júnior (2010).

Esse empreendimento, denominado Restaurante Grupelli, pertence a uma família alemã de mesmo nome, a qual, durante o período da Segunda Guerra Mundial, expressou seu patriotismo estampando a bandeira do Brasil em um dos ambientes de sua edificação, com a finalidade trazer a público que, apesar de serem descendentes de famílias alemãs, estavam ao lado do Brasil, buscando dessa forma minimizar as retaliações do governo brasileiro à referida etnia na época.

De acordo com Hintz (2012), o Estado Novo promoveu a integração forçada dos alemães e de seus descendentes que viviam em colônias isoladas no Sul do Brasil. Em muitas ocasiões, agiu com brutalidade contra imigrantes humildes que não mantinham qualquer relação com a Alemanha nazista.

Passado esse período conturbado decorrente da Segunda Guerra Mundial, os proprietários dessa edificação mantiveram as características que representaram sua história, sendo que no final de década de 1990 buscaram resgatar essa história e compartilhá-la com a comunidade por meio de atividades turísticas, criando, assim, um restaurante no ambiente da edificação em que está estampada a bandeira brasileira.



Esse empreendimento posteriormente se associou ao Grupo de Turismo Rural que surgirá no mesmo período no município, o qual se denomina Pelotas Colonial.

Outro exemplo de uma edificação histórica que foi inserida junto ao contexto das atividades turísticas é o Galpão de Pedra, de propriedade da família italiana Schiavonn, a qual se destaca pela produção de vinho. Esta edificação também se localiza na área rural do município de Pelotas, sendo ilustrada pela figura a seguir.

Figura 3.4 – Edificação de pedra e madeira



Fonte: Medeiros (2012).

Observamos que a construção dessa edificação apresenta dois pavimentos com características distintas, sendo o primeiro construído com pedra bruta, e o segundo com madeira.

De acordo com informações do proprietário, João Bento, a estrutura dessa edificação foi utilizada por suas gerações passadas tendo duas finalidades. A primeira, na parte em pedra, do final do século XIX até metade do século XX, como cantina para a produção e conservação de vinho; e a segunda, na parte em madeira, como residência, onde foram construídos dormitórios.

A justificativa para a utilização desses dois tipos de materiais na construção da edificação é devido à funcionalidade dos ambientes. Em virtude da temperatura amena e umidade influenciarem na qualidade do vinho, a adega foi construída em pedra, na parte inferior; já os dormitórios, para obterem uma temperatura ambiente, foram construídos em madeira, na parte superior.

Hoje o proprietário João Bento ainda preserva a tradição da família na produção de vinho e recebe frequentemente turistas para visitas, nas quais são feitos relatos históricos referentes à edificação e à família Schiavonn, além da comercialização de seus produtos como vinho e suco de uva.

Podemos verificar que as edificações de interesse histórico, quando inseridas no contexto do turismo, além de trazer autenticidade às atividades experimentadas pelo turista, são também uma forma de valorizar e oportunizar uma funcionalidade sustentável a elas, evitando, desde que tomadas precauções quanto ao uso, a sua deterioração.

2.2 Utensílios domésticos

Os utensílios domésticos de valor histórico de uma propriedade rural são elementos que poderão ser inseridos em empreendimentos turísticos tanto diretamente, quando o turista pode fazer o uso, quanto indiretamente, no momento em que são inseridos de forma a tematizar historicamente um determinado ambiente. As figuras na sequência ilustram utensílios domésticos de valor histórico presentes na propriedade rural da família Souza de Lima, município de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 3.5 – Utensílios domésticos de valor histórico



Fonte: Acervo do autor (2014).

Nessa figura, observamos, da esquerda para direita, utensílios domésticos usados no passado como panela e chaleira de ferro utilizadas em fogo de chão, dois lampiões com fluído de querosene, um molde para fabricação de velas, um fogareiro de brasas e um tacho de cobre para preparo de doces. Já a próxima

figura ilustra uma máquina de costura manual, a qual era muito comum em meados do século XX.

Figura 3.6 – Máquina de costura manual da marca Singer



Fonte: Acervo do autor (2014).

Esses utensílios poderão ser expostos ao público, por exemplo, por meio da criação de uma Casa de Memória. A exposição desses utensílios domésticos de valor histórico é uma opção de inseri-los junto ao desenvolvimento de atividades turísticas, fazendo que o turista possa conhecê-los durante a visita, e também entender o contexto de seu uso.

É possível inserir diversos tipos de utensílios domésticos com valor histórico no contexto das atividades turísticas como objetos de louçaria, prataria e mobiliários variados.

A presença dos referidos utensílios junto às atividades turísticas possibilita que seus usuários insiram-se, mesmo que superficialmente, na realidade das gerações passadas.

2.3 Equipamentos agropecuários

Esses equipamentos também poderão ser integrados junto às atividades turísticas ou mesmo em seu contexto, conforme ilustra a figura a seguir, na qual verificamos dois carros de boi, antes utilizadas nas tarefas rurais específicas e agora estão inseridos no entorno de um empreendimento turístico denominado Morro dos Ventos, localizado no município da Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso.

Figura 3.7 – Carros de boi



Fonte: Acervo do autor (2012).

A presença desses equipamentos junto a empreendimentos que desenvolvam atividades turísticas deve ser trabalhada sobre duas perspectivas. A primeira e a mais importante refere-se às ações de resgate, registro de seu memorial descritivo, preservação e proteção. A segunda perspectiva diz respeito à sua inserção no contexto das atividades turísticas, desde que seguidas as ações anteriores.

Seção 3

Bens imateriais

No que se refere aos bens imateriais que constituem o patrimônio cultural de uma determinada comunidade, esses dizem respeito aos saberes, costumes e tradições advindos da herança cultural dos povos, e que, em virtude de sua “imaterialidade” e por terem portadores diversos estão vulneráveis a constante mutação/transformação, assim necessitam de atenção especial.

De acordo com o art. 2º, § 1º, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003):

O “patrimônio cultural imaterial” significa as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, herança. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, e proporciona-lhes um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana [...].

Verificarmos nessa definição que o patrimônio imaterial é utilizado e transmitido entre gerações, sendo que podemos acrescentar que o mesmo se “materializa” por meio de elementos diversos e em diferentes formas, como artesanato, folclore e gastronomia, entre outras, variando de acordo com cada herança cultural das gerações passadas, conforme apresentamos na sequência.

3.1 Artesanato

O artesanato diz respeito ao trabalho manual que utiliza técnicas culturais tradicionais que são transmitidas de geração a geração, as quais se materializam por meio de produtos compostos por diferentes materiais, como, por exemplo, os apresentados a seguir, constituídos respectivamente por couro e palha de milho, com finalidades distintas: execução de atividades campeiras e cobertura de edificações.

Figura 3.8 – Produtos campeiros em couro



Fonte: Schlee (2009).

Nessa figura observamos travessões de cincha e sobrecincha em couro trabalhados pelo artesão conhecido como “guasqueiro” ou “soguero”.

De acordo com Schlee (2009):

A origem deste ofício remonta o período de colonização espanhola e portuguesa na América do sul, quando o “gaúcho histórico” começava a se desenhar nos campos do Rio Grande do Sul e nos países do Prata. Caçando o gado selvagem abandonado pelos jesuítas espanhóis, surgia o trabalho do guasqueiro, que era o de fabricar artigos de couro para montaria.

Os acessórios ilustrados são utilizados para prender/fixar a cela e os pelegos ao cavalo, possibilitando dessa forma a realização das atividades do campo. No entanto, há outros utensílios que poderão ser produzidos como bucais, rédeas, relhos, e outros.

Além do couro existem outros materiais presente no espaço rural que podem ser trabalhados manualmente dando forma a diversos tipos de produtos. Entre eles podemos citar a palha de milho. Dela é possível confeccionar objetos como cestas e bonecos, conforme mostra a seguinte figura.

Figura 3.9 – Cestas e boneca em palha de milho



Fonte: Acervo do autor (2014).

Vime: É um tipo de material originalmente retirado de varas moles e flexíveis, utilizado desde tempos primitivos, principalmente na manufatura de cestos e móveis.

Nessa figura observamos três objetos, sendo eles duas cestas com diferentes tamanhos que podem ser utilizadas para o armazenamento de diferentes produtos, neste caso são armazenamos ovos, e uma boneca de palha. Vale observar que o artesanato poderá ser feito de outros materiais como o **vime**, o bambu, etc.

No contexto das atividades relacionadas ao agroturismo, além do resgate e inserção dos produtos derivados do artesanato junto às atividades tradicionais e ambiente rural, os mesmos poderão ser comercializados diretamente ao turista como objetos utilitários ou *souvenir*. Outra aplicação desse trabalho manual que utiliza técnicas culturais tradicionais é na elaboração de coberturas de edificações, conforme a ilustração que segue.

Figura 3.10 – Cobertura em palha – parte externa



Fonte: Acervo do autor (2012).

Nesta figura verificamos materialização da técnica artesanal a partir da organização e disposição da palha de um tipo de palmeira que forma a parte externa da cobertura de uma das edificações que compõem o empreendimento Morro dos Ventos, já mencionado. Na sequência, podemos observar a parte interna.

Figura 3.11 – Cobertura em palha – parte interna



Fonte: Acervo do autor (2012).

Nesse caso, é pertinente ressaltar que, além de cultural, esse tipo de cobertura possibilita um conforto térmico mais eficiente que as coberturas tradicionais como telha ou laje. Além disso, é também menos agressivo à paisagem local no sentido em que melhor se integra ao ambiente, diminuindo a poluição visual.

3.2 Folclore

O folclore é o patrimônio imaterial que está relacionado às lendas, mitos, tradições e crendices populares repassadas entre gerações. No Brasil, temos diferentes manifestações que remetem a esse patrimônio imaterial, como a mula sem cabeça, o saci-pererê, bumba meu boi, boitatá, negrinho do pastoreio, entre outros.

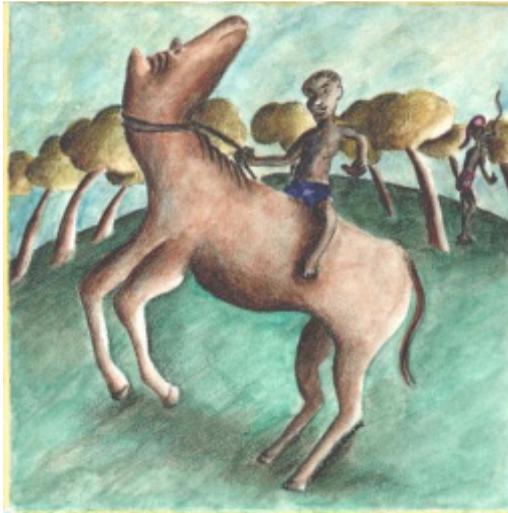
A lenda do negrinho do pastoreio, por exemplo, é muito popular no sul do Brasil, e começou a ser contada no final do século XIX pelos brasileiros que defendiam o fim da escravidão. O protagonista dessa lenda é um menino, pequeno e muito negro, escravo de um fazendeiro desumano. Este menino, por não ter padrinhos, dizia-se ser afilhado da Virgem Maria.

Certa vez, o fazendeiro apostou uma corrida de cavalos com um vizinho e colocou esse menino conduzindo seu cavalo. Após perder a corrida o fazendeiro soltou seus cavalos e como castigo ordenou que o menino fosse pastoreá-los pela madrugada.

Muito cansado o menino conseguiu reunir os cavalos. No entanto, faltava um cavalo, que era o preferido do fazendeiro, o cavalo baio. Diante desse fato, o fazendeiro aplicou-lhe outro castigo jogando o menino em um formigueiro e foi-se embora enquanto as formigas tomavam o corpo do menino.

Dias após o fato, o fazendeiro retorna ao local e o menino está em pé, retirando as últimas formigas de seu corpo e ao seu lado estava sua madrinha, Virgem Maria, o que indicava que menino encontrava-se no céu. A figura a seguir ilustra o personagem folclórico do negrinho do pastoreio e o cavalo baio.

Figura 3.12 – Negrinho do pastoreio e o cavalo baio



Fonte: Duarte (1997).

Desde então, muitas pessoas afirmam ter visto um menino negro em um cavalo baio pastoreando animais pelos campos. Essa lenda, assim como as demais, poderá representada de diferentes formas em atividades de agroturismo, como, por exemplo, encenações teatrais tematizadas, contos, *souvenires*, entre outros.

3.3 Gastronomia

A gastronomia, em virtude de sua versatilidade em opções e também por utilizar como “matéria-prima” produtos que, em sua maioria, são produzidos no espaço rural, é, sem dúvida, um dos principais bens culturais que poderão ser utilizados como recurso durante o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo cultural e agroturismo.

Acrescentando-se a isso, destacamos os saberes, costumes e tradições advindos da herança cultural trazidos por meio das gerações passadas, os quais se “materializam” por meio de uma diversidade de opções gastronômicas que tiveram sua origem na formação de comunidades rurais.

No entanto, de acordo com Fuks e Souza (2010, p. 102), “ainda existem muitas comunidades que não despertaram para utilização, como recurso turístico e educativo, do seu patrimônio cultural, desconhecendo sua potencialidade de viabilizar o turismo cultural”.



O ato de se alimentar não é simplesmente uma necessidade biológica, mas uma necessidade social, no sentido de possibilitar a interação entre pessoas e também permitir externar a identidade cultural, sendo a sua utilização um diferencial como recurso turístico.

Em virtude de a gastronomia ser uma forma de expressar, experimentar e divulgar a identidade de uma determinada comunidade, este aspecto a torna um valioso recurso no desenvolvimento de atividades turísticas.

A gastronomia regional apresenta-se como um elemento de identidade das comunidades e também de interação entre o homem e a natureza. Pode ser percebida em sua evolução desde o surgimento dos pratos até sua transformação em patrimônio, podendo ser utilizada como atrativo turístico. (MASCARENHAS, 2009, p. 86).

Muitos países são conhecidos mundialmente por sua gastronomia tanto tradicional, como, por exemplo, França, Itália, Portugal, Alemanha e Japão, quanto exótica, como China, Coreia do Norte, Índia e outros.

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, apresenta uma expressiva quantidade de regiões e microrregiões que lhe concedem uma imensa diversidade gastronômica que foi surgindo em diferentes contextos.

Como amostra da origem de pratos gastronômicos típicos das regiões brasileiras temos na região Sul o churrasco; no Sudeste, o feijão tropeiro; no Centro-Oeste, o arroz com pequi; no Nordeste, o vatapá, e no Norte, o tacacá.

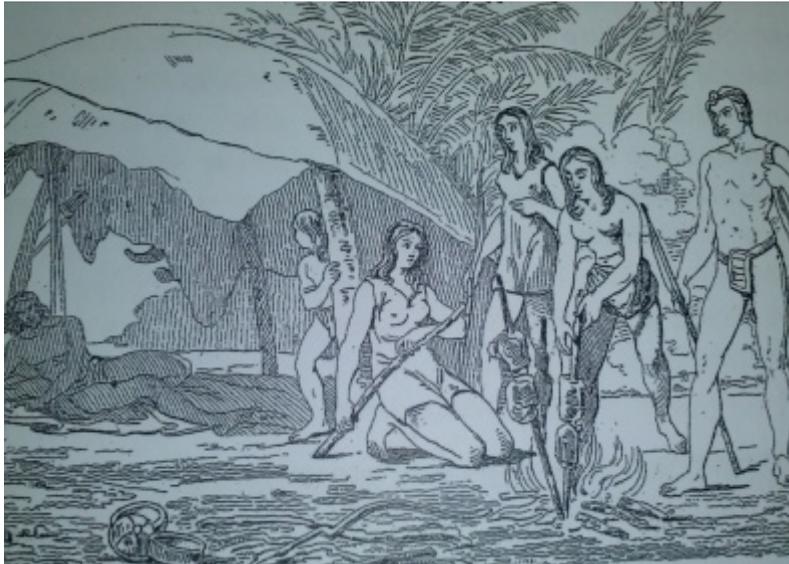
No caso do churrasco, os índios Charrua, que habitavam o Estado do Rio Grande do Sul e países como a Argentina e Uruguai, foram os percussores deste tradicional hábito brasileiro que teve início no Sul e se estendeu aos demais Estados.

Segundo Fernandes (2001, p. 203):

O churrasco faz parte da vida gaúcha desde sempre, mas a carne de vaca, hoje a preferida, só começou a tomar parte nas refeições bem depois de 1682, quando chegaram as primeiras cabeças de gado, e também os primeiros cavalos, trazidos do sul através do rio Uruguai.

Antes da introdução dos rebanhos no sul do Brasil o churrasco era feito com carne de caça pelos indígenas e, posteriormente, em virtude do gado selvagem decorrente da destruição das missões jesuíticas, passou a ser feito com carne bovina, substituindo gradativamente a carne de caça.

Figura 3.13 – Índios Charrua na elaboração de um churrasco com carne de caça



Fonte: Fernandes (2001).

Essa figura ilustra uma gravura europeia do século XIX, retratando os índios Charrua da Patagônia, preparando um churrasco de caça. Hoje, em virtude da acentuada migração e trocas culturais entre diversas regiões, o churrasco pode ser encontrado com mais ou menos intensidade em praticamente todos Estados, até em outros países.

É importante observar que, apesar dessa diversidade, há exemplares gastronômicos que são uma unanimidade nacional, como é o caso do arroz com feijão, ou uma galinha caipira, preparada no fogão a lenha, como a ilustrada pela seguinte figura.

Figura 3.14 – Preparo galinha caipira



Fonte: Acervo do autor (2013).

Pelo simples fato de as áreas rurais apresentarem grande diversidade e quantidade de alimentos, e no caso de propriedades familiares que trabalhem com o agroturismo terem como fonte de renda principal as atividades agropastoris, a gastronomia torna-se um recurso diferencial no desenvolvimento de atividades turísticas. No exemplo apresentado, além da galinha caipira, a proprietária do empreendimento agroturístico, Pousada Doce, está preparando o feijão orgânico e o *Gemüse*, nome de um prato local.

Diante das perspectivas apresentadas quanto à inserção de bens do patrimônio material imaterial no contexto do agroturismo, verificamos que, além de enriquecer e diversificar as atividades turísticas desenvolvidas em uma propriedade rural, os referidos bens possibilitam ao turista maior autenticidade e especificidade à sua estada.

Consequentemente, agregarão valor tanto as demais atividades desenvolvidas em uma propriedade rural quanto os elementos turísticos nela presentes, por meio do resgate, preservação e promoção do patrimônio cultural que fez parte do contexto social das gerações rurais do passado, os quais poderão ser inseridos em roteirizações turísticas.

Seção 4

Roteirização turística

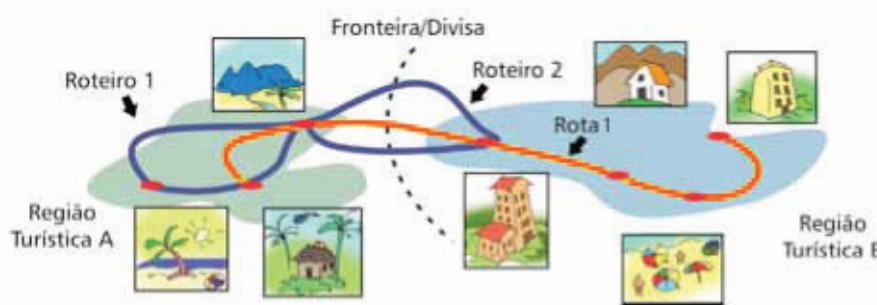
Região turística: É o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território (BRASIL, 2004).

A roteirização é o instrumento utilizado para implementar atividades turísticas em um destino ou **região turística**, sendo caracterizada pela organização e integração dos elementos que integram o inventário da oferta turística para fins de promoção e comercialização.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (2007, p. 30): Roteirizar é uma forma de organizar e integrar a oferta turística do País, gerando produtos rentáveis e comercialmente viáveis. A roteirização é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, o comprometimento, o adensamento de negócios, o resgate e a preservação dos valores socioculturais e ambientais da região.

Existem terminologias distintas que estão relacionadas à roteirização turística, como, por exemplo, rotas turísticas, roteiros, circuitos turísticos, entre outras. No entanto, neste estudo focaremos na abordagem quanto a rotas e roteiros turísticos, cujas principais peculiaridades estão ilustradas pela seguinte figura.

Figura 3.15 – Rotas e roteiros turísticos



Fonte: Adaptação Brasil (MTur, 2007).

Podemos verificar nesta figura que as rotas turísticas apresentam um percurso sequencial de visitação, o qual busca reproduzir uma determinada contextualização histórica, tendo assim um ponto de partida e de chegada. Também é comum possuírem maior área de amplitude em relação aos roteiros, podendo abranger mais de um destino/região turística.

Já no que se refere aos roteiros, observamos que são mais flexíveis em termos de visitação que as rotas, não havendo necessariamente uma trajetória em

sequência com um ponto início e fim, visto que não têm a pretensão de reproduzir uma contextualização histórica. Os roteiros também poderão abranger mais de um destino ou região turística.



Os pontos de interesse turístico “A” e “F” devem ser inseridos em uma roteirização. Se tiverem um contexto na história, utilizamos a rota turística composta por um percurso sequencial entre os pontos “A” e “F”. Caso não tenham esse contexto, podemos utilizar um roteiro que poderá ter percursos aleatórios saindo de “A” até chegar a “F”.

Cabe destacar que tanto nas rotas quanto nos roteiros turísticos estão inseridos elementos relacionados a outros recursos da oferta turística local, como aqueles que compõem os equipamentos e serviços de alimentação e hospedagens, infraestrutura de apoio, entre outros, os quais suprirão outras necessidades que o turista venha ter. A seguir, vamos estudar algumas particularidades de cada um desses tipos de roteirização.

4.1 Rotas turísticas

As rotas turísticas têm como principal característica o fortalecimento da identidade cultural local ou regional por meio percursos estruturados de forma sequencial e orientada, em que há um ponto inicial e final em razão de seu contexto na história. De acordo com o caderno de segmentação do turismo e o mercado do MTur, “rota turística é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística” (BRASIL, 2007, p. 32).

Em virtude de as rotas turísticas estarem relacionadas a **fatos e contextos históricos** que construíram e/ou moldaram a identidade de um determinado local, e que, conforme a definição anterior, é um percurso cuja identidade é reforçada pelo turismo, a promoção e comercialização das rotas turísticas são caracterizadas pela utilização de fatos relevantes como atrativo principal de motivação do turista, oportunizando-o percorrer trajetos feitos por personalidades que marcaram determinado período, ou mesmo se inserir em contextos e fatos que marcam a identidade local.

Um turista que pretende adquirir um pacote turístico para Israel terá diversas possibilidades de percorrer locais em que passaram diferentes personalidades religiosas, tendo assim significados religiosos e espirituais de acordo com cada tipo de religião como cristianismo, judaísmo, islamismo, etc.

Vale observar que, em virtude dessas características, as rotas turísticas poderão apresentar diferentes temáticas. No entanto, vamos delimitar nossa abordagem às rotas culturais e religiosas, as quais estão relacionadas, respectivamente, aos segmentos de turismo cultural e religioso.

4.1.1 Rotas culturais

As rotas culturais apresentam como principais atrativos de promoção, motivação e comercialização turística os bens que integram o patrimônio cultural de um destino ou região turística, fazendo o resgate e preservação desses bens para fins turísticos sejam eles materiais ou imateriais. Essas rotas estão ligadas ao segmento de turismo cultural.

Na figura a seguir observamos as ruínas da redução jesuítica de São Miguel Arcanjo, conhecidas popularmente por São Miguel das Missões, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, município de São Miguel das Missões.

Figura 3.16 – São Miguel das Missões



Fonte: História brasileira (2010).

Essa ruína faz parte de um conjunto de pontos históricos de visitação turística que integra a Rota das Missões, a qual é composta por municípios da região dos sete povos das missões.

Conhecer a região missioneira e sua história é uma verdadeira viagem no tempo, na magia e nos mistérios desta terra. É poder reviver a saga dos primeiros padres da Companhia de Jesus, os jesuítas que em 1609 atravessaram o mundo para conviver com os índios Guarani, dentro dos princípios da fé cristã (ROTA DAS MISSÕES, 2006).

Outro exemplo de uma rota turística cultural é a Rota do Cangaço, que integra os municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, Estado de Sergipe, e o município de Piranhas, Estado de Alagoas, os quais estão localizados às margens do rio São Francisco.

De acordo com a agência de notícias do Estado de Sergipe, a Rota do Cangaço leva o turista a conhecer uma das últimas trilhas percorridas pelo cangaceiro Lampião, Maria Bonita e nove companheiros que foram mortos pela volante comandada pelo Coronel Bezerra, na área conhecida por Grota de Angico (SERGIPE, 2012).

A próxima figura ilustra a Grota do Angico, local onde sucumbiu Lampião, Maria Bonita e seu bando.

Figura 3.17 – Grota do Angico



Fonte: Chico Júnior (s/d).

Essa rota turística reconstitui os últimos passos de Virgílio Ferreira da Silva, vulgo Lampião, e seu bando antes de serem surpreendidos e mortos em uma emboscada policial. A Rota do Cangaço possibilita ao turista se inserir dentro de um contexto cujos personagens marcaram a história nacional.

4.1.2 Rotas religiosas

Essas rotas estão relacionadas ao segmento de turismo religioso, o qual tem como principal característica o deslocamento de turistas a centros religiosos motivados pela fé em distintas crenças.

De acordo com Beni (2008, p. 41), o turismo religioso

refere-se ao grande deslocamento de peregrinos, portanto turistas potenciais, que se destinam a centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças. Este tipo de demanda tem características únicas levando, por isso, alguns autores a não considerá-lo nos estudos de turismo. Mas em nosso entendimento, conforme já referido, esses peregrinos assumem um comportamento de consumo turístico, pois utilizam equipamentos e serviços com uma estrutura de gastos semelhantes à dos turistas reais.

Existem diversos exemplos de rotas turísticas de cunho religioso, sendo que, em nível internacional, podemos destacar as peregrinações aos caminhos de Santiago de Compostela, Espanha; a cidade de Fátima, Portugal; a Meca, na Arábia Saudita, entre outros.

De acordo com Barretto (1999, p. 46),

a partir do século VI, aproximadamente, registram-se peregrinações de cristãos (chamados romeiros) para Roma. No século IX foi descoberta a tumba de Santiago de **Compostela**, e tiveram início as peregrinações dos chamados jacobistas ou jacobeus.

Com relação às peregrinações a Santiago de Compostela, podemos verificar que a mesma teve origem com o descobrimento da provável tumba de Santiago, o qual teria sido um dos apóstolos que seguiu Jesus, e que teve seu corpo sepultado em uma tumba de Compostela, derivando assim o nome da hoje cidade Santiago de Compostela, capital da Galícia, Província de Corunha, Espanha.

No que diz respeito às rotas religiosas nacionais, podemos destacar aquelas que fazem parte das peregrinações ao Santuário da Santa Paulina, Estado de Santa Catarina; as festividades em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, lembrando a morte de Padre Cícero, ao Santuário Nacional de Aparecida, Estado de São Paulo, ilustrado pela figura a seguir, e outras.

Figura 3.18 – Santuário Nacional de Aparecida



Fonte: Battisti (2010).

Podemos observar na imagem uma grande concentração de automóveis e ônibus que chegam ao Santuário com peregrinos de diversas partes do Brasil e do exterior.

De acordo com o Padre Júlio Brustoloni (s/d),

O Santuário recebeu uma missão que ultrapassava o âmbito regional do Vale do Paraíba. Em círculos abrangentes, e subsequentes períodos, a devoção chegava ao sul, oeste, centro sul, nordeste e norte. Hoje os peregrinos vêm de toda a parte e admiramos o quase infinito número de igrejas, paróquias e instituições dedicadas a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no ano de 2010 esse Santuário recebeu a visitação de mais de 10 milhões de peregrinos.

4.2 Roteiros turísticos

Os roteiros turísticos são tipos de roteirização mais flexíveis em relação às rotas, visto que não há uma sequência de visitação, e que também podem abranger mais de um destino ou região turística, ou mesmo rotas. Segundo o MTur (2007, p. 31), “roteiro turístico é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística”.

É importante observar que os roteiros são predominantemente temáticos estando relacionados a acontecimentos ou elementos de cunho ambiental, cultural, gastronômico, econômico, étnico, histórico, político, religioso, entre outros, os

quais distinguem e tornam únicos lugares e regiões. No entanto, neste estudo também vamos enfatizar os roteiros de caráter cultural e religioso.

4.2.1 Roteiros culturais

Esse tipo de roteiro turístico, assim como as rotas culturais, apresenta como principais atrativos de promoção, motivação e comercialização turística os bens que integram o patrimônio cultural de um destino ou região turística. No entanto, são mais flexíveis, pois não estão comprometidos em contextualizar sequencialmente fatos e elementos históricos.

Um exemplo de um roteiro turístico de cunho cultural é o intitulado Caminho de Pedra. Este nome foi dado em virtude de nele estar inserido um acervo arquitetônico de casas construídas em Pedra, o qual abrange as comunidades da Linha Palmero e de Pedro Salgado, distrito rural de São Pedro, município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Esse roteiro foi concebido visando a resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram à serra gaúcha a partir de 1875, principalmente o acervo arquitetônico que apresentava edificações construídas em pedra, madeira ou mesmo alvenaria. A seguinte figura ilustra uma edificação que integra esse roteiro.

Figura 3.19 – Edificação com moinho – parte externa



Fonte: Acervo do autor (2012).

Essa edificação faz parte de um dos empreendimentos turísticos, denominado casa da erva-mate, que integra os pontos para visitação do roteiro Caminho de Pedra.

Sapecagem:   a técnica de secar galhos e folhas de erva-mate por meio do calor do fogo.

Nesta edifica o, o turista pode conhecer como eram os processos de fabrica o da erva-mate desde a sele o de folhas, a “**sapecagem**” e a tritura o mecânica, antes feita por meio de estacas movimentadas por polias movidas pelo moinho, conforme observamos na figura a seguir.

Figura 3.20 – Edifica o com moinho – parte interna



Fonte: Acervo do autor (2012).

Cabe destacar que esse empreendimento turístico, além de contextualizar o mencionado processo de produ o, possui um ambiente onde são comercializados produtos manufaturados agroindustrializados da propriedade, sendo a maioria derivada da erva-mate, como a erva-mate propriamente dita, cremes hidratantes, aromatizantes, lo oes p s-barba, entre outros produtos.

Outro exemplo de roteiro turístico cultural são os Caminhos de Chico Mendes, município de Xapuri, Estado do Acre. Este roteiro retrata a história do seringueiro e líder sindical Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes), até ser assassinado em sua residência, cuja edifica o   ilustrada na sequência.

Figura 3.21 – Casa em que viveu o ambientalista Chico Mendes



Fonte: O Guia Acre (2012).

Nesse roteiro o turista pode conhecer os fatos relevantes que marcaram a história do Acre no que se refere às lutas pela preservação do meio ambiente, sendo que o município de Xapuri é um símbolo do movimento ambientalista mundial.

4.2.2 Roteiros religiosos

Esse tipo de roteiro turístico, da mesma forma que as rotas religiosas, está relacionado ao segmento de turismo religioso, sendo composto por um conjunto de elementos representados por entidades religiosas.

O município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais, por exemplo, desenvolve roteiros turísticos junto a seu riquíssimo acervo de edificações sacras. Nesse acervo tem destaque a Igreja Matriz Santo Antônio, ilustrada na próxima figura.

Figura 3.22 – Igreja Matriz Santo Antônio



Fonte: Mattar (2012).

Ao realizar esse roteiro, além estar em contato com os elementos e significados relacionados à religião e fé, o turista poderá contemplar um patrimônio cultural único composto por edificações sacras de interesse histórico-arquitetônico reconhecido internacionalmente.

Sistema turístico:

Esse sistema é formado por redes de elementos da oferta turística que se relacionam entre si e com o ambiente que os permeiam.

Diante das características inerentes às rotas e roteiros turísticos é importante observar, independentemente do tipo de roteirização em que estejam inseridos os elementos que compõem uma determinada oferta turística, que os eles desenvolvam suas atividades sempre de forma integrada e em cooperação de modo a fortalecer o **sistema turístico**, sendo uma dessas possibilidades a

formação de redes de cooperação.

Seção 5

Formação de redes de cooperação

A formação dessas redes diz respeito à integração autônoma e horizontal entre elementos. Neste caso, vamos direcionar nossa abordagem às propriedades rurais que trabalham com o agroturismo, as quais devem cooperar mutuamente entre si.

5.1 Características das redes no turismo

As redes de cooperação no turismo têm como principal característica a cooperação mútua entre os elementos turísticos que compõem um determinado destino ou região turística, a fim de unir esforços e recursos para aumentar a competitividade e reduzir custos operacionais, e, com isso, atingir metas que individualmente seriam muito onerosas.

No entanto, para que uma rede tenha sucesso em suas ações ela deve ser estruturada seguindo algumas especificações quanto às suas propriedades, princípios e etapas de formação, as quais são apresentadas na sequência.

5.1.1 Propriedade das redes

Entre as propriedades básicas das redes estão a conectividade, densidade e formação de sistemas.

Conectividade

A conectividade está relacionada à conexão entre os elementos que compõem a rede, sendo que o conjunto dessas conexões é que formará a rede propriamente dita. No turismo, uma conexão passará a existir quando dois ou mais elementos que compõem um destino ou região turística estabelecem um pacto mútuo e ativo entre si.

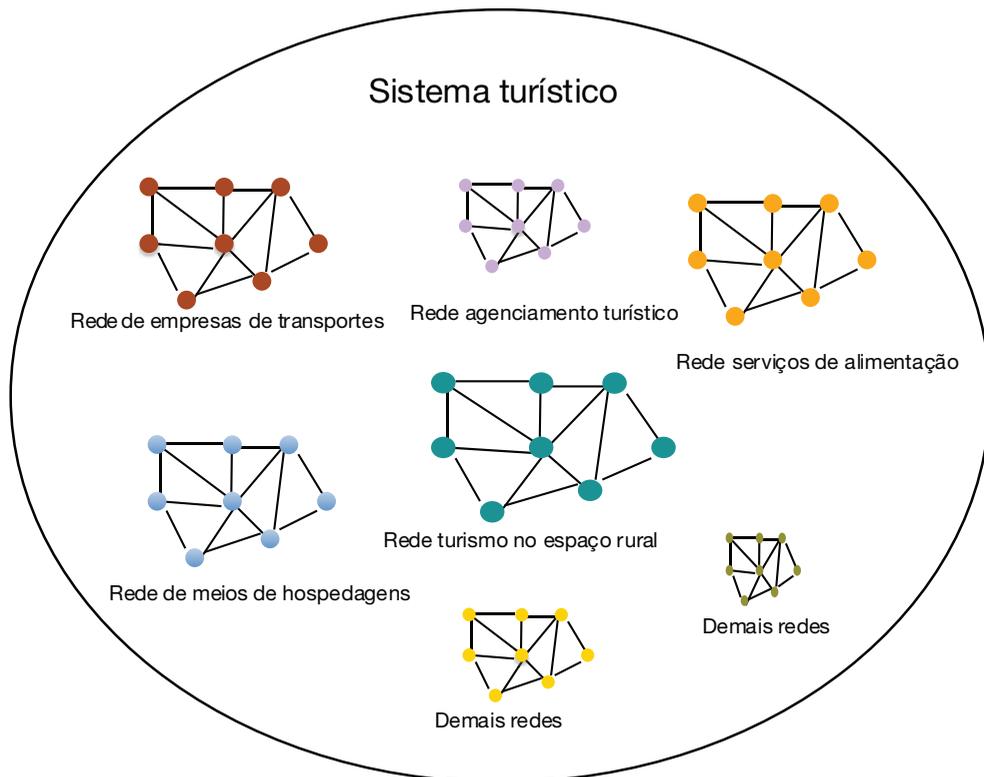
Densidade

A densidade diz respeito à quantidade de conexões estabelecidas pela rede. Assim, quanto maior for o número de conexões, mais forte e coesa será a rede e, conseqüentemente, atingirá as metas estipuladas de forma mais efetiva.

Sistema

O sistema é composto por um conjunto de redes formadas por conexões de elementos que se reconhecem e inter-relacionam-se entre si mútua e ativamente com os mesmos objetivos. Por exemplo, propriedades rurais que desenvolvam atividades ligadas ao turismo no espaço rural, e que possuam diferentes serviços turísticos, equipamentos e utensílios de uso rural, poderão formar uma rede interligada a outras redes turísticas formando um sistema turístico, conforme ilustra a seguinte figura.

Figura 3.23 – Ilustração de um sistema turístico



Fonte: Elaboração do autor (2013).

Observamos nessa figura a conexão entre cada propriedade rural formando a rede de turismo no espaço rural, esta que poderá aderir-se em cooperação mútua a redes de outros setores turísticos que tenham objetivos em comuns, aumentando dessa forma a densidade de redes e formando assim um sistema turístico.

5.1.2 Princípios das redes

Podemos dizer que as redes formam estruturas espontâneas de organização, cooperação e colaboração e que apresentam os seguintes princípios:

Autonomia

A autonomia está relacionada à adesão voluntária dos elementos que formam a rede.

Horizontalidade

Na rede não haverá hierarquia entre os elementos que a constituem. Sendo assim, todos são considerados importantes.

Cooperação

A cooperação refere-se ao trabalho em conjunto dos elementos que constituem a rede de modo em que todos cooperem entre si.

Democracia

Na rede todos terão os mesmos direitos, por exemplo, de expressar opiniões, votar e ser votado para composição de colegiados de gestão e operacionalização da rede.

Ações coletivas ou individuais

As ações da rede poderão beneficiar tanto o coletivo quanto alguns dos membros de forma individual. Contudo, é importante priorizar políticas que tragam benefícios ao coletivo.

5.1.3 Etapas para formação de redes

As principais etapas para a formação de redes compreendem desde a reunião com a comunidade até o monitoramento e avaliação pós-implantação.

Reunião com a comunidade

As reuniões com a comunidade em que se pretenda implantar uma rede podem ser por meio de fóruns, seminários, audiências públicas, entre outros meios. Nessas reuniões a comunidade deve ser sensibilizada e motivada quanto à necessidade da formação de redes para o desenvolvimento local.

Definição dos objetivos

Essa é a segunda etapa na qual deverão ser definidos e traçados os objetivos bem como os elementos/propriedades rurais que irão compor a rede.

Pacto entre os representantes e concepção do projeto de rede

Está relacionada à formalização da rede, sendo definida a estrutura e os instrumentos que nortearão seu funcionamento. Essa formalização poderá ser feita mediante um Estatuto, por exemplo.

Circulação de informações

Diz respeito ao fluxo de informação constante entre os elementos da rede e dos demais elementos que formam outras redes que compõem um sistema, por exemplo, turístico.

Motivação do trabalho em rede

A motivação do trabalho em rede poderá ser feita individualmente, em visitas técnicas pontuais, ou de forma coletiva, em reunião com os membros. Nesses encontros devem ser apresentados resultados positivos obtidos pela rede e também pelas demais redes que integram o sistema.

Monitoria e avaliação da rede

É a etapa mais importante, pois é nela que identificamos eventuais problemas estruturais ou de comunicação, os quais necessitam ser repensados, ou, se possível, readaptados. Esta etapa deve ser **permanente**.

5.2 Possibilidades de redes entre empreendimentos agroturísticos

Quando vislumbramos a integração entre empreendimentos agroturísticos em rede devemos observar uma de suas características principais que é a organização dos elementos em uma estrutura linear e horizontal.

O quadro a seguir apresenta algumas possibilidades de desenvolvimento de uma rede, que utiliza como exemplo o turismo em vinícolas, também conhecido como enoturismo ou turismo de vinho, em que há um relacionamento interorganizacional de entidades produtoras de vinho e prestadoras de serviços turísticos.

Quadro 3.1 – Categorizações de rede – usando exemplos do turismo vinícola

Relacionamento interorganizacional		Exemplo
Associação dual	Formada quando duas organizações consideram a colaboração para atingir um objetivo mutuamente vantajoso	Um empreendimento conjunto entre uma vinícola e uma empresa de turismo para promover visitas à primeira
Grupos de organizações	Associações interorganizacionais que se referem aos agrupamentos de relações duais mantidas por uma organização central	Um centro de informações para visitantes ou uma organização de turismo vinícola desenvolve relacionamentos com estabelecimentos vinícolas a fim de fornecer informações aos turistas

Grupos de ações	Uma coalizão entre organizações que trabalham em conjunto para atingir um objetivo específico	Um centro de informações para visitantes e vinícolas de uma região unem-se para produzir uma campanha promocional de turismo vinícola regional
Redes	Usadas aqui no sentido formal limitado, referem-se a um grupo de organizações que compartilham elos organizacionais comuns e podem ser reconhecidas como um sistema interorganizacional limitado	Uma federação ou associação de organizações de turismo vinícola, por ex., o Movimento <i>del Turismo del Vino</i> ; o Conselho Europeu de Regiões Vitícolas (AREV); a rede multimídia Dyonisios das regiões europeias produtoras de vinho

Fonte: Hall et al. (1997).

Verificamos nesse quadro que o relacionamento interorganizacional pode iniciar com dois empreendimentos turísticos com funções distintas, em que um desenvolve atividades ligadas ao enoturismo e o outro o agenciamento turístico.



Esses empreendimentos se unem, pois entendem que por meio da colaboração é possível obter vantagens mútuas no sentido em que o primeiro poderá receber mais turistas em sua vinícola e o segundo promover mais pacotes de visitaçã (vendas).

A relação entre esses empreendimentos, à medida que se amplia, vai constituindo grupos organizacionais e de ações até estabelecer as redes de cooperação e formar um sistema turístico.

Em se tratando de empreendimentos agroturísticos, esses poderão desenvolver atividades em conjunto ou mesmo promover ou comercializar os produtos e serviços de outros empreendimentos que fazem parte da rede. Isso trará vantagem e fortalecimento aos empreendimentos como um todo à medida que dificilmente um estabelecimento por si só conseguirá suprir todas as expectativas de um turista e, conseqüentemente, sua satisfação.

Um empreendimento agroturístico que tenha como atividade turística principal a hospedagem e alimentação, poderá comercializar/divulgar os produtos agroindustrializados de outros empreendimentos, pois as atividades agropastoris que envolvam a participação do turista, ou mesmo os serviços de alimentação e hospedagem deles poderá aumentar o período de permanência do turista no local e assim fortalecer os elementos que compõem a rede.

De acordo com Hall et al. (2001, p. 232), “a criação de redes refere-se a uma série de comportamentos cooperativos entre organizações de outra forma concorrentes e entre organizações ligadas por transações e relacionamentos econômicos e sociais”.

Por fim, é imperioso destacar que a cooperação mútua na formação de rede deve ter como premissa desfazer possíveis nós de interesses individuais, muitas vezes contraditórios. É preciso focar nos interesses coletivos, priorizando e conciliando as **necessidades** e os **interesses dos turistas, dos empreendimentos turísticos** e da **população local**, a fim de que haja um desenvolvimento turístico harmônico.

Capítulo 4

Sustentabilidade ambiental

Habilidades

Por meio deste estudo você desenvolverá a habilidade de planejar e gerir elementos paisagísticos de uma região a fim de torná-la turística, e com isso motivar pessoas a empreenderem uma viagem até ela, e também de identificar os fatores que possibilitaram a intensificação das atividades turísticas em nível mundial, e os cuidados que gestores públicos devem ter com essas atividades. Desenvolverá ainda a habilidade aplicar instrumentos relacionados ao planejamento territorial de modo a contribuir com a sustentabilidade ambiental.

Seções de estudo

Seção 1: Paisagem, turismo e espaço rural

Seção 2: Desenvolvimento turístico sustentável

Seção 3: Instrumentos de planejamento territorial

Seção 1

Paisagem, turismo e espaço rural

Existem diferentes tipologias de paisagens (cultural, natural, rural, urbana, entre outras), as quais compõem o patrimônio cultural e natural de um determinado local, e variam conforme os elementos que as constituem e lhes conferem valor.

1.1 A importância da paisagem para o turismo

É difícil imaginar o desenvolvimento e/ou formatação de um destino ou região turística sem a preexistência de alguma tipologia de paisagem, uma vez que os elementos que compõem um cenário paisagístico, além de aferir valor a ele, potencializam os aspectos motivacionais para o turista empreender uma viagem a um determinado destino ou empreendimento turístico, por exemplo, uma propriedade rural de agricultura familiar que desenvolva atividades turísticas.



A condição de interesse turístico não poderia deixar de residir nos valores da paisagem, de origem cultural e natural, considerando que o seu caráter de qualidade, no primeiro caso, será dado pela significância histórico-cultural na medida da originalidade ou da autenticidade que mantém e, no segundo, pela integridade ecológica e fisionômica que caracteriza o estado de remanescência de áreas naturais (PIRES, 2005, p. 6).

Vale observar que o valor paisagístico de um destino turístico ou propriedade rural poderá variar conforme as características que constituem cada tipologia de paisagem, as quais irão despertar sensações distintas de acordo com o perfil de cada turista.

1.1.1 Características da paisagem

As características apresentadas por determinada paisagem estão atreladas não somente a seus elementos visíveis, ou seja, aqueles que são perceptíveis aos olhares do observador, mas sim a uma série de componentes capazes de ativar comportamentos e sensações, que podem variar conforme a formação intelectual e a memória sensorial de cada observador.



Determinada paisagem apresenta diferentes sons, cheiros e texturas, que palavras, desenhos, pinturas, fotografias ou vídeos não podem substituir a experiência de vivenciar determinado lugar, e por meio delas, talvez, se possa realçar a experiência do local e até mesmo inspirar a criação de outras paisagens (SPIRN, 1995).

Existem diversos elementos que compõem uma paisagem que integra o espaço rural como as culturas agrícolas nela praticadas, as matas e florestas, rios, lagos e lagoas, montanhas, animais pelos pastoreando, entre outros. Na figura a seguir observamos uma paisagem rural com alguns desses elementos.

Figura 4.1 – Elementos de uma paisagem rural



Fonte: Nasato (2009).

Podemos verificar nesta paisagem rural uma edificação às margens de um rio, e ao fundo temos escarpas cobertas por uma mata de vegetação nativa.

Os aspectos de cada paisagem resultam de sua natureza original (clima, relevo, plantas e animais) e da sua história, ou seja, da ação humana exercida sob ela ao longo dos tempos (AZEREDO, 2005). Assim, cada tipologia de paisagem irá despertar diferentes sensações em determinado observador, tanto aquelas compostas por elementos de sua natureza original, quanto as que foram submetidas à transformação histórica ou antrópica.

É importante destacar que quaisquer dessas tipologias de paisagem pode sofrer transformações com o passar dos anos, ou seja, ela não é estática. Essas transformações podem ser atribuídas a diversos fatores (ambientais, antrópicos, entre outros).

Se for possível, através do conhecimento e interpretação da paisagem, elencar elementos e até mesmo precisar suas características fundamentais, devemos reconhecer que aqueles elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está também sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do próprio processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores

mais variados, caracterizados pela evolução das relações políticas, das artes, das religiões e da filosofia (LEITE, 1982, p. 45).



A percepção dessas transformações ocorridas na paisagem está relacionada a muitos aspectos, os quais podem variar de acordo com a capacidade de o observador ter um conhecimento prévio sobre ela, e interpretar os elementos que sofreram algum tipo de transformação.

Uma pessoa que viveu sua infância e adolescência em uma determinada comunidade rural e hoje reside em um centro urbano, ao retornar a essa localidade terá uma interpretação subjetiva quanto às mudanças na paisagem rural.

Uma paisagem que antes era composta por uma mata nativa com diversas espécies despertando sensações de contemplação àquela pessoa, hoje poderá não existir mais e em seu lugar podem estar sendo cultivados diferentes tipos de culturas agrícolas ou mesmo a pecuária, não despertando mais aquelas sensações.

Na dinâmica que caracteriza a evolução da paisagem, o fator mais constante tem sido, sem dúvida, o mecanismo humano de percepção por meio dos cinco sentidos, através dos quais todos os estímulos despertam as nossas emoções. Embora esse mecanismo seja bastante estável, a expressão das emoções despertada pela paisagem, seja por meio da ciência, da pintura, da literatura ou do paisagismo, varia a cada período histórico (LEITE, 1982, p. 62).

Aqui não faremos um estudo aprofundado das características existentes em cada tipologia de paisagem. No entanto, vamos analisar a relação existente entre a paisagem e o turismo no espaço rural (TER).

1.2 A paisagem como recurso turístico no espaço rural

Existe uma relação direta entre paisagem e o TER, visto que os elementos que constituem determinada tipologia de paisagem atuam como um dos fatores motivacionais para que o turista se desloque do local onde reside até uma localidade rural específica, buscando conhecer e documentar a experiência ser vivida.

O turismo está intimamente ligado à paisagem e ao meio ambiente. Qualquer turista ou viajante percorre os espaços e pode documentar o que viu através de relatórios científicos, fotografias, filmes, pinturas, hipertextos, textos literários ou

matérias jornalísticas. Quando percorre paisagens e os diversos ambientes o ser humano realiza um corte com a natureza em seu estado “puro” ao interpretar e relatar o que viu (TRIGO, 2001, p. 146).

Assim, ao utilizar os recursos paisagísticos do espaço rural para incrementar a atividade turística em uma propriedade rural, por exemplo, o produtor rural deve estar amparado por estudos técnicos que tenham como escopo a caracterização e análise do patrimônio turístico e paisagístico.

Caracterizar e avaliar tais qualidades identificando os aspectos diferenciais de um dado patrimônio é potencializá-lo, enquanto recurso, para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, o campo de conhecimento dos “estudos da paisagem” se notabiliza como uma das áreas da ciência que mais tem dado aporte metodológico à avaliação do potencial turístico de regiões, destinos e atrativos, com métodos baseados, sobretudo, em juízo de valor de profissionais e especialistas, combinados ou não com outros métodos que consideram as percepções e preferências pessoais do público (PIRES, 2005, p. 6).



Esses estudos devem também contemplar o planejamento e gestão territorial, estipulando a capacidade de carga para cada cenário paisagístico, a fim de estabelecer limites de utilização e ocupação, preservando, dessa forma, a qualidade paisagística do espaço rural.

Uma boa gestão territorial envolve reconhecimento e estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma área turística natural passa a ser massivamente frequentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico está associado ao valor da sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística (RUSCHMANN, 1997, p. 79-80).

Além da atratividade, os elementos que constituem as paisagens são indicadores que permitem avaliar a potencialidade turística de um local, pois aqueles elementos podem ser indicadores do processo de formação histórica e cultural, do grau de ocupação e exploração antrópica, da marginalização social e da formação educacional do destino.

De acordo com Figueiredo e Manhi (2006, p. 155), uma das principais formas de avaliação de atrativos turísticos, principalmente os chamados atrativos naturais, é a avaliação de suas características paisagísticas por meio de conceitos há muitos utilizados no turismo, como beleza cênica, qualidade de paisagem e entorno (valor estético).

A interpretação e preferência por um determinado tipo de paisagem que constitui determinado cenário turístico, possuem aspectos subjetivos, ou seja, poderá variar de acordo com o perfil de cada turista, conforme sua formação intelectual, cotidiano e memória sensorial, entre outros aspectos. Na figura seguinte verificamos um grupo de turistas em meio a uma paisagem rural.

Figura 4.2 – Elementos de uma paisagem rural



Fonte: Araújo (2012).

Nesta figura, os turistas estão diante de uma paisagem com diferentes elementos como campos de pastagens, lavouras, edificações, matas, entre outros, podendo interpretá-los de diferentes formas. Assim, quando interrogados sobre suas percepções paisagísticas, poderão expressar opiniões variadas sobre um ou outro tipo de elementos que mais lhes agradam ou não.

Dessa forma, é imprescindível que no processo de elaboração e formatação das atividades turísticas os planejadores e gestores façam uso de diferentes métodos e técnicas a fim de resgatar, preservar e dar funcionalidade a diferentes tipos de ambientes e elementos que constituem os diferentes tipos de paisagens, neste caso do espaço rural.

Castrogiovanni (2000, p. 135) afirma que se devem resgatar as significações ainda marcadas no espaço natural, social, e também nos espaços das memórias, desde que elas transpirem traços, signos e sinais das diferenças, evidências importantes na formação das personalidades da oferta turística local. Tais elementos transformam-se em possibilidades de criação de uma **grife**, uma referência para a sedução e o desejo de querer estar presente, de querer interagir,

e de necessitar o consumo, ou seja, de apropriação, a necessidade cultural de fazer e manter o turismo.

Após o resgate de determinado tipo de paisagem esta deve ser preservada e valorada, buscando conciliar seu potencial cênico, sensorial e sonoro, com a execução de atividades relacionadas ao TER, sempre se observando as características desse fenômeno social, em especial a escala a ser trabalhada e sua área de interferência junto aos elementos da paisagem, principalmente os naturais, a fim de buscar o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas.

Seção 2

Desenvolvimento turístico sustentável

O fenômeno turístico, por envolver a utilização de elementos de cunho ambiental, cultural, econômico, além de um grande número de relações humanas, necessita ser cuidadosamente planejado e gerenciado a fim de possibilitar o desenvolvimento sustentável das atividades.

2.1 Turismo contemporâneo

Nos últimos anos, diante o fenômeno da globalização, o mundo vem passando por transformações estruturantes que envolvem diversos setores da economia, inclusive o turismo, que trazem também significativas mudanças no comportamento e valores na sociedade.

Essas transformações e mudanças possibilitaram o crescimento da atividade turística em diferentes frentes em decorrência, por exemplo, da saturação da vida cotidiana e a necessidade de evasão/fuga das relações habituais, que fazem nascer o desejo da mobilidade em direção a rotinas opostas ao nosso dia a dia.



Pessoas nunca se cansarão de viajar, seja em busca de uma sensação de liberdade que venha abrandar o processo de desumanização de suas vidas cotidianas ou mesmo o desejo por novas experiências e descobertas.

Consoante a esse processo temos o desenvolvimento das Tecnologias da Informação (TICs), do transporte aéreo e dos meios de comunicação, os quais romperam as fronteiras continentais, flexibilizando uma série de processos, como o mercado de trabalho, por exemplo.

Hoje, um profissional poderá desempenhar suas atividades laborais em destino turístico conectado por meio da *world wide web* (rede de alcance mundial) via computadores, dispositivos móveis e outros equipamentos, e nas horas vagas fazer turismo visitando um museu, conhecendo a gastronomia local, fazendo trilhas em parques nacionais, etc.

Essa nova dinâmica social, no entanto, gera em determinados destinos uma explosão de atividades turísticas as quais trazem uma série de contradições. Estas acabam se tornando cada vez mais latentes em uma época em que as sociedades têm cada vez mais acesso à informação sobre os problemas que envolvem os recursos ambientais, culturais, econômicos e sociais no mundo.

Entre as causas dessas contradições estão a especulação imobiliária, desmatamento, poluição das águas, perda da identidade local, desemprego em função da mão de obra qualificada, aumento da desigualdade social, violência, prostituição, entre outros.

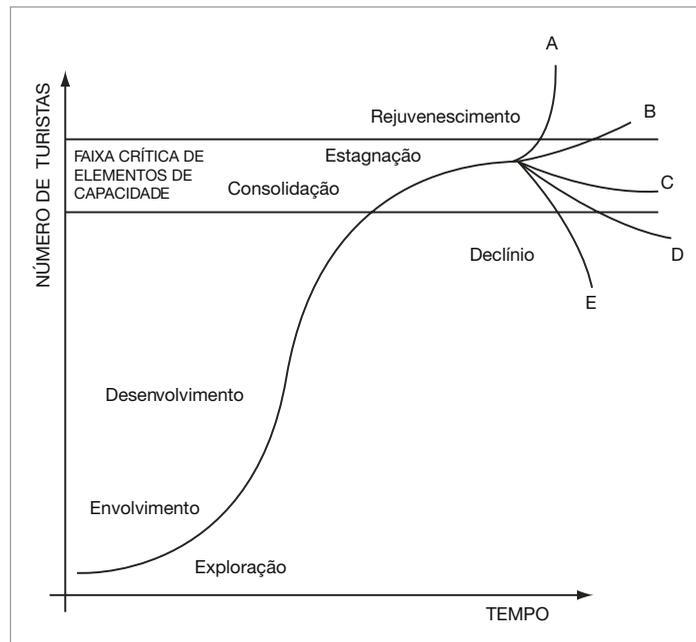
Assim, torna-se evidente a percepção de que o crescimento do turismo, quando mal planejado e gerido, contribui para o agravamento e perpetuação desses problemas, sobre os quais todos nós temos uma parcela de responsabilidade à medida que sejamos coniventes ou mesmo causadores deles.

Luchiari (1998) define que “o fenômeno contemporâneo do turismo coloca-se como um vetor de transformação contraditório e emblemático: acentua a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares”.

Essas constatações vêm ao encontro dos resultados dos estudos que se iniciaram na década de 1970, cujos resultados começaram a ser publicados na década seguinte, sendo que um dos estudiosos, o investigador canadense Richard Butler, estrutura um modelo que busca apontar a natureza evolutiva do fenômeno turístico.

Este modelo é intitulado *Tourist area cycle of evolution*, ou ciclo de **evolução de áreas turísticas**, o qual identifica um ciclo de evolução dos destinos turísticos gerado por oscilações previsíveis quanto ao número e tipo de turistas, perfil das facilidades turísticas, atuação dos atores internos e externos dos destinos, reações ao turismo e principais impactos causados pela atividade turística. Esse modelo é ilustrado pela próxima figura.

Figura 4.3 – Evolução hipotética de um destino turístico



Fonte: Butler (1980).

Segundo Butler (1980), os destinos turísticos, enquanto produtos de consumo, se desenvolvem seguindo, pelo menos parcialmente, um padrão de evolução que se caracteriza por sucessivos estágios assim destacados: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento.

O desenvolvimento originário dos fluxos turísticos pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar um sem-número de problemas sérios para as comunidades afetadas. Assim, o desenvolvimento turístico de determinado local, descrito por várias fases que constituem o ciclo de vida do turismo, deve ser direcionado e controlado levando em consideração as restrições ambientais, culturais, econômicas e sociais (BISSOLI, 2001, p. 14).

A partir desta definição verificamos que durante a formatação do portfólio de produtos e serviços turísticos de um destino deve existir um planejamento e gestão participativa, com uma ampla discussão entre o poder público local, empresários e comunidade do destino, a fim de que haja concordância na formulação das diretrizes para o setor turístico, propiciando maior sustentabilidade desse destino.

Conforme Dias (2003, p. 146), “cabe ao poder local, juntamente com a comunidade, estabelecer suas prioridades, construindo uma política municipal voltada aos seus interesses, tendo como base a Política Nacional de Turismo”.

Essa política deve ser trabalhada com base em diretrizes e princípios que asseguram a sustentabilidade turística.

2.2 Princípios da sustentabilidade no turismo

As políticas para sustentabilidade de um destino, região ou empreendimento turístico devem ter como um de seus princípios coibir que uma eventual massificação e prática desenfreada da atividade comprometam os elementos da oferta turística que os compõem, em especial os atrativos turísticos.

A falta de atrações adicionais, ou ausência de estratégias que promovam a diversidade de atrações, tem levado à criação de produtos facilmente substituíveis, pois, no caso de problemas ambientais, instabilidade política, superpopulação ou deterioração dos padrões de serviços, um destino turístico dessa modalidade pode ser rapidamente abandonado pelo mercado turístico, o qual compreende as redes de hotéis transnacionais, grandes agências de turismo entre outros (TOFANI, 2004, p. 16).

Costa (2003) destaca que para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável baseia-se em três características fundamentais: qualidade, continuidade e equilíbrio, conforme descrição a seguir.

Qualidade

Está relacionada à qualidade de vida das comunidades anfitriãs, proteção da qualidade do meio ambiente e ainda propicia aos visitantes uma experiência de qualidade, experiência essa que depende de fatores sociais e culturais do destino turístico.

Continuidade

Refere-se à garantia da continuidade dos recursos naturais e culturais presentes nas comunidades.

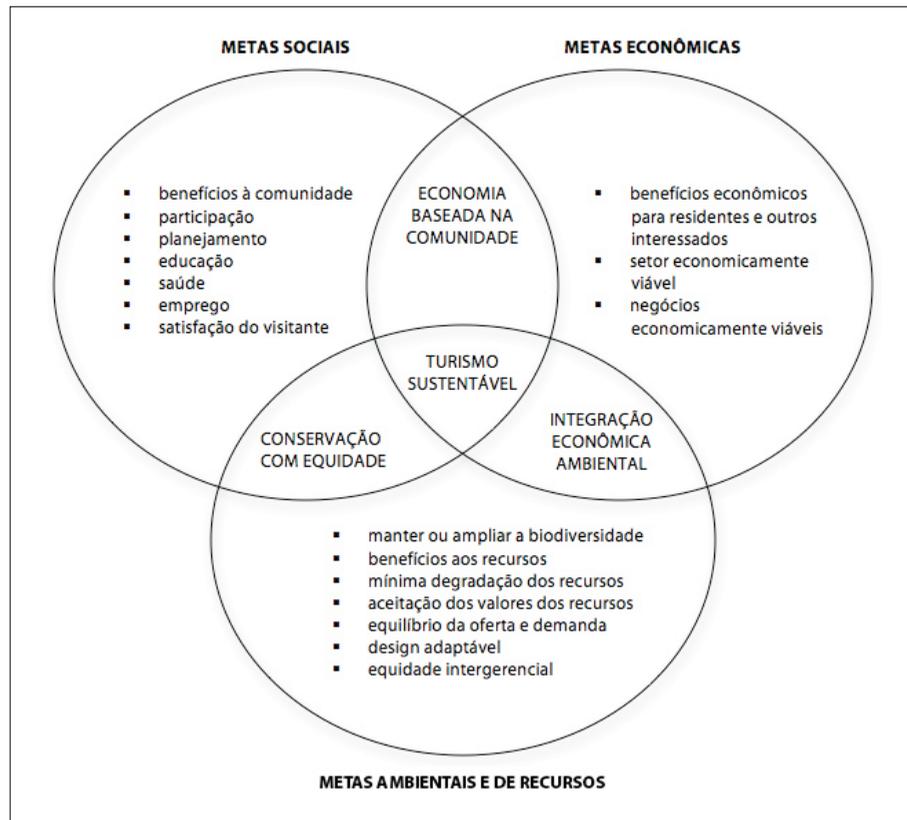
Autóctones: Refere-se a pessoas que são naturais de determinada região.

Equilíbrio

Diz respeito ao equilíbrio dos anseios dos turistas, empresários do setor e os desejos das comunidades **autóctones**.

A figura na sequência apresenta uma relação de valores e princípios que devem ser seguidos durante o processo de planejamento de um destino/empreendimento turístico com fins na sustentabilidade.

Figura 4.4 – Valores e princípios do turismo sustentável



Fonte: Hall (2001).

Podemos verificar nessa figura que, para haver um desenvolvimento sustentável no turismo, deve existir um equilíbrio harmônico entre as metas sociais, econômicas e ambientais, de modo que uma não se sobreponha à outra.

O turismo é uma atividade que, ao alcançar um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região ou localidade, requerendo especial atenção para os impactos ambientais que provoca, visto que é uma atividade que consome o espaço geográfico e exige a construção de equipamentos, serviços e infraestrutura de apoio ao turista (BISSOLI, 2001, p. 13).

A autora entende que o turismo pode formar a base econômica de uma localidade/empreendimento, caso tenha um planejamento e gestão eficiente. Contudo, caso isso não ocorra, pode trazer impactos negativos, podendo comprometer todo sistema local pela utilização inadequada de seus recursos, como, por exemplo, a própria paisagem no espaço rural. Nesse sentido, quando trabalhamos com o planejamento ou gestão da atividade turística é importante utilizarmos instrumentos que visem a assegurar a sustentabilidade ambiental.

Seção 3

Instrumentos de planejamento territorial

Os instrumentos de planejamento ambiental visam a mitigar os impactos negativos gerados pela execução das atividades antrópicas desenfreadas junto aos recursos naturais, visando assim a garantir a sustentabilidade ambiental. Entre esses instrumentos podemos destacar a **educação ambiental**, **legislações ambientais específicas** e **zoneamento**.

3.1 Educação ambiental

As discussões em nível mundial sobre educação ambiental, assim como o turismo, tiveram início na década de 1970 em virtude dos problemas ambientais observados naquela época. Essas discussões buscavam alternativas, soluções, princípios e compromissos de mudança de comportamentos a fim assegurar um desenvolvimento sustentável.

O Brasil, em virtude do regime político-militar a que foi submetido entre as décadas de 1960 e 1980, período marcado pela censura e repressão à liberdade de expressão, iniciou esse debate mais tardiamente, em 1992, quando sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) – (ECO 92), na cidade do Rio de Janeiro, a qual introduziu o tema da educação ambiental na agenda política brasileira.

Figura 4.5 – Encontro de líderes na ECO-92



Fonte: Cabral (1992).

Essa Conferência teve como um de seus resultados a formulação do documento denominado Agenda 21, em que os governos de diferentes esferas se comprometeram local e globalmente com o desenvolvimento sustentável. Dessa forma ela poderá estar dividida em Agenda 21 local, nacional e global.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente brasileiro (2013),

a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira.

A partir daquele ano a educação ambiental no Brasil passou a ser trabalhada como um instrumento de construção de valores sociais visando à conservação do meio ambiente tanto individual quanto de uso comum, a fim assegurar a preservação de seus recursos e assim promover uma qualidade de vida sadia e sustentável, sendo que, em 1999, foi sancionada a Lei nº 9.795, que trata da educação ambiental.

O art. 1º dessa Lei especifica que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Essa conscientização quanto ao uso racional do meio ambiente visa a coibir/desestimular o consumismo desenfreado, o qual traz uma série de impactos negativos ao referido meio. Para que esses objetivos sejam atingidos foram traçadas algumas diretrizes, entre as quais estão as constantes nos arts. 9º e 10, que dispõem que a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I – educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II – educação superior;

- III – educação especial;
- IV – educação profissional;
- V – educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (Brasil, 1999).

Vale observar que essas diretrizes devem respeitar aquelas a serem complementadas irrestritamente pelos estabelecimentos de ensino especificados no art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais, conforme preceitua o princípio citado no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 9.795/1999, que valoriza a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais, e o art. 8º, incs. IV e V, que incentivam a busca de alternativas curriculares e metodológicas na capacitação da área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo.

A educação ambiental deve ser trabalhada, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo como forma de desenvolver instrumentos que promovam uma conscientização e uso racional dos recursos que compõem o meio ambiente por meio de uma transformação na concepção atual de desenvolvimento, a qual ainda está baseada em indicadores econômicos e no consumismo.

Atualmente, muitos seres humanos vivem como se tivessem de desfrutar ao máximo a passagem pelo planeta Terra; visam a acumular riquezas e bens e agem com consumismo. Na mídia, nos meios de comunicação em geral, é impossível não notar o apelo que existe para o capitalismo, o consumismo, o progresso [...] apelo para a tecnologia sem consciência crítica sobre as consequências do mau uso desses recursos (BOFF, 2004).



Esse consumismo induz a uma utilização ainda mais danosa dos recursos do meio ambiente e, para assegurar esse consumo, acentua-se sua degradação, como, por exemplo, desmatamento, maior produção industrial e o conseqüente aumento da produção de CO₂, chuva ácida, redução na camada de ozônio, etc.

Paralelo a isso temos a produção excessiva de resíduos que lançados ao meio ambiente, muitas vezes sem passarem por qualquer tipo tratamento. Esses resíduos poluem os solos, recursos hídricos, atmosfera e demais recursos ambientais. Tais ações “despertam a ira” da natureza, que se manifesta por meio de mudanças climáticas e que, por sua vez, geram catástrofes ambientais, longos períodos de estiagem, dentre outras.

Figura 4.6 – Catástrofes ambientais



Fonte: Veja (2010).

Nesta figura podemos observar os efeitos negativos causados por eventos climáticos, furacões, os quais têm como uma de suas causas o aquecimento global, gerado, por exemplo, pela emissão de CO₂ derivada da produção industrial, queima de combustíveis fósseis, entre outros.

Esses eventos impactam o ambiente como um todo. No entanto, o espaço rural, em função de sua “dependência” dos fatores ambientais, como as condições climáticas, é um dos ambientes mais afetados, trazendo acentuados prejuízos na produção de produtos agropecuários.

Boff (2004, p. 15) entende que esses acontecimentos geram uma crise entre as concepções quanto ao desenvolvimento de gerações do passado, presente e as do futuro:

A crise significa: a quebra de uma concepção de mundo. O que na consciência coletiva era evidente, agora é posto em discussão. Qual era a concepção de mundo indiscutível? Que tudo deve girar ao redor da ideia de progresso. E que este progresso se move entre dois infinitos: o infinito dos recursos da Terra e o

infinito do futuro. Pensava-se que a Terra era inesgotável em seus recursos e podíamos progredir indefinidamente na direção do futuro. Os dois infinitos são ilusórios. A consciência da crise reconhece: os recursos têm limites, pois nem todos são renováveis; o crescimento indefinido para o futuro é impossível, porque não podemos universalizar o modelo de crescimento para todos e para sempre.

Diante deste contexto, além das ações quanto as alternativas curriculares e metodológicas na capacitação da área ambiental, é necessário desenvolver outras como a elaboração, pelos órgãos públicos competentes, de planos e programas de educação ambiental; criação de um fórum permanente de desenvolvimento sustentável local, instituição de normas que estabeleçam diretrizes de gestão ambiental junto as mais variadas organizações, como as desenvolvidas pela *International Organization for Standardization (ISO)*, etc.

No entanto, somente ações relativas à educação ambiental não serão suficientes para que possamos conduzir nossos comportamentos a um desenvolvimento sustentável. Sendo assim, é necessário utilizarmos outros instrumentos, como, por exemplo, as legislações de cunho ambiental.

3.2 Legislações ambientais

As legislações ambientais, em conjunto a educação ambiental, são instrumentos que, quando aplicados de forma correta, possibilitam o uso racional do meio ambiente e de seus recursos, tornando-se de grande importância para o desenvolvimento sustentável.

Essas legislações estão inseridas no ramo de direito ambiental tendo como característica a **proteção e uso racional** dos recursos naturais.

De acordo com Hall (2001, p. 157),

o direito ambiental em geral, pode ser categorizado tendo dois componentes “protetor” e “explorador”. Normas de “proteção” para defender o meio ambiente natural da atividade humana e conservar ambientes culturais e construídos, e normas de “exploração” para controlar a disposição dos recursos naturais e facilitar o desenvolvimento.

Assim, visando a essa proteção e uso racional dos recursos naturais, a ONU promoveu uma série de encontros entre diversos países, entre os quais podemos destacar:

- Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo);
- Convenção sobre as Mudanças Climáticas (ECO 92);
- Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Protocolo de Kyoto);
- Plano de Implementação a Agenda 21 (Johannesburgo); e
- Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio+10).

Podemos observar que o Brasil teve papel de destaque no contexto de alguns desses encontros, pois, além signatário, sediou dois desses importantes eventos: a ECO 92 e o Rio+10, ambas na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O Brasil também apresenta uma série de legislações que objetiva proteger e fazer uso racional dos recursos ambientais, sendo que a seguir vamos apresentar a relação de algumas delas, as quais estão relacionadas à proteção, preservação e uso sustentável dos recursos ambientais presentes no espaço rural.

Dentre essas Leis destacamos:

- Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal (este código foi revogado);
- Lei nº 5.197/1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna;
- Lei nº 6.513/1977 – Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico;
- Lei nº 6.938/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- Lei nº 7.802/1989 – Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
- Lei nº 9.433/1997 – Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei nº 9.605/1998 – Dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

- Lei nº 9.795/1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei nº 11.445/2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- Lei nº 11.516/2007 – Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- Lei nº 12.512/2011 – Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- Lei nº 12.651/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e altera outras normas legais;
- Lei nº 12.651/2012 – Institui o Novo Código Florestal (alterada pela Lei nº 12.727/2012).

Além dessas leis, que de certa forma estão diretamente ligadas à sustentabilidade ambiental no espaço rural, o Brasil também dispõe de uma série de outras leis de cunho ambiental, as quais, indiretamente, amparam o referido espaço como a Lei nº 6.766/1979 – que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelecem as diretrizes gerais da política urbana, entre outras.

Existem também outras normativas que ensejam a sustentabilidade ambiental como medidas provisórias, decretos e resoluções como as do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Para maximalizar as possibilidades de sucesso quanto as atividades junto aos recursos naturais, como, por exemplo, as relacionadas ao fenômeno turístico, neste caso o TER, as quais consomem o espaço geográfico e seus respectivos recursos, além dos instrumentos relativos à educação ambiental e as legislações ambientais podemos utilizar outros, como o zoneamento.

3.3 Zoneamento

O zoneamento é um instrumento de planejamento territorial, cujo princípio é a divisão do território em porções, áreas homogêneas, a partir de seus atributos e dinâmicas nele existente. Santos (2004, p. 132) define o zoneamento como

a compartimentação de uma região em porções territoriais, obtida pela avaliação dos atributos mais relevantes e de suas dinâmicas. Cada compartimento é apresentado como uma “área homogênea”, ou seja, uma zona (ou uma unidade de zoneamento) delimitada no espaço, com estrutura e funcionamento uniforme.

Essas unidades de zoneamento delimitadas no espaço terão regras de uso e ocupação previamente definidas a fim de nortear as atividades nelas desenvolvidas, visando a distribuir espacialmente potencialidades, limitações e fragilidades dos ecossistemas a fim de assegurar a sustentabilidade. Vale observar que existem diversos tipos de zoneamento alguns previstos e outros não em legislações específicas, sendo que para esse estudo daremos ênfase ao zoneamento ambiental e turístico.

3.3.1 Zonas especiais de interesse ambiental

As Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIAs) configuram porções territoriais específicas de um território, as quais visam a preservar, conservar e proteger importantes recursos presentes no meio ambiente, no sentido de viabilizar seu uso e/ou manejo pelo homem com base nos princípios da sustentabilidade. Entretanto, apesar de a temática base ser ambiental nesse tipo de zoneamento, é também preciso considerar outros recursos como o cultural, econômico, social, institucional, histórico e cultural.

A definição das ZEIAs está, na maioria das vezes, ligada a aspectos de usos e costumes do ser humano, nos quais há necessidade de valorização de ambientes naturais ou antrópicos a partir da manutenção de áreas ainda não antropizadas, ou seja, áreas com acentuada declividade, florestas primárias existentes e remanescentes com pouca alteração. As áreas que compõem determinada zona, de acordo com a característica de seus recursos, poderão ser tangíveis ou intangíveis, podendo assim ser ou não permitido o uso ou ocupação dos recursos.

O quadro a seguir ilustra uma proposta de zoneamento ambiental para a microbacia do rio Vargem dos Pinheiros, município de Angelina, Estado de Santa Catarina. Essa proposta foi desenvolvida por Schmitt (2014), a qual foi adaptada da proposta de Souza (2004).

Quadro 3.1 – Proposta de Zonas Especiais de Interesse Ambiental

Zona de Interesse	Características	Objetivos
De Proteção Ambiental (ZIPA)	<p>Presença de vegetação natural preservada em núcleos homogêneos e remanescentes.</p> <p>Declividade acima de 45%.</p> <p>Áreas de Preservação Permanente em situação de acordo com a legislação.</p>	Máxima proteção dos atributos presentes nessa zona
De Controle Ambiental (ZICA)	<p>Predominância de atividades agrossilvipastoris em áreas sem restrições legais.</p> <p>Declividade menor que 20%.</p>	Promover o uso e ocupação racional do solo
De Reabilitação Ambiental (ZIRA)	<p>Predominância de atividades agrossilvipastoris e de reflorestamento em áreas com restrições legais.</p> <p>Declividade entre 20 e 45%.</p> <p>Maior descaracterização das Áreas de Preservação Permanente.</p>	Buscar a reabilitação das áreas degradadas
De Adequação Ambiental (ZIAA)	<p>Alteração do meio físico (edificações, pavimentação, aterramentos, etc.).</p> <p>Degradação dos recursos hídricos (esgotamento sanitário, erosão, lixo, entre outros).</p> <p>Atividades urbanas.</p>	Adequar as atividades presentes nessa zona, diminuindo o seu impacto ambiental

Fonte: Adaptação de Souza (2004).

Podemos verificar que para cada ZEIA há uma relação de características referentes ao diagnóstico de recursos presentes nas áreas de cada zona, recursos esses que serão pré-requisitos para formulação dos objetivos e as ações de uso/manejo e ocupação.

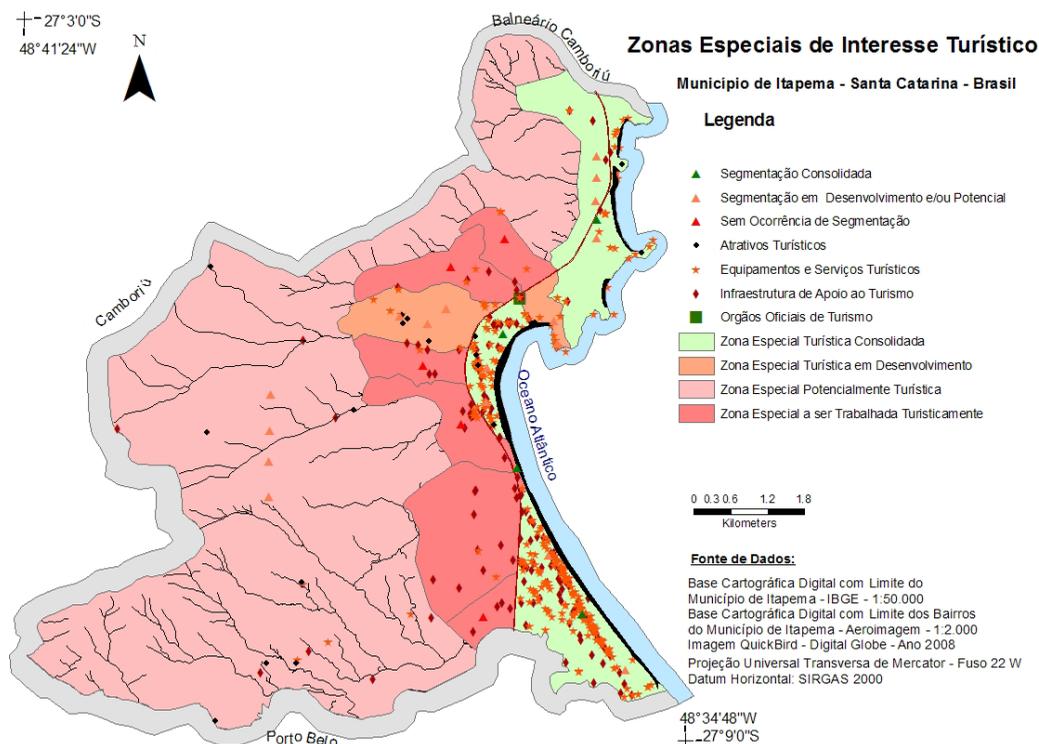
3.3.2 Zonas especiais de interesse turístico

O zoneamento turístico é um importante instrumento para identificação e planejamento de áreas de interesse turístico em municípios ou regiões que apresentam atrativos, equipamentos e serviços e/ou recursos turísticos em potencial, assim como infraestrutura de apoio ao turismo visando a organizar e desenvolver diferentes tipologias de turismo de forma sustentável.

No Brasil são poucas as regiões turísticas que se utilizam do zoneamento, a fim de diagnosticar, organizar e desenvolver ordenadamente as diferentes segmentações de turismo, conforme as vocações e capacidade de uso das áreas contidas em seu limite territorial. Diante desta realidade, é imperiosa a elaboração de um zoneamento que estabeleça normatizações de uso e ocupação do espaço a ser explorado turisticamente.

A figura a seguir ilustra um mapa com uma proposta de zoneamento turístico para o município de Itapema, Estado de Santa Catarina, Brasil, no qual o território do município foi classificado em 4 grandes zonas, denominadas Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEITs), a saber: Zona Especial Turística Consolidada, Zona Especial Turística em Desenvolvimento, Zona Especial Potencialmente Turística e Zona Especial a ser Trabalhada Turisticamente.

Figura 4.7 – Proposta de zoneamento turístico



Fonte: Campos (2010).

Os atributos e critérios para esse zoneamento teve como base a identificação de elementos que constituem a oferta turística em Itapema, seguindo critérios de dados oficiais utilizados pela Embratur no processo de inventariação da oferta turística de um destino e, também conforme a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade de alguma segmentação turística enquadrada nas definições oficiais da mesma instituição.

Essa proposta de zoneamento visou a fornecer aos gestores públicos do município uma visão global (holística) do território municipal com relação aos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e suas segmentações. Assim, os referidos gestores poderão otimizar suas ações no sentido fortalecer/manter zonas já consolidadas turisticamente, investir ou incentivar o desenvolvimento daquelas zonas pouco ou que ainda não estão consolidadas, e o mais importante, normatizar o desenvolvimento de atividades e o uso dos recursos que integram cada zona, bem como a forma de ocupação de suas áreas.

Considerações Finais

Caro(a) estudante

Esta Unidade de Aprendizagem de Agroturismo foi estruturada visando a lhe oportunizar um aprendizado autônomo e reflexivo quanto as modalidades que compõem o segmento de turismo no espaço rural, em especial a modalidade de agroturismo, a qual é trabalhada em propriedades de agricultura familiar cuja atividade econômica principal está relacionada à produção agropastoril, da qual, além de vivenciar, o turista participa das etapas produtivas.

Nesse sentido, estudamos os antecedentes do turismo até chegar ao seu surgimento como atividade econômica organizada, e conhecemos seus principais segmentos, que variam de acordo com a vocação turística local e também com o perfil de seus usuários (turistas). Estudamos as principais modalidades de turismo no espaço rural, enfatizando o estudo quanto à modalidade de agroturismo.

Você entendeu a relevância e as especificidades quanto a realização do inventário da oferta turística para o planejamento e gestão das atividades em um destino ou propriedade rural familiar que possua um empreendimento agroturístico, e verificou possibilidades e exemplos para desenvolver a modalidade de agroturismo junto às atividades agropastoris e aos trabalhos rotineiros dessa propriedade rural, entre eles a agroindustrialização de produtos de origem animal e vegetal.

Compreendeu a importância de se resgatar, preservar e dar funcionalidade ao patrimônio cultural e natural presente no espaço rural, identificando bens materiais e imateriais, e analisou diferentes maneiras de inserir esses bens em roteirizações turísticas. Analisou ainda como as redes de cooperação poderão ser trabalhadas no segmento de turismo no espaço rural, em especial no agroturismo, as quais possibilitam a junção de recursos turísticos visando ao aumento da competitividade e redução dos custos operacionais.

E, ainda, estudou que o consumismo da sociedade contemporânea traz uma série de contradições que comprometem a sustentabilidade ambiental, e conheceu instrumentos quais visam a assegurar essa sustentabilidade ambiental, a fim de minimizar os efeitos do desse excesso de consumo da sociedade contemporânea, além de ver algumas medidas e normas associadas a esses instrumentos.

Para finalizar, espero ter cumprido com a mediação entre os atuais e futuros profissionais envolvidos no planejamento, desenvolvimento e gestão do espaço rural, com as modalidades do segmento de turismo no espaço rural, em especial o de agroturismo.

Não tenho a pretensão de esgotar o assunto; sendo assim, sugiro estarem constantemente pesquisando e buscando informações quanto aos conteúdos estudados nesta Unidade de Aprendizagem nas diversas fontes disponíveis.

Sucesso em seus estudos!

Professor MSc Marcelo Tavares

Referências

ARAÚJO, F. Socorro – ecoturismo, turismo rural, compras e capital do turismo do turismo acessível. **Brasil Turista**. 27 set. 2012. Disponível em: <<http://blog.brasilturista.com.br/socorro-ecoturismo-roteiros-rurais-turismo-acessivel/>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

AZEREDO, J. **Princípios de arquitectura paisagista e de ordenamento do território**. Macau: Topografia Guerra, Viseu, 2005.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

_____. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006.

BATTISTI, A. **Santuário de Aparecida comemora número recorde de 10 milhões de visitantes**. 22 dez. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/WJ6dq>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Senac, 2008.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informações**. São Paulo: Futura, 2001.

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOQUEIRÃO. **Hotel fazenda e resort de campo**. 11 out. 2011. Disponível em: <http://www.fazendaboqueirao.com.br/site_boqueirao/cavalgadas.html>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL SABOR. **Pioneirismo em turismo rural**. Disponível em: <<http://www.brasilsabor.com.br/por/roteiros/artigo/88>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/HwJ1Q>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/5No4e>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Lei nº 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/8kr1e>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/HpHqh>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Diretrizes Políticas. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Ministério do Turismo (MTur). **Projeto do Inventário da Oferta Turística**. Brasília: MTur, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/jWblW>>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 14, n. 1, p. 5-12, 1980.

CAEIRO, R. Herdade dos Barros. Terena, Distrito de Évora, Portugal. **Room Landis**. Disponível em: <<http://roomlandis.com/terena/herdadedosbarros/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

CABRAL, O. Quando o Rio foi a capital do mundo. **Veja**. 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/tag/aquecimento-global/>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

CAMPOS, Marcelo Tavares de Souza Campos. **Utilização de técnicas do geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema – SC, identificando Zonas Especiais de Interesse Turístico**. Dissertação (mestrado), Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CASA DA OVELHA. Loja virtual. **Institucional**. Disponível em: <<http://goo.gl/O04eg>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CASTROGIOVANNI, A. C. Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. (Coleção Comunicação, 4).

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

COSTA, R. (trad.). **Turismo internacional: uma perspectiva global**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, M. **Ilustração para a lenda do Negrinho do Pastoreio**. Disponível em: <<http://davincigallery.net/art/t-21013>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

FERNANDES. Viagem gastronômica através do Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2001.

FIGUEIREDO, S. L.; MANHI, C. A. Análise comparativa de paisagem em turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, D. van de M.; SOLHA, K. T. (orgs.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

FONTANA, R. F. Inovação no planejamento do turismo e da hospitalidade. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

FUCKS, P. M.; SOUZA, M. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. (coleção Turismo Contexto).

HALL, C. M.; CAMBOURNE, B.; MACIONS, N. et al. Wine tourism and network development in Australia and New Zealand; Review, establishment and prospects. **International Journal of in Wine Marketing**, v. 9, n. 2/3, p. 5-31, 1997.

HINTZ, M. M. **A perseguição aos alemães em Candelária**. Tempos nazistas. Disponível em: <<http://hipermidia.unisc.br/temposnazistas/nazismo-candelaria.html>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

HISTÓRIA BRASILEIRA. **Missões jesuíticas no Brasil**. 27 out. 2010. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/missoes-jesuíticas-no-brasil/>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

IBARGOYEN, A.D. Empreendedorismo e turismo rural: A experiência na fazenda Palomas (RS). In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=420930>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES. **Crie sua reserva**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/crie-sua-reserva.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

JOAQUIM, G. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: CAVACO, C. (org.). **Desenvolvimento rural: desafio e utopia**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999.

KADT, E. de. **Turismo: ¿pasaporte al desarrollo?** Madrid: Ediciones Endymion, 1991.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (orgs.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LATIMER, C. Thomas Cook: the english globe-trotter behind the package tour. **Investors**. 25. jun. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/CgGDT>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LEITE, M. A. F. P. **A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem**. Paisagem e ambiente. São Paulo: FAUUSP, 1982.

LIMA, L. A cidade de Lages. **Radar Sul**. Portal Turístico e Cultural do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sctur.com.br/lages/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. **Asociación Canaria de Antropología**. Prepublicación de GUIZE número 4. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

MASCARENHAS, R. G. T. **A diversidade gastronômica como atrativo turístico na região dos Campos Gerais do Paraná: um estudo de caso do município de castro**. Tese (doutorado), Geografia, Universidade do Paraná, Curitiba, 2009.

MATTAR, R. **Igreja Matriz de Tiradentes** – MG. 17 nov. 20102. Disponível em: <<http://goo.gl/idV7R>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MEDEIROS, A. P. **Passeio colonial Bosembecker** – CRAS/Areal. Curtindo Viagens, Passeios e Aventuras.... 16 set. 2012. Tempos nazistas. Disponível em: <<http://anamedtour.blogspot.com.br/2012/09/passeio-colonial-bosembeckercras.html>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

MIKHAYLOVA, E. **Farm**. Depósito de fotos. 8 maio 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/4QSRW>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MUNDI. **Hotel Fazenda Pedras Brancas**. Disponível em: <<http://www.mundi.com.br/Hotel-Hotel-Fazenda-Pedras-Brancas-Lages-140421.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

NAURO JÚNIOR. **Turismo rural em Pelotas**. 12 mar. 2010. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/retratosda vida/2010/03/12/turismo-rural-em-pelotas/>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

NASATO, C. C. Paisagem Rural – Rio dos Cedros, Santa Catarina. **Baixaki**. Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/papel-de-parede/31700-paisagem-rural-rio-dos-cedros-santa-catarina.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

O GUIA ACRE. **Roteiro integrado Vale do Acre** – Caminhos de Chico Mendes – AC. 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/5eaFH>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PIRES, P. S. Paisagem e turismo: marco conceitual e amplitude metodológica. In: **Anais** do III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2005.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Formação de professores**. Disponível em: <http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/wenceslau/paginas/2011/2011-05_Itapua.htm>. Acesso em: 15 dez. 2012.

RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A. (orgs.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. SP: Edusc, 2000.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROTA DAS MISSÕES. **Sobre as missões**. Disponível em: <http://www.rotamissoes.com.br/_portugues/HistoriaTerraMissioneira.php>. Acesso em: 8 jan. 2013.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, Rozely F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCHLEE, R. **Travessões de cincha e sobrecincha em sogas e loncas de potro**. Guasqueiro e a arte gaúcha no apeiro crioulo. Dez 2009. Disponível em: <<http://guasqueiro.blogspot.com.br/2009/12/blog-post.html>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

SCHMITT, André Luiz. **Proposta de zoneamento ambiental aplicado à microbacia do rio Vargem dos Pinheiros em Angelina – Santa Catarina**. Monografia (Graduação), Unidade Acadêmica Tecnológica, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014.

SERGIPE. **Rota do cangaço vai operar com duas embarcações**. Agência Sergipe de Notícias. 10 jan. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/JmYNY>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

SKAF, M. **Ecoturismo e turismo de aventura em alta no Brasil**. 11 ago. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/PrVY2>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SOUZA, Leonardo A. **Diagnóstico do meio físico como contribuição ao ordenamento territorial do município de Mariana (MG)**. Dissertação (mestrado), Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, SP, 2004.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**. São Paulo: Edusp, 1995.

TOFANI, F. de P. Os desafios do desenvolvimento turístico sustentável em comunidades tradicionais frágeis. **Topos_Rev. Arq. Urb.**, Belo Horizonte, v. 1 n. 2, p. 13-25, jan/jun. 2004.

TORRE, O. P. **El turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

TRIGO, L. G. G. **Bahia análise & dados**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 146-152, set. 2001.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES A. A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada**: el turismo internacional y la periferia del placer? Madrid: Ediciones Endymion, 1991.

UNESCO. **Texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. UNESCO Cultura. 32ª Sessão, Paris, 29 set. a 17 out. de 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00022#part3>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

VEJA. **Furacões**: as tragédias na América Central e EUA. 1º jun. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/tag/aquecimento-global/>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

VERTTI, N. F. **El sistema económico y la organización da actividad turística**. Rio de Janeiro: Embratur/OEA. Sistema Cicatur, 1977.

Sobre o Professor Conteudista

Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 2006) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010). Tem experiência na área de projetos turísticos, com trabalhos prestados por meio da Universidade Federal de Santa Catarina aos Ministérios do Turismo e das Cidades, assim como à Prefeitura Municipal de Itapema, na ocasião de revisão do plano diretor do referido município. Foi professor da disciplina Planejamento Ambiental e Regional do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), e também das disciplinas: Atacado e Varejo de Produtos Agrícolas, Gestão da Produção Vegetal, Financiamento Agrícola e Gestão da Produção Animal do curso de Agronegócios da UnisulVirtual. Atualmente é colaborador, exercendo a função de Designer Educacional nesta mesma Universidade.

Agroturismo

O livro Agroturismo, ao abordar a relação entre atividades não agrícolas e o espaço rural, apresenta um importante marco conceitual e prático para o estudante, evidenciando diferentes contextos e possibilidades quanto à inserção de alternativas sustentáveis de atividades econômicas no referido espaço, as quais contribuirão para agregar valor tanto às atividades tradicionais já existentes quanto aos bens do patrimônio cultural e natural nele presentes.

